



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Gabriela Brasilino de Melo Simões

**A mulher em tempos de guerra: um olhar à questão da figura feminina na
obra *A Casa dos Espíritos*, de Isabel Allende**

**RECIFE/PE
2024**

Gabriela Brasilino de Melo Simões

A mulher em tempos de guerra: um olhar à questão da figura feminina na obra *A Casa dos Espíritos*, de Isabel Allende

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestra.

Linha de pesquisa: Análises literárias, culturais e históricas

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Brenda Carlos de Andrade

**RECIFE/PE
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S593m Simões, Gabriela Brasilino de Melo
 A mulher em tempos de guerra: um olhar à questão da figura feminina na obra A Casa dos Espíritos, de Isabel Allende
 / Gabriela Brasilino de Melo Simões. - 2024.
 123 f.

 Orientadora: Brenda Carlos de Andrade.
 Inclui referências.

 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Estudos da
 Linguagem, Recife, 2024.

 1. Campo e cidade. 2. Personagem feminina. 3. A Casa dos Espíritos. 4. Isabel Allende. I. Andrade, Brenda Carlos
 de, orient. II. Título

CDD 470

A mulher em tempos de guerra: um olhar à questão da figura feminina na obra *A Casa dos Espíritos*, de Isabel Allende

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR:
GABRIELA BRASILINO DE MELO SIMÕES

APROVADA EM: 29/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Brenda Carlos de Andrade
(Orientadora – PROGEL/UFRPE)

Prof^ª. Dr^ª. Amanda Brandão Araújo Moreno
(Examinadora Interna – PROGEL/UFRPE)

Prof^ª. Dr^ª. Rafaela Rogério Cruz
(Examinadora Externa – UAST/UFRPE)

RECIFE/PE
2024

“Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da ‘mulher do Terceiro Mundo’, encurralada entre a tradição e a modernização.” - Gayatri Chakravorty Spivak

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Abelardo e Rossana, por sempre apoiarem a minha trajetória e me incentivarem a crescer cada vez mais.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus, pois ao orar nas horas difíceis toda dificuldade encontrada pelo caminho era substituída por uma força que me movia em direção a concretização dos meus planos.

Seguidamente, gostaria de agradecer à minha família. Ao meu pai Abelardo pelo suporte cotidiano, por acreditar no meu potencial e por sempre estar ao meu lado em absolutamente todas as etapas da minha vida, seja nas vitórias, nos momentos de dificuldade ou nas novas jornadas. À minha mãe Rossana, pelos abraços de apoio nos momentos difíceis, pelas conversas que me fazem sorrir e pelos conselhos que sempre me fizeram partir em busca da minha autonomia como mulher. Ao meu noivo Eric, por me ajudar nos momentos de dificuldade, pelo companheirismo, por toda paciência nos meus momentos de ansiedade, por sempre me engrandecer como pessoa e por todo cuidado, amor e carinho concedido a mim desde os primeiros minutos do dia. À minha irmã Camila, por todas as conversas, pelos ensinamentos acadêmicos e por ser a figura próxima a mim que primeiro vi conquistar o universo da Academia, me inspirando assim a seguir pelo mesmo caminho desde os meus tempos de escola. À minha avó paterna, Ivette, por todo suporte, cuidado diário e por me acolher com todo amor e carinho em nossa casa. Aos meus avós maternos, Maria José e José Otácio, por todo amor, proteção e cuidado comigo desde a minha infância. Agradeço a Deus por vocês três estarem presentes em mais uma conquista minha. Por fim, agradeço à minha tia Maria Quinelato, pois além de ser uma mulher brilhante e independente que me inspira desde a infância, se tornou também mais uma mãe com quem posso contar. Obrigada pelo suporte, pelas instruções e pelos conselhos em todas as etapas da minha vida.

Agradeço, de maneira especial, à minha orientadora Profª. Dra. Brenda Carlos de Andrade, por todo suporte e direcionamento nesta etapa acadêmica. Obrigada pela paciência, gentileza e genialidade. Gostaria também de ampliar os agradecimentos aos professores do PROGEL, pois através de suas sabedorias embarquei em um universo novo e incrível.

Também agradeço aos novos colegas que o PROGEL me concedeu: Fernando, Bianca, Fabíola e Fernanda. Com vocês os dias de luta se tornaram mais leves! Obrigada pelas conversas e por todo apoio ao longo dessa etapa!

Não poderia deixar de agradecer às minhas amigas, Esther e Mari, por sempre me apoiarem. Estamos juntas desde a graduação e a cada passo dado presenciamos as conquistas umas das outras. É incrível partilhar as vitórias com vocês, meninas! E Mari, te agradeço, especialmente, pela parceria na pós-graduação, visto que embarcamos nessa nova jornada juntas e juntas iremos colher os frutos desse significativo trabalho!

Finalmente, agradeço à minha professora de graduação Marcia Cristina Xavier por ter sido o meu alicerce inicial na universidade e por ter aberto diversas portas para mim ao longo de toda a graduação.

RESUMO

Pensar no campo e na cidade para além dos seus aspectos físicos, é refletir sobre as perspectivas sócio-históricas-políticas que nestes espaços se manifestam. Nesse sentido, as relações de poder e as construções de discurso de uma dada sociedade se destacam como fator responsável pelos desenvolvimentos dos espaços e pela criação de binarismos, tal qual o de gênero, que regulam o convívio social. À luz dessa convicção, o presente trabalho possui como objetivo analisar a representação das personagens femininas da obra chilena *A Casa dos Espíritos*, de Isabel Allende, com base nos espaços em que as personagens se encontram inseridas, isto é, o campo e a cidade. Para além desse objetivo, busca-se igualmente destacar o posicionamento dessas mulheres perante um contexto sexista e apresentar como a focalização narrativa exerce influência na representação dos espaços e das personagens femininas não centrais à trama, de modo a conduzir a percepção dos leitores na construção de estigmas. Em vista disso, para alcançar os objetivos propostos, o presente trabalho de caráter bibliográfico e abordagem crítico-analítica, está embasada nos pressupostos teóricos de Henri Lefebvre (1999; 2001) e Williams (1990), para compreensão acerca do “ideal” construído sobre os espaços campo/cidade e do processo de desenvolvimento urbano e suas consequências. José Luís Romero (2009), Prado e Pellegrino (2022), Gazmuri (2012), Bauer (1991) e Scobie (1991) para o aprofundamento sobre as cidades da América Latina e, especialmente, sobre os aspectos físicos, sociais e políticos que norteiam o país do Chile, uma vez que este se mostra como a ambientação da narrativa em análise. Beauvoir (2016), Foucault (1998; 2022), Butler (2021), Kolontai (2011), Ferreira (2009) e Alves e Pitanguy (2003) para pensar sobre a construção cultural de gênero e sobre as consequências da dicotomia masculino/feminino no que diz respeito ao papel social da mulher na coletividade. Garcia (2015), para refletir sobre a história das três ondas do movimento feminista, e Cypriano (2013) e Dimenstein et al. (2020) para o aprofundamento acerca do feminismo latino-americano e sobre a pluralidade das mulheres latinas. E, por fim, Spivak (2010) e Bhabha (1998) com a finalidade de refletir a respeito do conceito de subalternidade e Quijano (2011; 2005), Mignolo (2017; 2008), Dussel (2016) para o entendimento a respeito dos estudos decoloniais e posterior reflexão sobre a posição de subalternidade no contexto latino-americano. Nesse sentido, a partir da concretização dos objetivos propostos, foi possível considerar que em *A Casa dos Espíritos* a focalização narrativa desempenha um papel importante, pois, a representação dos espaços e das personagens femininas secundárias pertencentes a estes espaços são moldadas de maneira estigmatizada por meio do ponto de vista de ambos narradores, estes cidadãos e de classe burguesa. Contudo, apesar das personagens femininas não centrais à trama possuírem um espaço menor, a pesquisa proporcionou a observação do posicionamento crítico das protagonistas perante um cenário sexista. Assim, embora se limitem ao *status* social, as protagonistas de *A Casa dos Espíritos* se distanciam dos aspectos da feminilidade impostos pela construção social de gênero e, de maneira mais ativa, adaptam-se a um contexto violento e opressor que reflete o contexto de turbulências políticas e sociais do Chile no século XX.

Palavras-chave: Campo e cidade; Personagem feminina; *A Casa dos Espíritos*; Isabel Allende.

RESUMEN

Pensar el campo y la ciudad más allá de sus aspectos físicos es reflexionar sobre las perspectivas sociohistóricas-políticas que se manifiestan en estos espacios. En este sentido, las relaciones de poder y las construcciones discursivas en una sociedad determinada se destacan como un factor responsable del desarrollo de espacios y la creación de binarios, como el género, que regulan la convivencia social. A la luz de esta convicción, el presente trabajo tiene como objetivo analizar la representación de personajes femeninos en la obra chilena *La Casa de los Espíritus*, de Isabel Allende, a partir de los espacios en los que se insertan los personajes, es decir, el campo y la ciudad. Además de este objetivo, también buscamos resaltar el posicionamiento de estas mujeres en un contexto sexista y presentar cómo el enfoque narrativo influye en la representación de espacios y personajes femeninos no centrales en la trama, con el fin de guiar la percepción de los lectores en la construcción de estigmas. Ante esto, para alcanzar los objetivos propuestos, el presente trabajo, de carácter bibliográfico y enfoque crítico-analítico, se basa en los presupuestos teóricos de Henri Lefebvre (1999; 2001) y Williams (1990), para comprender la “ideal” construido sobre los espacios campo/ciudad y el proceso de desarrollo urbano y sus consecuencias. José Luís Romero (2009), Prado y Pellegrino (2022), Gazmuri (2012), Bauer (1991) y Scobie (1991) para profundizar en las ciudades de América Latina y, especialmente, en los aspectos físicos, sociales y políticos del país de Chile, ya que este aparece como el escenario de la narrativa bajo análisis. Beauvoir (2016), Foucault (1998; 2022), Butler (2021), Kolontai (2011), Ferreira (2009) y Alves y Pitanguy (2003) para pensar la construcción cultural del género y las consecuencias de la dicotomía masculina/femenino en términos del papel social de la mujer en la comunidad. García (2015), para reflexionar sobre la historia de las tres olas del movimiento feminista, y Cypriano (2013) y Dimenstein et al. (2020), para profundizar en el feminismo latinoamericano y la pluralidad de las mujeres latinas. Y, finalmente, Spivak (2010) y Bhabha (1998) con el propósito de reflexionar sobre el concepto de subalternidad y Quijano (2011; 2005), Mignolo (2017; 2008), Dussel (2016) para la comprensión de Estudios decoloniales y posterior reflexión sobre la posición de la subalternidad en el contexto latinoamericano. En este sentido, a partir del logro de los objetivos propuestos, fue posible considerar que en *La Casa de los Espíritus* el enfoque narrativo juega un papel importante, ya que la representación de espacios y personajes femeninos secundarios pertenecientes a estos espacios se configuran de manera estigmatizada desde el punto de vista de ambos narradores, estos habitantes de la ciudad y pertenecientes a la clase burguesa. Sin embargo, a pesar de que los personajes femeninos no centrales de la trama tienen un espacio menor, la investigación permitió observar el posicionamiento crítico de los protagonistas en un escenario sexista. Así, aunque se limiten al estatus social, las protagonistas de *La Casa de los Espíritus* se distancian de los aspectos de feminidad impuestos por la construcción social de género y, de manera más activa, se adaptan a un contexto violento y opresivo que refleja el contexto de agitación política y social en Chile en el siglo XX.

Palabras clave: Campo y ciudad; Personaje femenino; *La Casa de los Espíritus*; Isabel Allende.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. Entre o campo e a cidade: uma territorialidade socialmente construída.....	19
1.1 A construção do espaço rural e urbano.....	19
1.2 O fenômeno do fetiche pelo natural e a relação rural-urbano.....	29
1.3 As cidades da América Latina.....	32
1.3.1 A massificação das cidades latino-americanas: da explosão demográfica à marginalização social.....	43
1.3.2 O tradicional e o anômico sobre uma ótica sócio-estrutural.....	48
2. A mulher construída: a dicotomia masculino-feminino como reflexo de uma sociedade sexista.....	55
2.1 Os discursos e as relações de poder na construção de gênero.....	55
2.2 A construção social do masculino-feminino.....	60
2.3 Feminismo: a emancipação feminina e os contextos sócio-culturais.....	69
2.3.1 O feminino e o feminismo no contexto camponês, burguês e suburbano.....	76
2.4 A mulher do Terceiro Mundo: um olhar para as mulheres latinas e o feminismo latino-americano.....	81
3. Camponesas e cidadinas: a representação feminina nos espaços de <i>A Casa dos Espíritos</i>, de Isabel Allende.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	120

INTRODUÇÃO

A cidade e o campo - detentores de diversas facetas e numerosas edificações - precisam ser analisados para além de suas esferas arquitetônicas, que evidentemente são responsáveis por denotar suas particularidades, mas não por trazê-las integralmente. A cidade e o campo também precisam ser abordados por meio de suas construções histórico-sociais, os quais carregam consigo homens e mulheres socialmente introduzidos em um ambiente hegemônico guiado por conflitos internos. Logo, essa ponderação inicial enfatiza um cenário que, por meio do senso comum, segrega-se desde a “percepção” do que poderia representar a cidade e o campo, até o princípio que determina os seus membros constituintes.

Quanto à representação do campo e da cidade, é possível notar que, por meio de uma tendência de pensamento comum, são posicionadas em uma condição de divergência. Partindo dessa questão, Williams (1990) apresenta a ideia de que o campo costuma ser tomado como a representação da paz e da inocência, enquanto a cidade costuma ser tomada como a representação da ambição e do mundanismo. Em contrapartida a isso, através de outra perspectiva abordada pelo mesmo autor, o campo pode ser representado pelo atraso e a cidade pode ser representada como um centro de realizações.

Quanto aos seus membros constituintes, isto é, os homens e as mulheres, observa-se que, igualmente, são posicionados em condição de divergência, de modo que a segregação seja estabelecida desde o momento do descobrimento do sexo da criança, até a sua fase adulta, com a separação e a imposição dos papéis sociais. Em vista disso, é digno de ressalva que, para Butler (2021), sexo e gênero são preexistentes ao sujeito, e, por isso, torna-se importante destacar que o sexo, bem como a delimitação de gênero, são construções culturais que privilegiam o sexo masculino em detrimento ao sexo feminino, uma vez que este é situado em posição inferior na dinâmica do convívio social.

Com base na perspectiva discutida acima, para a presente pesquisa, optou-se por analisar a obra *A Casa dos Espíritos* da escritora Isabel Allende tomando por base as teorias que norteiam os espaços do campo e da cidade, bem como as perspectivas da construção de gênero na sociedade. A narrativa escolhida se revela pertinente para um aprofundamento em ambos campos de estudo, uma vez que delimita claramente o funcionamento dos espaços campo e cidade, além de conceder ao leitor a representação feminina por meio de mais de uma focalização narrativa.

Em vista disso, o romance, publicado pela primeira vez no ano de 1982, se caracteriza como uma obra que aborda temas como amor, poder, política, espiritualidade e revolução. Além disso, também traz as transformações dos personagens, dos seus relacionamentos complexos e das consequências de suas ações. Dessa forma, Isabel Allende tece uma narrativa rica em detalhes históricos e culturais, misturando elementos de realismo mágico com eventos políticos reais que norteiam a vida de uma linhagem familiar, os Trueba, ao longo de três gerações no contexto histórico do Chile no século XX.

Para que essa família seja formada, na narrativa é apresentado o romance entre Clara Del Valle, mulher curiosa, clarividente e que possui sua família imersa no contexto político chileno, e Esteban Trueba, homem ambicioso, violento e com ideais políticos conservadores. Durante o decorrer da narrativa e da evolução do romance entre Clara e Esteban, que resulta na chegada dos filhos Blanca, Jaime e Nicolás, e mais tarde, na neta Alba, são evidenciados padrões de comportamento socialmente construídos, tanto no espaço do campo, quanto no espaço da cidade urbanizada.

Os hábitos em questão são apresentados tomando por base a focalização narrativa de Esteban e da sua neta Alba, que se tornam responsáveis não apenas por oferecer aos leitores diversas representações a respeito dos territórios e dos desdobramentos sociais, políticos e econômicos que neles se desenrolam, como também desenvolvem representações acerca das personagens femininas imersas nesses espaços, quer sejam as protagonistas Clara, Blanca ou Alba, quer sejam as personagens não-protagonistas, como Pancha García, Amanda, Tránsito Soto e outras que surgem ao longo da trama. Com isso, torna-se evidente que as personagens são moldadas de acordo com a tendência de pensamento que caracteriza os territórios em que estão inseridas.

Da mesma forma, é importante salientar que em ambas as localidades se instaura uma visível opressão por parte do masculino sobre o feminino, resultando em violência verbal, física e sexual contra as mulheres camponesas e cidadinas de diferentes classes sociais. Contudo, é possível observar que, em contrapartida à opressão vivenciada pelas mulheres no campo e na cidade, a narrativa apresenta protagonistas femininas fortes que possuem voz ativa e pensamentos que transcendem as limitações do sexismo. Assim, o cenário retratado na obra e vivenciado por estas mulheres reflete uma época de turbulências sócio-política-econômicas no Chile, que, inclusive, próximo ao final da trama, traz a representação do período ditatorial no país, contexto histórico em que as minorias eram silenciadas e submetidas à violência.

Tomando por base esse contexto histórico, destaca-se que a presente obra de Isabel Allende se caracteriza por acrescentar à trama um reflexo de experiências vividas pela população chilena ao longo do século XX. A própria escritora, nascida no Peru no dia 02 de agosto de 1942, ao se mudar para o Chile, acompanhou situações históricas que, inclusive, são inseridas em *A Casa dos Espíritos*, como a ditadura militar de 1973. Um outro detalhe intrigante é o fato da família de Isabel Allende ter uma forte presença na política do país, o que pode ser exemplificado através do ex-presidente Salvador Allende. Nesse sentido, a narrativa de *A Casa dos Espíritos* se evidencia por retratar paralelamente um cenário que, de fato, representou parte dos aspectos sociais, políticos e históricos chilenos.

Para além dessa questão, é relevante ressaltar o engajamento da escritora com o movimento feminista, que igualmente a influenciou na criação de personagens femininas fortes em suas obras. Isso contribui para que as mulheres retratadas em seus livros se destaquem em termos de protagonismo, voz ativa e resistência ao discurso hegemônico propagado pela sociedade patriarcal.

Por conseguinte, algumas das obras mais marcantes da renomada escritora podem ser evidenciadas por intermédio de algumas obras, tais como o próprio objeto de análise *A Casa dos Espíritos*, que recebeu uma adaptação cinematográfica de direção de Bille August no ano de 1993, a obra *Paula*, retrato autobiográfico escrito para recordar as memórias de sua filha em coma, e a obra *Longa Pétala de Mar*, que conduz um romance épico responsável por apresentar a guerra civil espanhola.

Para tanto, visando analisar o romance de Allende sob a perspectiva de que a cidade e o campo influenciam e são influenciados sócio-estruturalmente pelas personagens da diegese, o presente trabalho se configura como uma pesquisa de natureza bibliográfica, adotando uma abordagem crítico-analítica. Assim, ao buscar realizar a análise literária alinhada às expectativas em questão, a presente pesquisa se encontra fundamentada em pressupostos teóricos centrados nos estudos sobre o campo, a cidade e a construção de gênero.

Diante disso, para compreender a relação das personagens femininas com os espaços em que são introduzidas, faz-se necessário desenvolver um olhar para a dinâmica do campo e da cidade e, conseqüentemente, debater como esses espaços influenciam e são influenciados pelas personagens. Portanto, para alcançar esse debate, a teoria que abraça os estudos sobre o campo e a cidade se demonstra presente na pesquisa por meio dos teóricos Henri Lefebvre (1999; 2001) e Raymond William (1990).

Todavia, é preciso destacar que os espaços estudados pelos dois teóricos se referem ao campo e à cidade europeus. Logo, para a presente pesquisa, Lefebvre e Williams auxiliam na

contextualização da “ideia” que a sociedade constrói sobre esses espaços, porém, não necessariamente auxiliam na compreensão sobre a ambientação da história, uma vez que a narrativa se passa em uma cidade latino-americana. Em consequência disso, a ambientação da obra, tanto no que diz respeito aos aspectos físicos, como também no que diz respeito aos aspectos sociais e políticos, ficaram, portanto, ancorados nas perspectivas teóricas de José Luís Romero (2009), Quijano (2011; 2005), Mignolo (2017; 2008), Dussel (2016), Prado e Pellegrino (2022), Gazmuri (2012), Bauer (1991) e Scobie (1991).

Por conseguinte, para falar sobre as cidades, em primeiro plano, Henri Lefebvre (2001, p. 11), compreende que “A industrialização caracteriza a sociedade moderna”, entretanto, veremos que esse essencialismo europeu não caracteriza igualmente a modernidade para os latino-americanos. Desse modo, de acordo com Mignolo (2017), para a América Latina, além da modernidade caminhar em conjunto com a colonialidade e as suas conquistas e obscuridades, também traz novas experiências que não se assemelham ao contexto europeu.

Por conseguinte, a cidade de Lefebvre é retratada através de uma perspectiva urbana que se tornou responsável por criar inúmeros contrastes sociais, os quais são debatidos em seus livros *O direito à cidade* (2001) e *A Revolução Urbana* (1999). Assim, Lefebvre debate não apenas sobre os avanços urbanos nas cidades europeias, como também sobre a desigualdade social marcada por esse fenômeno. Logo, como consequência dos avanços urbanos, o ideal de que a cidade seria um local de progresso começa a ser formulada pela população e a partir disso:

[...] a Cidade aparece como segunda natureza, pedra e metal, erigida sobre a natureza inicial e fundamental, a dos elementos, a terra e o ar, a água e o fogo. Essa segunda naturalidade adquire seu paradigma, seu sistema de oposições pertinentes: o brilhante e o sombrio, a água e a pedra, a árvore e o metal, o monstruoso e o paradisíaco, o rugoso e o polido, o selvagem e o artificial. (Lefebvre, 1999, p. 35)

Quanto ao teórico Raymond Williams (1990), é possível observar suas ponderações em relação à dicotomia campo-cidade. Para o autor, o campo se mostra por meio de uma forma natural de vida amena e atrasada, enquanto a cidade se mostra por meio da sua relação com o saber e, conseqüente, progresso. Com isso, embora as experiências entre os campos e as cidades europeias e não-europeias sejam divergentes, ainda se torna perceptível que a “ideia” sobre o campo e a cidade também é observada em certos territórios da América Latina, pois, ainda que durante muito tempo, e, principalmente no contexto de colonização, a região rural tenha sido o foco econômico dessa região, a cidade passa a ser considerada como prioridade na América Latina, principalmente a partir da década de 1930.

Com base nesse prisma, no que diz respeito à explosão demográfica e, por consequência, às mudanças físicas e sociais, optou-se por trazer as considerações de José Luís Romero (2009), uma vez que o teórico debate sobre o processo de massificação nas cidades da América Latina. Para o autor (2009), o processo de massificação transporta consigo as massas, as quais são caracterizadas por um conjunto heterogêneo de pessoas que se posicionaram às margens da sociedade tradicional. São pessoas frutos do êxodo rural ou dos segmentos populares que, em conjunto, se posicionam nas circunvizinhanças do centro urbano. Como consequência, são tratados por meio segregação física e social em relação às pessoas consideradas socialmente privilegiadas. O resultado para esse fenômeno pode ser, portanto, evidenciado com base na intensificação da violência e da marginalização das pessoas pobres, imigrantes, de cor, suburbanas e periféricas.

Dito isto, se torna imprescindível entender sobre o conceito popular que se formula a respeito do campo e da cidade de modo geral, para, por fim, especificar essa delimitação no campo e nas cidades da América Latina, uma vez que a narrativa é ambientada no Chile. Ao levar em conta essas considerações, será possível analisar as personagens inseridas nesses espaços e perceber que a violência e a estigmatização vão muito além dos ambientes em que vivem, atingindo também a delimitação de seus gêneros.

Em virtude disso, quanto aos estudos de gênero, os pressupostos teóricos de Judith Butler (2021) adentram na pesquisa como sendo um dos essenciais. Em seu livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, a autora desenvolve um olhar para a perspectiva de que o sujeito se encontra em constante construção na sociedade. Além do debate sobre a construção do sujeito, as pautas sobre sexo e gênero também são analisadas com base nas construções discursivas e das relações de poder na sociedade.

Assim, no que toca às relações de poder, é possível observar a segregação do masculino *versus* feminino, em que, na sociedade, o primeiro tende a representar a autoridade, enquanto o segundo a submissão. Notoriamente Butler (2021) busca desconstruir esse pensamento, a fim de comprovar que a construção do gênero nem sempre se manifesta de maneira coerente nos contextos históricos e também se apresenta como uma construção discursiva segregacionista.

De acordo com a autora (2021), “o deslocamento estratégico dessa relação binária e da metafísica da substância em que ela se baseia pressupõe que a produção das categorias de feminino e masculino, mulher e homem, ocorra igualmente no interior da estrutura binária” (Butler, 2021, p. 53). Assim, devido ao discurso binário, a partir do nascimento de um indivíduo, é atribuído a ele um gênero previamente construído. No caso das mulheres, sua

construção social as posiciona em um patamar de subalternidade dentro da estrutura da sociedade patriarcal.

Para além de Butler, será possível verificar que Foucault (1988; 2022) também teoriza sobre as relações de poder, manifestando assim seu pensamento sobre a prática do poder em relação à perspectiva de gênero. Para Foucault (1988):

[...] o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado. (Foucault, 1988, p. 21)

Sendo assim, as relações de poder se destacam como influenciadoras nas práticas de discurso e consequentes construções binárias na sociedade, tal qual a construção de gênero. Por conseguinte, além de Butler e Foucault, a presente pesquisa resgata os pressupostos teóricos de Simone de Beauvoir (2016), uma vez que, a partir da construção binária de sexo e gênero, a dicotomia masculino-feminino se estabelece no convívio social. O resultado para tal dicotomia é apresentado pela teórica através de um olhar mais aprofundado sobre o papel da mulher na coletividade.

Em decorrência do papel da mulher na sociedade, para construir o pensamento sobre gênero, outros textos igualmente ofereceram auxílio no desenrolar da pesquisa: Kolontai (2011), Ferreira (2009) e Alves e Pitanguy (2003). Em Ferreira (2009), a título de exemplo, podemos constatar as definições que partem da convicção binário do masculino e feminino, em que a este se detém uma imagem inteiramente relacionada à figura da feminilidade. Isto é, a mulher sempre é associada aos padrões de comportamentos baseados na beleza, sensibilidade, submissão, maternidade, dentre outros. Dessa forma, ainda conforme Ferreira (2009, p. 116), é possível compreender, portanto, que “no universo da dicotomia sexista patriarcal, a natureza masculina espelharia objetividade, racionalidade e segurança, e a feminina, características de dispersão, emoção e de pouca segurança”.

No que diz respeito a Alves e Pitanguy (2003) e Kolontai (2011), além de contemplarem em seus estudos a posição da mulher na sociedade, também refletem sobre o movimento feminista e sobre a luta pela emancipação feminina. Ainda sobre o feminismo, a presente pesquisa buscou, nos pressupostos teóricos de Garcia (2015), um aprofundamento quanto às três ondas do feminismo, e nos pressupostos teóricos de Cypriano (2013) e Dimenstein et al. (2020) um melhor discernimento acerca do feminismo latino-americano e da posição de subalternidade das mulheres da América Latina.

Por fim, de modo a abraçar as perspectivas que particularizam o povo latino-americano, fez-se necessário um breve debate sobre os estudos decoloniais novamente por meio das contribuições de Quijano (2011; 2005), Mignolo (2017; 2008), Dussel (2016). Os teóricos desempenharão um papel crucial na compreensão do discurso colonial que tende a caracterizar o povo latino-americano, de modo que também debatam sobre como esse povo busca romper esse discurso discriminatório, afinal: “[...] a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’” (Mignolo, 2017, p. 2). Por fim, para além dos autores decoloniais, o presente estudo se permitiu tomar como auxílio as contribuições dos escritores pós-coloniais Spivak (2010) e Bhabha (1998) para o entendimento acerca da subalternidade dos países considerados de Terceiro Mundo, embora se saiba que ambos teóricos não sejam latino-americanos.

Nesse sentido, por meio do arcabouço teórico apresentado, a pesquisa buscou enfatizar a importância que a dicotomia campo-cidade exerce na construção dos seus membros constituintes, levando em consideração a representação das mulheres por meio das personagens femininas presentes no romance, este ambientado em um contexto opressor e patriarcal. Diante disso, visando também uma possível representação estigmatizada dos espaços da narrativa e, conseqüentemente, das personagens que vivem nesses respectivos ambientes, é possível refletir acerca do seguinte questionamento: de que forma o campo e a cidade são interferidos e interferem na representação das personagens femininas na obra *A Casa dos Espíritos*?

Para atender à problemática proposta, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar a representação das personagens femininas de acordo com os espaços em que estão inseridas, ou seja, o campo e a cidade. Dessa forma, por meio dessa análise, a pesquisa busca investigar como a focalização narrativa se torna a responsável pela representação dos espaços e das personagens femininas, para que assim se possa compreender como as mulheres da história são posicionadas diante do cenário sexista estabelecido. Além do objetivo principal, é relevante destacar outros objetivos que visam uma observação mais específica em relação à problemática em questão.

O primeiro objetivo específico busca analisar a formação do campo e da cidade de acordo com a perspectiva social, política e econômica chilena, indicadora de um ambiente marcado pela discriminação e pelas turbulências políticas do país, com base na hipótese de que esses espaços, violentos e estigmatizados, refletem o contexto chileno do século XX e

influenciam na representação das personagens femininas; o segundo objetivo específico busca analisar as protagonistas femininas do romance tomando por base os seus posicionamentos perante o cenário sexista, com base na hipótese de que as protagonistas são mulheres que possuem um maior espaço na narrativa e uma maior voz ativa para se opor ao sexismo, porém, limitam-se muitas vezes a não lutar por seus direitos civis devido ao *status* social da burguesia; por fim, o terceiro objetivo específico busca apresentar como a focalização narrativa se torna influenciadora na representação dos espaços e das personagens femininas não-protagonistas, com a hipótese de que esses ambientes serão estigmatizados e essas personagens serão silenciadas no romance, de maneira a sempre serem vistas com o olhar do *Outro* e como os *Outros*.

Para tanto, a motivação central da pesquisa se apresenta pelo o ato de analisar a representação do campo e da cidade na obra *A Casa dos Espíritos* para além da esfera arquitetônica, uma vez que se faz necessário visualizar esses espaços da narrativa por meio de uma visão mais abrangente, voltada para o contexto histórico e social desses territórios. Além dessa motivação, torna-se importante analisar a representação das figuras femininas inseridas no romance, a fim de evidenciar como serão influenciadas e representadas pela focalização narrativa dada aos espaços em que se encontram introduzidas e ao contexto histórico, sexista e opressor do Chile no século XX.

Nesse sentido, a pesquisa se apresenta relevante ao mostrar a importância dos estudos nas relações entre literatura, espaço e gênero, uma vez que as obras literárias estão em constante diálogo com o contexto. Na obra de Isabel Allende, a “ideia” que o senso comum estabelece sobre o campo e a cidade exerce certa influência sobre as personagens, conduzindo-as a uma estigmatização realizada pelos narradores; estigmatização esta que, inclusive, existe para além da literatura.

A perspectiva de gênero, igualmente, constitui uma situação que exemplifica a relação entre texto e contexto, uma vez que a sociedade patriarcal impõe às mulheres situações provenientes de uma cultura sexista. Portanto, a relevância da pesquisa reside na observação do posicionamento dessas personagens femininas diante de um ambiente de opressão, violência e misoginia que as impactam de diversas formas e em diferentes camadas sociais, independentemente do meio em que estejam inseridas.

Com base nessa ótica, o trabalho está organizado em três capítulos: o primeiro capítulo do trabalho abrangerá os aspectos teóricos pautados na dicotomia campo-cidade, conduzindo a leitura para os principais panoramas que resgatam a noção de urbanização, massificação e as particularidades das cidades latino-americanas; o segundo capítulo trará os

aspectos teóricos baseados na construção de gênero, partindo desde as relações de poder até a perspectiva da construção do sexo e do gênero, corroborando assim na criação de discursos binários que envolvam o corpo, a emancipação, a feminilidade, a domesticidade, dentre outros. Além disso, neste capítulo também será discutido sobre o movimento feminista e sobre a posição das mulheres latino-americanas na sociedade; por fim, o terceiro capítulo estará focado na análise da narrativa, a fim de observar as personagens femininas de acordo com espaços em que se encontram introduzidas. É importante destacar que esses espaços, além de fisicamente divergentes, também se particularizam pela diferença social e econômica, contexto que será descrito e apresentado aos leitores por meio de duas focalizações narrativas. Dessa forma, a análise proporcionará à pesquisa uma pertinente compreensão acerca das influências que os espaços exercem na representação das personagens femininas e de que forma sociedade sexista e opressora as impacta dentro da obra literária *A casa dos espíritos*.

1. Entre o campo e a cidade: uma territorialidade socialmente construída

“A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões.” (Williams, 1990, p. 19)

A construção da sociedade moderna, e das relações sociais que nela se desenvolvem, expressa uma edificação baseada em convicções binárias, que, corriqueiramente, acabam por enaltecer todos aqueles pertencentes ao contexto de maior prestígio social, isto é, todo indivíduo que se enquadra na posição de homem, branco, rico e civilizado. No âmago dessas relações sociais binárias, é possível observar que o espaço também se torna um importante componente para identificar o funcionamento segregador dessa coletividade, uma vez que os territórios são submetidos a condutas e práticas hegemônicas. Diante disso, a dicotomia campo-cidade se apresenta como um exemplo da segregação entre dois territórios que, de maneira socialmente construída, atuam por intermédio de uma perspectiva baseada no senso comum que simboliza o atraso e o avanço, respectivamente. Por esse motivo, para se chegar a uma compreensão acerca da dicotomia campo-cidade e a forma como moldam e são moldadas pelos sujeitos que residem nessas espacialidades, torna-se importante pensar sobre esses espaços como lugares erguidos com base em valores culturais e realidades distintas, para assim compreender os contextos sociais, políticos e econômicos que emergem a partir das zonas rurais e zonas urbanas.

1.1 A construção do espaço rural e urbano

O campo e a cidade são espaços que, para serem analisados integralmente, precisam se manifestar para além de sua arquitetura. Logo, ao se analisar esses espaços, torna-se fundamental pensar sobre os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais responsáveis por também fundar essas territorialidades. A partir dessa análise, se revela possível compreender algumas circunstâncias, como a definição pautada no senso comum de atraso para as zonas rurais e de avanço para as zonas urbanas, e a forma como essas definições influenciam os sujeitos que a estes espaços pertencem.

No romance *A Casa dos Espíritos* da escritora Isabel Allende, será possível observar que os espaços do campo e da cidade chilena são escolhidos pela escritora para construir a ambientação da sua trama. É preciso ressaltar que na obra literária, a trama gira em torno da família Trueba, especialmente da matriarca Clara e de sua filha Blanca e neta Alba, bem como de suas relações com o patriarca Esteban Trueba, todos personagens inseridos em um

contexto de turbulências políticas e sociais do Chile no século XX. Sendo assim, de modo a refletir similarmente os aspectos físicos do país que serve de ambientação para a história, Isabel Allende transporta para sua literatura os detalhes mais cruciais, tais como as paisagens e o funcionamento social, político e econômico dessas regiões.

Nesse sentido, para se falar, inicialmente, acerca das possíveis definições que o senso comum cria sobre o campo, se observa que “os valores culturais relacionados ao espaço rural estão integrados à cultura hegemônica que (re)constrói uma outra ruralidade (e da natureza), num permanente processo de ressignificação portando novas noções de espaço” (Rua, 2005, p. 51). Sendo assim, o campo, em um período anterior aos avanços urbanos, detinha suas características pautadas em aspectos que refletiam a tranquilidade e simplicidade, o que aos poucos se modificou em razão da industrialização e consequente urbanização das cidades.

O resultado desses dois fenômenos urbanísticos corroborou para uma ressignificação do espaço rural, de modo que, inicialmente, as anteriores virtudes também cedessem lugar a novos adjetivos como “atrasado”, “isolado” e “disperso”. Tornou-se, portanto, habitual pensar o campo como um território de construção de vida tardio, tanto no que se refere ao estilo de vida urbano, quanto no que se refere ao desenvolvimento arquitetônico, como pode ser visualizado no trecho a seguir de *A Casa dos Espíritos*: “No campo, entretanto, os novos automóveis eram uma realidade tão remota quanto os vestidos curtos, e quem se livrou da praga e da febre aftosa o registrou como um bom ano” (Allende, 2021, p. 78).

Sob essa ótica de atraso, aos seus residentes do campo, atribuiu-se o *status* de sujeitos não civilizados, pois, em comparação à zona urbana, o espaço rural possui seus habitantes julgados e condicionados, de maneira pejorativa, a aspectos que retratam a rispidez. Assim, de modo a relacionar esse contexto real de preconceito com a obra literária, Isabel Allende resgata o estigma que certas pessoas possuem a respeito dos habitantes do campo, isto é, tratando-os como pessoas não civilizadas: “Decidiu então que era tempo de levar um pouco de civilização àquele rincão perdido entre a cordilheira e o mar” (Allende, 2021, p. 68). Logo, a territorialidade do campo e da cidade revelam a existência de diferenças e barreiras físicas e sociais que, em um primeiro plano, foram responsáveis por segregá-los e caracterizá-los através de representações excepcionalmente divergentes:

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações – de saber, de comunicação, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. (Williams, 1990, p. 11)

Quanto à cidade, como pode ser observado acima, possui no senso comum as suas características concentradas no progresso e nas possíveis oportunidades de vida. O campo em relação a esse contexto, para Lefebvre (1999, p. 24), transmite à sociedade moderna uma interpretação de que “não é mais – não é nada mais – que a ‘circunvizinhança’ da cidade, seu horizonte, seu limite”, o que claramente esboça uma perspectiva de territórios socialmente organizados e, de maneira conflituosa, evidencia que “à distinção entre a cidade e o campo vinculam-se as oposições destinadas a se desenvolverem: trabalho material e trabalho intelectual, a produção e comércio, agricultura e indústria” (Lefebvre, 1999, p. 42).

A cidade, dessa forma, desencadeia um sentimento oposto, como pode ser observado no trecho supracitado. Trata-se de um sentimento de pertencimento a um local de desenvolvimento e modernização. Um local “civilizado”, como podemos ver inúmeras vezes o narrador-personagem da obra, Esteban, reafirmando sempre que necessário: “Apressamos o passo, e, uma hora mais tarde, o tropeiro despediu-se de mim na minúscula estação em que o trem de bitola ligava o mundo civilizado àquele deserto em que passei dois anos” (Allende, 2021, p. 42).

Contudo, é válido destacar que “talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a *cidade*, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o ‘urbano’, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento” (Lefebvre, 2001, p. 54). Não obstante, ambas realidades dialogam entre si, corroborando para uma perspectiva que abraça a ideia de um espaço edificado com base no progresso. Em vista disso, destaca-se a concepção de que, para debater sobre cidade, também se torna importante compreender que:

Na escala mundial, poucas cidades organizam e comandam grandes blocos de interesses e reordenam o espaço econômico global; nas escalas local, regional e nacional, as cidades definem as formas de organização da população e a localização das atividades econômicas, referenciam identidades sociais e definem as formas várias de constituição comunitária. (Monte-mór, 2006, p. 10).

À luz desse pressuposto, conforme Lefebvre (1999), para se chegar ao contexto urbano das cidades, diversas modificações se sucederam ao longo dos anos. Dessa forma, as alterações que foram implementadas na arquitetura e no convívio da população, desde o início dos primeiros aspectos urbanísticos, se tornaram responsáveis por desencadear alterações tanto na realidade presente, quanto na realidade social, resultando assim na reflexão de que espaço urbano se apresenta como um influenciador de identidades.

Entretanto, neste ponto da pesquisa, é válido destacar que os tipos de cidade estudados por Henri Lefebvre pertencem às cidades europeias e, portanto, não podem ser

atribuídas, em sua plenitude, às cidades latino-americanas e, conseqüentemente, às cidades do Chile, visto que este país serve de ambientação para a obra literária em análise. Todavia, com o objetivo de evidenciar as diferenças físicas, econômicas e, sobretudo, sociais, entre as cidades dos países considerados de Primeiro Mundo e as cidades dos países considerados de Terceiro Mundo, faz-se necessário realizar um breve levantamento histórico ancorado nos estudos de Lefebvre sobre a origem e o funcionamento das cidades europeias.

Partindo dessa consideração, para compreender o espaço urbano europeu como influenciador de toda uma sociedade conseqüentemente urbanizada, é preciso observar as alterações que acometem esse corpo social desde o princípio. Diante disso, inicialmente, de acordo com Lefebvre (1999), os primeiros grupos de seres humanos situados na região europeia - pescadores, pastores, caçadores e coletores - foram responsáveis por marcar, explorar, nomear e traçar topologias fundamentais dos espaços para que, assim, em um segundo momento, o próximo grupo de seres humanos - camponeses - pudessem aperfeiçoar essa circunstância espacial.

Destaca-se o fato de que as mudanças nesse panorama apresentam a cidade, em seu decurso, caminhando lado a lado aos hábitos que caracterizavam as aldeias. No que se refere à agricultura, “superou a coleta e se constitui como tal sob o impulso (autoritário) de centros urbanos, geralmente ocupados por conquistadores hábeis, que se tornaram protetores, exploradores e opressores, isto é, administradores, fundadores de um Estado ou de um esboço de Estado” (Lefebvre, 1999, p. 21). Ou seja, tais modificações permaneceram ocorrendo até alcançar os centros urbanos, para assim reproduzir tipos de cidades e diferenciadas manifestações sociais.

A cidade política, a título de exemplo, “acompanha, ou segue de perto, o estabelecimento de uma vida social organizada, da agricultura e da aldeia” (Lefebvre, 1999, p. 21). Dessa forma, esse tipo antigo de cidade, reconhecido por Lefebvre (1999) como sendo aquele que um dia fora constituído por nobres, guerreiros e sacerdotes das antigas civilizações criadoras, traz consigo o poder como a chave principal de funcionamento. Por esse motivo, tudo aquilo que remete ao poder, como a escrita e as armas, é produzido pelos povos residentes desta cidade. Além dessa particularidade, mesmo resistindo, a cidade política se revelou ameaçada pelo comércio e pelos comerciantes, os quais, muitas vezes estrangeiros, tornaram o cenário heterotópico. Tentou-se, portanto, ao máximo, não permitir o deslocamento do comércio para os centros, e principalmente praças, com o intuito de perpetuar os costumes corriqueiros. Dessa forma, de acordo com Lefebvre (1999, p. 22), “é

apenas no Ocidente europeu, no final da Idade Média, que a mercadoria, o mercado e os mercadores penetram triunfalmente na cidade.”

Com a penetração do comércio nos centros das cidades, não apenas os hábitos da população obtiveram alterações, como também a arquitetura. A praça do mercado se transforma no foco e ao redor do mercado instalam-se igrejas, lojas, galerias, prefeituras, dentre outros. A esta cidade, nomeia-se mercantil. A cidade mercantil, por conseguinte, faz com que as pessoas mudem seus costumes e os residentes das aldeias escolham produzir para o mercado urbano, uma vez que o urbano se torna essencial para a manutenção da nova vida. Assim, floresce a cidade e com ela “a troca comercial torna-se *função* urbana; essa função fez surgir uma *forma* (ou formas: arquiteturais e/ou urbanísticas) e, em decorrência, uma nova *estrutura* do espaço urbano” (Lefebvre, 1999, p. 23).

Entretanto, é digno de ressalva que neste período, os primeiros passos conferidos à modificação da cidade evidenciam que, segundo Lefebvre (1999, p. 23), “a relação entre a cidade e o campo ainda conferia a primazia a este último: à riqueza imobiliária, aos produtos do solo, às pessoas estabelecidas territorialmente (possuidores de feudos ou de títulos nobiliários)”, mas, a prioridade urbana apresentava sinais de instalação e assim o fez. A cidade se tornou prioridade e com essa mudança, ainda de acordo com o teórico (1999), surgiram os primeiros planos da cidade na Europa a datar do século XVI e XVII, oferecendo assim um cenário de progresso, conhecimento e razão.

A partir do progresso, indiscutivelmente elementos da urbanização surgiram e modificaram a vida interna dos centros, corroborando para o nascimento das cidades comerciais e seguidamente das cidades industriais, que acabaram por expressar a centralização de seus funcionamentos no capital e na economia. Com base nisso, Lefebvre (1999), comenta:

A indústria estaria vinculada à cidade? Ela estaria, antes de mais nada, ligada à não-cidade, ausência ou ruptura da realidade urbana. Sabe-se que inicialmente a indústria se implanta – como se diz – próxima às fontes de energia (carvão, água), das matérias-primas (metais, têxteis), das reservas de mão-de-obra. Se ela se aproxima das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão-de-obra, mantida a baixo preço. (Lefebvre, 1999, p. 25)

Dessa forma, a industrialização, esteja próxima ou distante dos centros, abraça o espaço territorial que a envolve, modificando-o física e comportamentalmente. Oferece novos hábitos de produção caracterizados pela execução em série e de maneira mecanizada, podendo assim também exteriorizar uma simbologia de modernização e, para Lefebvre (2001), ao fim, caracterizar a sociedade moderna. Dessa maneira, com intuito de sintetizar,

segundo Lefebvre (1999, p. 33), se observa “[...] o estilhaçamento da cidade pré-industrial e pré-capitalista sob o impacto da indústria e do capitalismo, que permite compreender suas condições, seus antecedentes, a saber, a cidade comercial; esta, por sua vez, permite apreender a cidade política à qual se superpõe.”

À luz dessa perspectiva, a industrialização, como símbolo da modernidade, além de intensificar o quantitativo de produções, igualmente promove a expansão das cidades e, conseqüentemente, o seu crescimento demográfico, pois “[...] a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim *estabelecimentos* diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos” (Lefebvre, 2001, p. 16). Todo esse contexto, mesmo que complexo, acabou por servir de atrativo às pessoas, principalmente as que residiam nos campos, uma vez que a zona rural se manifestava socialmente como um local de atrasos. A partir dessa circunstância, o fenômeno do êxodo rural se apresentava cada vez mais intensificado, e as pessoas se deslocavam para os centros urbanos almejando a conquista de empregos e melhoria de vida.

Como pode ser observado, as cidades europeias passaram por inúmeras modificações ao longo dos séculos e se destacaram pelas características comerciais e industriais. Sendo assim, cabe neste ponto mencionar uma das principais diferenças entre as cidades europeias e as cidades latino-americanas: a amplitude da industrialização. Para os europeus, como visto anteriormente, a industrialização é sinônimo de modernidade, enquanto que para os latino-americanos, a industrialização não apenas surge tardiamente, como não simboliza a modernidade em sua plenitude, uma vez que para os latinos, como veremos no tópico 1.3 da presente pesquisa, a modernidade anda em conjunto com a colonialidade (Mignolo, 2017).

Dessa forma, além dos países latinos possuírem outras experiências que não aquelas de caráter essencialista difundidas pelos europeus, também se caracterizam pela mudança de concepções sobre a modernidade e por considerarem a industrialização algo de importância na América Latina, porém não um fator primordial e único para o construir esse conceito de “modernidade”. Nesse sentido, em virtude das diferentes formas de origem, funcionamento e juízos de valores, não podemos observar as cidades europeias e latinas com base nas mesmas perspectivas. No entanto, é válido destacar que, embora apresentem divergências, ambos territórios possuem o mesmo senso comum de definição sobre a vida no campo e sobre a vida na cidade, ainda que essa definição tenha tardado a ocorrer na América Latina, como veremos no tópico 1.3.1.

Com base nesta conjuntura, seja nas cidades europeias ou nas cidades latino-americanas, novamente é preciso pontuar que os predicados destinados aos sujeitos do

campo se demonstravam cada vez mais distantes daqueles concedidos aos sujeitos da cidade, pois, enquanto ao campo se hostilizava um contexto de pessoas não civilizadas, à cidade se oferecia os atributos de um território constituído de indivíduos civilizados. Assim:

A polarização construída na modernidade e exercida pela cidade concentrou nela poder político, capital, cultura, moda, etc e projetou um modo de viver, pensar e agir urbano que, cada vez mais, tem subordinado o campo – visto como atrasado, incivilizado, rústico. Estas imagens são reforçadas pela linguagem: civis-civil-civilizado; urbs-urbano-urbanidade; polis; polido-educado-político; burg-burguês. O próprio termo cidade (em suas múltiplas origens) é apropriado para criar a representação social do "burguês polido, político, educado, cidadão". O rural – rus, ruris, em latim, que derivou em rude – passa a ser visto como o "outro", nessas representações. (Rua, 2005, p. 47-48)

Desse modo, por intermédio do impulsionamento dessa migração em massa dos residentes da zona rural para a zona urbana, é possível observar a ocorrência de uma explosão demográfica nos centros. Com isso, o foco da coletividade se apresentava concentrado na espacialidade urbana, a qual, no decorrer dos anos, passou a se caracterizar como o “lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas” (Lefebvre, 1999, p. 46). O espaço urbano se evidenciava, portanto, como um renovado modo de vida que “passa a se constituir em função das demandas colocadas ao Estado no sentido de atender tanto à produção industrial quanto, e particularmente, às necessidades da reprodução coletiva da força de trabalho” (Monte-mór, 2006, p. 13).

Assim sendo, independentemente da classe social e das possíveis adversidades encontradas pelo caminho, a população se via seduzida pelas possibilidades que a cidade poderia oferecer. Dentre tais expectativas, além, evidentemente, das possíveis ofertas de trabalhos, destaca-se o consumismo exacerbado, uma vez que, de acordo com Lefebvre (2001, p. 20), “O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar.” À luz dessa questão, para muitos, o espaço urbano se revelava como um local de potencial oportunidades, trabalhos e consumismos, o que, novamente, esclarece sua explosão:

Enquanto esse aspecto do processo global (industrialização e/ou urbanização) segue seu curso, a grande cidade explodiu, dando lugar a duvidosas excrescências: subúrbios, conjuntos residenciais ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites pouco diferentes de burgos urbanizados. As cidades pequenas e médias tornam-se dependências, semicolônias da metrópole. (Lefebvre, 1999, p. 17)

Dessa forma, a partir do aumento da dinâmica urbanística e do fenômeno da explosão demográfica nos centros da cidade, é possível compreender suas diversas camadas, configurações sociais e perspectivas norteadoras do tecido urbano, o qual, inclusive, posiciona a metrópole em situação de domínio sobre os locais de menor porte. Com isso, o perfil do tecido urbano “sintetiza, dessa maneira, o processo de expansão do fenômeno urbano que resulta da cidade sobre o campo e, virtualmente, sobre o espaço regional e nacional como um todo” (Monte-mór, 2006, p. 14). Por conseguinte, a área urbana se mostrou durante muito tempo como um espaço crescente e com particularidades que apresentavam supremacia não apenas sobre cidades menores, como também e, principalmente, sobre o campo. Desse modo, para Lefebvre (1999, p. 17), é notório que “o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo”. Assim:

Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para as periferias distantes, residenciais ou produtivas. (Lefebvre, 2001, p. 18)

Por conseguinte, para Lefebvre (2001, p. 19) “O tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito de ecossistema, unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes. [...] Ele é o suporte de um ‘modo de viver’ mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana.” Logo, o tecido urbano que constitui os diversificados tipos de cidades, anteriormente detentoras de determinado quantitativo e qualitativo de pessoas, se viu ampliado não só ao que se refere aos seus números, como também se revelou cada vez mais heterogêneo. Dessa forma, o resultado da explosão demográfica acarretou em significativas modificações no espaço, tanto em seus aspectos físicos, quanto em seus aspectos sociais.

Hodiernamente, por exemplo, uma das claras situações de alteração das circunstâncias expostas acima, se apresenta, segundo Lefebvre (2001), por meio das cidades da América do Sul e da África, isto é, lugares cuja modernização se deu sob uma menor proporção de industrialização. Nesses espaços, a partir da expansão da cidade e, consequentemente, do aumento populacional - e, não obstante, da decorrente intensificação da desigualdade entre as classes -, o cenário físico-social obteve consideráveis mudanças, de maneira que o surgimento das favelas e dos subúrbios, erguidos nas circunvizinhanças dos centros das cidades, se tornassem um agrupamento característico de grande parte desses lugares.

É preciso pontuar nesse momento da pesquisa que as favelas e subúrbios latino-americanos não possuem as mesmas características que os subúrbios europeus ou norte-americanos. Na realidade, o termo “subúrbio” carrega consigo definições opostas para os locais mencionados. Desse modo, como dito anteriormente, os subúrbios e as favelas latino-americanas são erguidos nas circunvizinhanças do centro da cidade, de maneira a concentrar neles os segmentos populares. Quanto aos subúrbios europeus ou norte-americanos, se distanciam dos centros urbanos e oferecem à população uma elevada qualidade de vida, atraindo, sobretudo, famílias de classe média ou alta.

Por conseguinte, uma breve descrição das favelas latino-americanas é transportada por Isabel Allende para dentro de *A Casa dos Espíritos*, a fim de ilustrar o panorama de pobreza e desigualdade social que alastrava no Chile do século XX:

Colocou-me uma manta sobre os ombros, pegou minha mão e levou-me à comunidade sem dizer uma palavra. Caminhamos agachados, evitando a rua e os poucos candeeiros que estavam acesos; alguns cães ladram, mas ninguém assomou a cabeça para saber o que era. Atravessamos um pátio de terra, onde umas poucas roupas estavam penduradas, como pendões, num arame, e entramos num barracão desconjuntado, como todos os outros dali. Havia uma única lâmpada iluminando tristemente o interior. Comoveu-me a extrema pobreza; os únicos móveis eram uma mesa de pinho, duas cadeiras toscas e uma cama, em que dormiam várias crianças amontoadas. (Allende, 2021, p. 441)

Nesse sentido, ainda é válido ressaltar que, consoante Lefebvre (2001, p. 17), “nessas regiões e países, as antigas estruturas agrárias se dissolvem; camponeses sem posses ou arruinados afluem para as cidades a fim de nelas encontrar trabalho e subsistência.” Posto isto, de maneira proporcional ao aumento demográfico nos centros, disputas por trabalhos e territórios começaram a se suceder progressivamente, de modo que a parcela da população socialmente menos privilegiada se visse na necessidade de construir uma vida às margens dos centros urbanos, formando assim aglomerados que circundam essas áreas centrais. Portanto, as periferias e os subúrbios latino-americanos expressam não só uma circunvizinhança estrutural erguida ao redor dos grandes e médios centros, como também representam uma segregação territorial que expõe o contraste social presente no tecido urbano. Por essa razão:

Com a “suburbanização” principia um processo, que descentraliza a Cidade. Afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar. (Lefebvre, 2001, p. 25)

Ou seja, em razão do crescimento demográfico e do gradativo aumento da desigualdade social, em diversas circunstâncias o processo de migração passa a ser revertido, isto é, ao invés da alta procura por moradia na área central da cidade, parte da população

executa o processo inverso: o de se afastar dos grandes centros e regressar aos espaços que possuem aspectos de semelhança com as zonas rurais. Todavia, é válido ressaltar que esse processo migratório, no que diz respeito à parcela da população marginalizada, ocorre em virtude da segregação social que, além de estabelecer o distanciamento das regiões centrais, criam uma relação de dependência desses indivíduos com as cidades, uma vez que o aprisionamento à vida urbana passa a existir por necessidade de atendimento a diversas demandas pessoais, como estudo e trabalho. Com isso:

Em redor da cidade instala-se uma periferia desurbanizada e no entanto dependente da cidade. Com efeito, os “suburbanos”, os dos “pavilhões” residenciais, não deixam de ser urbanos mesmo que percam a consciência disso e se acreditem próximos da natureza, do sol e do verde. Urbanização desurbanizante e desurbanizada, pode-se dizer para ressaltar o paradoxo. (Lefebvre, 2001, p. 25)

Dessa forma, como pode ser observado no trecho acima, os indivíduos marginalizados compõem os arredores da cidade - residindo nos subúrbios e favelas latino-americanos -, mas acabam por estabelecer uma relação de dependência com os centros. Por esse motivo, os suburbanos e periféricos se veem no contexto obrigatório de adaptação a um novo processo migratório, desta vez identificado por meio da migração pendular, ou melhor dizendo, do deslocamento de ida e vinda diário da população sob o propósito de atender às demandas cotidianas. Com isso, passando a habitar nos contornos da cidade, os anteriores moradores dos centros urbanos se reencontram com os antigos habitantes do campo, estabelecendo assim uma ligação entre essas duas zonas socialmente construídas. Em consequência, o contexto dessa região passa a obter uma imagem diferente dos grandes centros, uma vez que a partir da aparência dos subúrbios, torna-se compreensível que:

Entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidade “pura”, torrões natais frequentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”, despojados daquilo que constitui a nobreza da vida camponesa nos tempos de maior miséria e da opressão. A relação “urbanidade-ruralidade”, portanto, não desaparece; pelo contrário, intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados. (Lefebvre, 2001, p. 19)

Trata-se, portanto, de um ambiente que se posiciona em um meio termo entre a realidade social da esfera rural-urbana e a realidade presente da esfera do campo-cidade. Resgatam resquícios de uma coletividade que permanece bebendo dos costumes rurais, mas que, ao mesmo tempo, subitamente, foram atingidos pelo desenvolvimento urbano.

1.2 O fenômeno do fetiche pelo natural e a relação rural-urbano

Partindo do pressuposto de que a zona urbana eclodiu, é importante destacar que não apenas a parcela da população pobre se apartou dos centros, como também esse fenômeno pôde ser presenciado na parte elitizada do corpo social. Nesse caso, novamente em detrimento à explosão demográfica das cidades, a população pertencente à elite também se afastou dos centros, porém, portando propósitos diferentes daqueles em posição de menor prestígio social. Assim, enquanto a população marginalizada se apartava por dificuldades de integração social, a elite se distanciava à procura de uma tranquilidade que a agitação das cidades não poderia proporcionar. Surgem assim, por exemplo, os condomínios de luxo, que além de afastados dos centros e próximos às zonas rurais, estimulam uma sensação de pertencimento que durante muito tempo apenas era atrelada à cidade e à dinâmica urbanística.

Sob essa perspectiva, de maneira cíclica, as zonas rurais passam por um processo de ressignificação que retoma às características positivas as quais lhes eram atribuídas no período anterior ao desenvolvimento urbano. Notoriamente, o espaço rural que existia antes da dinâmica urbana e da atividade industrial não retorna por completo, porém o ideal de paz, isolamento e apego à natureza são revalorizados, de maneira que se estabeleça até mesmo um tipo de fetiche pelo natural.

Desse modo, torna-se nítido que, independentemente da urbanização, para Lefebvre (1999, p. 35), “não existe cidade, nem espaço urbano, sem jardim, sem parque, sem simulação da natureza, sem labirintos, sem evocação do oceano ou da floresta, sem árvores torturadas até tomarem formas estranhas, humanas e inumanas.” Ainda com base nessa percepção, e fundamentado no teórico (1999, p. 36), é compreensível que “assim se determina a problemática parcial relativa à ‘natureza’. Teoricamente, a natureza distancia-se, mas os signos da natureza e do natural se multiplicam, substituindo e suplantando a ‘natureza’ real.”

Posto isto, para a elite, a revalorização da natureza não mais aparece portando adjetivos que expressam o atraso. Ressurge, portanto, resgatando atributos que representam uma serenidade e um isolamento que, nas cidades, foram apagados em razão do desenvolvimento urbano. Por esse motivo, para as pessoas socialmente privilegiadas, os centros continuam a manter sua essencialidade de progresso, porém, é próximo ao campo que se estabelece a tão requisitada sensação de calma.

O fenômeno do fetiche pela natureza ou atração pelo natural pode ser exemplificado através de diversos trechos do objeto de análise, em que, com brilhantismo, Isabel Allende

faz com que os personagens que menosprezaram o campo durante muito tempo apenas se sintam realizados pessoalmente quando deixam a cidade e passam a viver na zona rural: “Em muito pouco tempo, comecei a sentir-me bem no campo. Meus vizinhos mais próximos ficavam a uma boa distância a cavalo, mas a vida social não me interessava, pois agradava-me a solidão, e, além disso, tinha muito trabalho a fazer” (Allende, 2021, p. 63). Nesse sentido, embora por anos vivessem na cidade, os personagens citadinos relembavam e desejavam a vida no campo.

Consequentemente, optar por espaços que se aproximem das características do campo se converte em algo habitual, de modo que nessas áreas - mesmo que artificiais - se torne possível desenvolver a mesma sensação de pertencimento que anteriormente apenas era associada aos centros das cidades. Com isso, mesmo não estando inserido verdadeiramente nas zonas rurais, a tentativa de proximidade com esse espaço resulta em deleitamento, pois por meio de um possível diálogo existente entre o campo e a cidade, observa-se que:

Quanto aos “espaços verdes”, última palavra das boas intenções e das deploráveis representações urbanísticas, o que pensar senão que constituem um substituto medíocre da natureza, um degradado simulacro do espaço livre, aquele dos encontros e dos jogos, dos parques, dos jardins, das praças? (Lefebvre, 1999, p. 36)

Diante disso, na sociedade contemporânea, a relação do rural e do urbano tenta se configurar por intermédio de uma experiência não mais conflituosa. Entretanto, no cerne dessa relação, é visível que a tentativa de aproximação entre os dois espaços exterioriza e perpetua a supremacia da cidade sobre o campo. Sendo assim, por mais que o campo obtenha sua ressignificação, inclusive por muitos fetichizada, é através da cidade que se evidencia um poder de domínio.

De acordo com Rua (2005, p. 45), o poder atribuído à cidade “vem impondo símbolos, códigos e signos territorializados tanto ao ‘rural’ quanto ao ‘urbano’, que têm, como vimos, seus papéis alterados pelos atores produtores dessas espacialidades redefinido suas identidades em cada momento do movimento do todo social.” Dessa forma, ainda consoante Rua (2005, p. 47), “Assim espaço rural e espaço urbano, cidade e campo integram-se à mesma racionalidade espacial que marca a sociedade contemporânea, organizada a partir da cidade, da indústria e, atualmente, da terciarização [...]”. Portanto:

Torna-se difícil, se não impossível compreender as relações urbano-rural e cidade-campo sem integrá-las ao movimento de constituição do exercício do poder e da hegemonia (econômicos, políticos, culturais e simbólicos) numa construção de novas representações do espaço, integradas às revoluções que têm marcado a modernidade: revolução técnico-científica, revoluções burguesas e revolução industrial em que aquelas espacialidades viram seus papéis serem alterados em função da inserção, nos movimentos referidos, dos atores nelas atuantes. (Rua, 2005, p. 45)

Em vista disso, assim como as relações sociais na coletividade foram construídas com base em perspectivas binárias e hegemônicas, a demarcação dos espaços seguiu pelo mesmo caminho. Em outras palavras, a *priori* o campo era contemplado por meio da perspectiva de local perfeito para construção de uma vida, no entanto, essa perfeição cedeu lugar para as cidades que se formavam ao redor do mundo, em seus mais variados tipos. Com as cidades formadas, a zona urbana apresentou traços de progresso responsáveis por seduzir a população nessa inédita jornada. Entretanto, tratava-se de uma jornada cíclica, que, na primeira faísca de eclosão, não suportou o quantitativo populacional, resultando assim na dispersão dos cidadãos desses grandes centros; os pobres por necessidade, os ricos por fetiche. Ao fim, a relação campo-cidade se revelou mais presente, porém ainda apresentando o centro como dominante de um campo que carrega consigo a responsabilidade de ser produtor.

À luz dessa situação, igualmente se verifica que os hábitos de produção, de poder e de discursos, responsáveis por atribuir numerosos adjetivos a ambos espaços, se demonstram como algo socialmente construído, uma vez que para pensar sobre o campo e sobre a cidade, é preciso conferir uma análise para além de sua arquitetura e compreender seu funcionamento não apenas tomando por base suas manifestações sociais, como também os efeitos que essas manifestações causam em suas respectivas territorialidades.

O campo e a cidade modificam o homem, na mesma proporção que o homem modifica o campo e a cidade. Trata-se de uma ação mútua e construída por intermédio de transformações espaço-temporais, as quais se desenrolaram a partir das primeiras topologias realizadas nas zonas rurais, atravessaram o processo de industrialização e alcançaram a cidade, que, por sua vez, conforme Lefebvre (1999, p. 45), se apresenta como “um espaço-tempo renovado, topologia distinta do espaço-tempo agrário (cíclico; que justapõe as particularidades locais), como do espaço-tempo industrial (que tende para a homogeneidade, para a unidade racional e planificada das coações.)”

Portanto, para entender sobre a gênese da relação campo-cidade e dos indivíduos que nessas localidades atravessam ou habitam, Williams (1990, p. 19) reflete: “Sempre que penso nas relações entre campo e cidade, e entre berço e instrução, constato que se trata de uma história ativa e contínua: as relações não são apenas de idéias e experiências, mas também de aluguéis e juros, situações e poder — um sistema mais amplo.” Assim, esses espaços, detentores de várias camadas, se apresentam como um importante estudo para compreensão da sociedade contemporânea, a qual transforma e é transformada desde as suas primeiras

edificações estruturais, até o exato momento do seu desenvolvimento urbano e consequente explosão demográfica.

A explosão demográfica, por sua vez, se caracteriza como um fenômeno que, por exemplo, possui importância para os países latino-americanos, uma vez que os atingiu devido à forte onda de êxodo rural no decorrer do século XX, corroborando assim para que o campo, região que durante muito tempo era o foco econômico dos países latinos, concedesse seu lugar de primazia aos centros das cidades e ao desejo pela vida urbana. Trata-se de um momento marcante para a história da América Latina, mas que para compreendê-lo integralmente, a retomada por suas origens se apresenta como algo indispensável.

1.3 As cidades da América Latina

Debater sobre a América Latina é refletir que a sua conjuntura físico-social se revela por meio de um espaço marcado pela colonialidade, fenômeno este que é mascarado pelo mito da modernidade, pois, como pensa o teórico Walter Mignolo (2017, p. 2), “não há modernidade sem colonialidade.”

Assim como Walter Mignolo, que era semiólogo, professor e um dos principais nomes dos estudos descoloniais latino-americanos, o filósofo Enrique Dussel, que também é amplamente reconhecido por suas contribuições nos estudos decoloniais, considerava não apenas que a colonialidade andava em conjunto com a modernidade, mas também tomava essa relação como algo responsável pela construção de um sistema de mundo de controle e centralidade europeia:

A Modernidade teria cinco séculos – assim como o “sistema-mundo” – e também foi coextensiva com o domínio europeu sobre o planeta, da qual tornou-se o “centro” a partir de 1492. A América Latina, assim, foi um momento constitutivo da Modernidade. O sistema colonial não podia ser feudal [...] senão periférico de um mundo capitalista moderno, portanto, ele mesmo moderno. (Dussel, 2016, p. 59)

Como pode ser observado no trecho acima, a problemática se manifesta no fato de que a narrativa da colonialidade reflete um sistema de mundo em que o continente europeu se comportaria como o mais avançado da espécie, enquanto todos os *outros* encontrados na América Latina seriam tratados como seres primitivos.

Assim, tomando por base o pensamento de Dussel (2016), a modernidade começa com a invasão dos espanhóis na América e com a consequente abertura geopolítica para o Atlântico. O autor considera que essa situação, somada à implementação do sistema colonial, resultou na economia se posicionando a favor da Europa durante 300 anos. Esse fato põe em prática o pensamento de que “Tudo o que é simultâneo com a origem e o desenvolvimento do

capitalismo [...], ou seja, a Modernidade, o colonialismo e o sistema-mundo, denota aspectos de uma mesma realidade simultânea e mutuamente constitutiva” (Dussel, 2016, p. 58).

Sendo assim, por consequência da narrativa da colonialidade, a América Latina se transformou em um território que está condicionado discursivamente a uma posição de subalternidade, carregando consigo marcas de discursos discriminatórios e estereotipados. São discursos pejorativos que, inclusive, não são apenas propagados pelos países considerados de Primeiro Mundo, mas também, certas vezes, são utilizados pelos próprios latino-americanos, tal como ocorre diversas vezes na obra literária com o personagem Esteban, homem de origem latino-americana, mas que insiste em enaltecer os Estados Unidos e os países da Europa: “Não estamos na Europa. Aqui precisamos de um governo forte, de um patrão forte. Seria muito bonito se fôssemos todos iguais, mas não somos” (Allende, 2021, p. 74).

Para Aníbal Quijano (2005), sociólogo e também teórico amplamente influente nos estudos decoloniais, os discursos discriminatórios se intensificam no território latino-americano, pois, o conceito de raça na América Latina se encontra intrinsecamente associado ao sistema mundial colonial. Logo, se antes da descoberta das Américas a ideia de raça era frequentemente concebida, de maneira eurocêntrica, como uma categoria biológica, seguidamente passa a ser entendida na América Latina como uma construção social e histórica, moldada pelo processo de colonização. Deste modo, com a descoberta do continente americano, as pessoas passaram a ser classificadas em europeu e não-europeu. Ou seja, como o teórico bem posiciona, “[...] raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (Quijano, 2005, p. 117). Por conseguinte, é possível compreender que:

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. (Quijano, 2005, p. 117)

Nesse sentido, os discursos coloniais e carregados de preconceito na América Latina datam do início da conquista desse território pelos europeus, uma vez que os colonizadores se depararam com povos que eram fisicamente e culturalmente opostos à estrutura social que a Europa considerava habitual. Por esse motivo, em razão da diferença de costumes, os grupos pertencentes à América Latina eram julgados, rebaixados e tidos como bárbaros. De acordo com Prado e Pellegrino em seu livro *História da América Latina* (2022):

Havia grupos indígenas nômades ou seminômades vivendo da caça e da coleta; havia populações sedentarizadas que aprenderam a dominar a natureza, cultivando a terra, sofisticando a cultura material e construindo imponentes cidades, com uma complexa estrutura social e política. Conformavam grandes grupos etnolinguísticos, que por sua vez se subdividiam em uma extraordinária multiplicidade de línguas. (Prado; Pellegrino, 2022, p. 18)

Com base no excerto acima, torna-se necessário destacar que não eram poucos os habitantes nativos da América Latina no momento da chegada dos europeus. Pelo contrário, há o registro de um grande quantitativo de nativos que, em razão da colonização europeia, foram condicionadas a modificar a sua estrutura social e os seus costumes:

Quando os espanhóis iniciaram a conquista da América, desde a histórica chegada de Cristóvão Colombo, em 12 de outubro de 1492, à ilha caribenha então batizada de Hispaniola, estima-se que houvesse em todo continente americano 57 milhões e 300 mil habitantes. A região da Mesoamérica, no atual México, era a mais densamente povoada, com 21 milhões e 400 mil nativos. A região dos Andes vinha em segundo lugar, com 11 milhões e 500 mil, seguida pelas planícies da América do Sul, com 8 milhões e 500 mil indígenas. A América do Norte aparecia em último lugar, atrás do Caribe e da América Central. (Prado; Pellegrino, 2022, p. 18)

Com a chegada dos europeus, parte desse quantitativo de nativos observados acima viram-se confrontados com destinos marcados pela violência e pela obrigação de se adaptarem a um sistema de opressão, afinal, “[...] a modernidade veio junto com a colonialidade: a América não era uma entidade existente para ser descoberta. Foi inventada, mapeada, apropriada e explorada sob a bandeira da missão cristã” (Mignolo, 2017, p. 4). Sendo assim, além de dizimados, muitos nativos se viram não apenas obrigados a se moldar conforme os costumes culturais, sociais e religiosos dos colonizadores, como também a se tornarem escravos daqueles que os apropriaram à força e os descontextualizaram culturalmente.

Logo, a época em questão apresentou uma grande carga de violência responsável por atingir os homens e as mulheres de todas as idades que eram oriundos dessas regiões “recém-descobertas”. Como Walter Mignolo reflete (2017, p. 4), “Assim, ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis.”

As mulheres, a título de exemplo, além de inferiorizadas e descontextualizadas, também eram violentadas de maneira sexual. E como consequência dessa violência, se iniciava o processo de miscigenação que é reconhecido como identidade fronteiriça de grande parte dos países latino-americanos. Assim, por identidade e/ou cultura fronteiriça, tem-se a ideia de que:

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver. (Bhabha, 1998, p. 27)

Desse modo, como pode ser observado ao longo da discussão, as formas de violência verbal, física e sexual marcam a história da colonização da América Latina e o início da trajetória de um povo que, após a chegada dos europeus, foram submetidos a práticas e discursos coloniais construídos com base no essencialismo.

É importante ressaltar mais uma vez que, com base em Quijano (2011, p. 1, tradução nossa), “A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista”¹. Assim, esse padrão traz uma ideia colonial que “Se baseia na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular desse padrão de poder e opera em cada um dos planos, esferas e dimensões, materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e a escala societal”² (Quijano, 2011, p. 1, tradução nossa).

Dessa maneira, como a colonialidade anda em conjunto com a modernidade, durante o processo de colonização da América Latina - e até mesmo após esse processo -, a convicção de modernidade despertou a ideia de que “A modernidade e modernização foram um horizonte presente em todo processo de formação dos Estados nacionais da América Latina, desde as guerras de independência” (Prado; Pellegrino, 2022, p. 72). Ainda com base nessa ideia, Prado e Pellegrino (2022, p. 72) debatem que, para se alcançar integralmente a modernidade e a modernização nos países latinos, “os grupos liberais alçados ao poder almejaram tornar produtivas as terras agricultáveis, fomentar a vinda de imigrantes europeus, fazer das cidades mais importantes a expressão dos modos civilizados, educar as massas para o trabalho e para a cidadania.”

O capitalismo, por sua vez, resultou em mudanças significativas em diversos setores, tais como o social e o econômico. Sendo assim, embora a economia tenha se mantido de maneira bastante fraca até a década de 1860 devido à desorganização da produção e do comércio pós independência política (Prado; Pellegrino, 2022), é possível observar, de acordo com Bauer (1991), que para aqueles que se revelaram dispostos a aceitar o sistema

¹ “La colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista.” (Quijano, 2011, p. 1)

² Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal. (Quijano, 2011, p. 1).

capitalista, mudanças até então positivas se sucederam para alguns desses membros da sociedade, tais como os agricultores. Esse fato se sucedia, pois, em consequência da intensificação dos mercados locais, houve a proliferação da agricultura e os salários dos trabalhadores do campo foram elevados, mesmo que de forma moderada.

Nesse sentido, como pode se observar, os agricultores/camponeses ganharam destaque durante um bom tempo nos meios rurais, os quais, ainda conforme Bauer (1991), se dividiram em regiões destinadas à subsistência ou produção de alimentos para venda em mercados locais. Além disso, nas zonas rurais da América Latina, era comum também encontrar fazendas, comunidades camponesas e granjas familiares independentes. Dessa forma, de mesmo modo se evidencia que além das transformações econômicas, o capitalismo também foi responsável por modificar os aspectos físicos das zonas rurais, visto que essas espacialidades precisavam se adequar aos meios de produção vigentes.

À luz dessa convicção, se compreende que:

Mas embora fosse um lugar rústico e atrasado, a fazenda rural era parte integrante da economia nacional. Há muito esquecida, a fazenda tem sido objeto de investigação nos últimos anos. A imagem que daí emerge é a de uma organização agrária que olhava em duas direções: para a frente, na direção da economia de mercado das vilas e cidades locais; e para trás, na direção de uma força de trabalho que muitas vezes ainda era atraída e regulada pelas relações pré-capitalistas. Os proprietários de terras vendiam seus produtos às cidades e minas locais por dinheiro e, em troca, compravam utensílios, manufaturas rudimentares, artigos e alimentos que eles próprios não produziam, como alguns móveis ou roupas luxuosas do exterior. (Bauer, 1991, p. 137, tradução nossa)³

À luz do excerto acima, torna-se notório que as zonas rurais e as suas fazendas se destacavam como parte integral da economia dos países. O Chile - país escolhido com o intuito de exemplificar esse panorama devido a sua relação com o objeto de análise da presente pesquisa - era organizado em pequenas fazendas detentoras de uma população campesina que trabalhavam com o plantio em troca de dinheiro, moradia e até mesmo alimentação diária (Bauer, 1991). Destaca-se o fato de que mulheres e crianças também trabalhavam, porém recebendo menos retorno financeiro do que os homens adultos.

³ Pero aunque era un lugar rústico y atrasado, la hacienda rural formaba parte integrante de la economía nacional. Después de un largo olvido, la hacienda ha sido objeto de investigaciones en años recientes. El panorama que surge de ella es el de una organización agraria que miraba en dos sentidos: hacia adelante, en dirección a la economía de mercado de las poblaciones y ciudades locales; y hacia atrás, en dirección a una fuerza laboral que a menudo todavía era atraída y regulada con relaciones precapitalistas. Los terratenientes vendían sus productos a las poblaciones y minas locales por dinero y, a cambio, compraban utensilios, manufaturas rudimentarias, artículos y alimentos que ellos mismos no producían, tales como algunos muebles o prendas de lujo procedentes del extranjero. (Bauer, 1991, p. 137).

Em *A Casa dos Espíritos*, além da representação física do campo, Isabel Allende traz, mesmo que brevemente, descrições sobre a população camponesa tomando por base a focalização narrativa de dois narradores citadinos:

Eram gente boa e simples; não havia revoltosos. Verdade que eram também muito pobres e ignorantes. Antes de eu chegar, limitavam-se a cultivar suas pequenas roças familiares, que lhes davam o indispensável para não morrer de fome, se não se abatesse sobre eles alguma catástrofe, como a seca, a geada, a peste, a formiga ou o caracol, quando, então, as coisas se tornavam muito difíceis para eles. (Allende, 2021, p. 62)

Por conseguinte, de acordo com Gazmuri (2012, p. 81, tradução nossa), “Essas formas de vida camponesa não sofreram grandes transformações desde a Colônia: se caracterizavam por um padrão de vida muito precário, sem confortos materiais e sem acesso à modernidade ou à nova cultura urbana.”⁴ Além das fazendas, o Chile também se destacou como um dos países que, em sua zona rural, se tornou conhecido pela exploração de minérios nas grandiosas minas. Contudo, tratava-se de um trabalho insalubre, repleto de dificuldades e com baixo retorno financeiro, assim como ocorria nas plantações das fazendas. Tamanha insalubridade corroborou para que esses trabalhadores, segundo Bauer (1991), criassem sindicatos e partidos políticos, em um período anterior à Primeira Guerra Mundial, com o intuito de se obter melhores condições de trabalho e salários.

Fundamentado nesse prisma, o campo, anteriormente tão requisitado não apenas no Chile, como em todas as respectivas zonas rurais da América Latina, passou a representar um local distante da modernidade e detentor de dificuldades. O resultado para essa circunstância se apresentou, portanto, através de uma alta taxa de êxodo rural em praticamente todo território latino - situação que melhor será discutida no tópico 1.3.1 do texto.

Dessa forma, os países da América Latina não somente passaram a receber imigrantes de outros países, em virtude da mão de obra e das terras mais baratas, como também passaram a ter um grande fluxo de migrações internas daqueles que estavam em busca de novas oportunidades. Essas novas oportunidades, obviamente, estariam concentradas na cidade, local que nesse momento em questão, afluía o progresso. Por progresso urbano, poderiam ser mencionadas as mudanças físicas e ideológicas que muito foram influenciadas pela economia, principalmente a partir do século XIX. Por esse motivo:

Na segunda metade do século XIX, a Grã-Bretanha ocupou lugar preponderante no mundo dos negócios latino-americanos. Investiu de forma crescente na América Latina, como já o fazia em relação aos Estados Unidos e Canadá. Muitos desses

⁴ “Estas formas de vida campesina no habían sufrido mayores transformaciones desde la Colonia: se caracterizaban por un nivel de vida muy precario, sin comodidades materiales y sin acceso a la modernidad ni a la nueva cultura urbana.” (Gazmuri, 2012, p. 81).

investimentos tomavam a forma de empréstimos aos governos; mas também foram os capitais britânicos os dominantes na construção de estradas de ferro, na modernização dos portos e na implementação de serviços como eletricidade, gás e telégrafo. (Prado; Pellegrino, 2022, p. 79)

Além dos progressos urbanos mencionados, também foi a partir do mesmo período que “[...] a América Latina foi encontrando um lugar subalterno de inserção nas correntes do mercado internacional, especializando-se em produtos primários de exportação, já que não possuía capital acumulado suficiente para desenvolver a indústria” (Prado; Pellegrino, 2022, p. 79).

As cidades da América Latina eram os espaços em que as oportunidades e a economia se movimentavam de maneira dinâmica, cada qual com as suas respectivas particularidades. Contudo, antes de desenvolver um breve conceito acerca dos tipos de cidades latino-americanas, torna-se importante ressaltar que as cidades latinas se mostram de modo divergente das cidades europeias supracitadas por Lefebvre. Dessa forma, consoante Scobie (1991), as cidades latino-americanas podem ser divididas em quatro categorias principais: comercial-burocrático, comercial-industrial-burocrática, comercial-mineiro e comercial.

De acordo com o autor (1991, p. 215, tradução nossa) “O primeiro tipo, o comercial-burocrático, incluía todas as capitais nacionais, provinciais ou estaduais, e ainda diversas sedes de entidades administrativas inferiores.”⁵ É neste tipo de cidade que se encontra a relação entre os centros comerciais e administrativos de economia até mesmo em nível nacional. O segundo tipo de cidade aparece com menor frequência devido a presença da função industrial, situação que tardou a surgir de maneira intensificada na América Latina. Segundo o autor (1991, p. 218, tradução nossa), “A produção industrial tendia a limitar-se ao tratamento inicial de uma matéria-prima para exportação ou à produção de itens volumosos ou perecíveis, como alguns materiais de construção, bebidas e alimentos.”⁶

A terceira categoria de cidade, de acordo com o autor (1991, p. 220, tradução nossa), se caracterizava pelos “centros urbanos especializados encontrados nos desertos de nitrato do norte do Chile, nos campos de petróleo da Venezuela e do México, e nas terras altas do centro

⁵ “El primer tipo, el comercial-burocrático, incluía todas las capitales nacionales, provinciales o estatales, y hasta varias sedes de entidades administrativas inferiores.” (Scobie, 1991, p. 215).

⁶ “la producción industrial tendía a limitarse al tratamiento inicial de una materia prima para su exportación o a producir artículos voluminosos o perecederos, tales como algunos materiales para la construcción, bebidas y alimentos.” (Scobie, 1991, p. 218).

do Chile, Peru, Bolívia e México, onde foram extraídos cobre, estanho, prata e ouro.”⁷ Tratava-se de um tipo de cidade que acompanhava o mercado mundial para se ter a comercialização dos produtos. Por fim, a quarta cidade, influenciava diretamente as três cidades anteriores e “representou a maior parte da experiência urbana da América Latina”⁸ (Scobie, 1991, p. 221, tradução nossa). Com base nessas estruturas citadinas, é possível verificar, de maneira específica no que concerne ao Chile, que as suas características urbanísticas:

Por volta de 1915-20, a relação entre a população urbana e a população rural no Chile mudou. Desde então o país seria predominantemente urbano. As principais cidades foram Santiago, com mais de 400 mil habitantes (censo de 1907: 333.000); Valparaíso, com cerca de 200.000 (censo de 1907: 162.000); Concepción, com aproximadamente 68.000 (censo de 1907: 55.000); Iquique cerca de 50.000 (censo de 1907: 40.000, lembremos que esta é a época do auge do nitrato) e Chillán, cerca de 40.000 (censo de 1907). (Gazmuri, 2012, p. 88, tradução nossa)⁹

A partir do excerto acima, se constata, *a priori*, que boa parte da sociedade chilena passou a residir nos ambientes urbanos, mesmo que fossem cidades de pequeno porte. Além disso, o trecho acima mostra que o quantitativo de pessoas residentes nas cidades tende a aumentar consideravelmente com o passar dos anos, o que, conseqüentemente, pode ser explicado pelo êxodo rural. Sendo assim, o aumento do quantitativo de pessoas nos centros urbanos das cidades do Chile é o resultado das migrações internas que ocorreram em virtude da falta de progresso urbano nos campos, ainda que fossem importantes para a economia.

Ainda consoante Gazmuri (2012), no que diz respeito aos aspectos físicos da cidade e aos avanços que se sucederam, se constatou que até meados do século XIX as cidades do Chile apresentavam sua arquitetura baseada em edificações coloniais, assemelhando-se inclusive à arquitetura europeia e principalmente parisiense. No que se refere ao funcionamento da cidade propriamente dita, de acordo com o autor (2012, p. 89-90, tradução nossa), foi possível observar que “Nas últimas décadas do século XIX já existiam gás canalizado e água canalizada em alguns setores da cidade de Santiago, no centro e nos bairros mais prósperos. O gás era utilizado nos bairros de classe alta ou média «acomodada» de

⁷ “centros urbanos especializados que se encontraban en los desiertos de nitrato del norte de Chile, en los campos de petróleo de Venezuela y México, y en las regiones elevadas del centro de Chile, Perú, Bolivia y México, donde se extraía cobre, estaño, plata y oro.” (Scobie, 1991, p. 220).

⁸ “representara el grueso de la experiencia urbana de América Latina.” (Scobie, 1991, p. 221).

⁹ Hacia 1915-20 cambió la relación entre población urbana y población rural en Chile. Desde entonces el país sería predominante urbano. Las principales ciudades eran Santiago, con más de 400.000 habitantes (censo de 1907: 333.000); Valparaíso, con alrededor de 200.000 (censo de 1907: 162.000); Concepción, con aproximadamente 68.000 (censo de 1907: 55.000); Iquique unos 50.000 (censo de 1907: 40.000, recordemos que se está en la época del auge del salitre) y Chillán, en torno a 40.000 (censo de 1907). (Gazmuri, 2012, p. 88)

Santiago, Valparaíso-Viña del Mar [...].”¹⁰ Além desse fato, também é possível destacar que “Com a chegada da energia elétrica ao Chile, a iluminação pública a gás foi sendo substituída pela luz elétrica. Chegou à cidade de Santiago por volta de 1883, melhorando o serviço de bondes (1898) e, antes, criando iluminação arco-voltaica”¹¹ (Gazmuri, 2012, p. 90, tradução nossa).

Por conseguinte, como era de se esperar, o aumento populacional resultou na sobrecarga de diversos âmbitos privados e públicos, tais como os de moradia e locomoção. Por esse motivo, o Chile compreendeu a necessidade e a urgência de renovar os espaços para melhoria da convivência da população e da sua circulação nas cidades; inovações estas que foram implementadas de maneira mais satisfatória no decorrer dos anos seguintes e, em especial, a partir do século XX.

Em vista disso, se constata que a datar do século XX:

A sociedade chilena era em grande parte urbana. Santiago, que se tornou uma grande metrópole, tinha 1.384.285 habitantes. Em 1960 esse número subiu para 2.125.000 e em 1970 para 2.779.000. Entre 1952 e 1960 mais de 50% do aumento populacional em Santiago deveu-se à migração, um número que foi reduzido pela metade durante a década de 1960-70. O fato é que em Santiago, em 1970, se concentrava 32,5% da população nacional. (Gazmuri, 2012, p. 280, tradução nossa)¹²

Contudo, embora a sociedade tenha abraçado inovações para melhoria da locomoção e das moradias nos espaços que se apresentavam cada vez mais restritos, tanto no Chile, quanto em outros países da América Latina, houve uma considerável sobrecarga de pessoas nos centros das cidades. Essa sobrecarga resultou no movimento de distanciamento dos indivíduos em situação de pobreza da cidade, uma vez que estes se viram obrigados a residirem às margens dos centros urbanos, formando assim os subúrbios e periferias latinas como anteriormente já debatido por Lefebvre.

¹⁰ “en las últimas décadas del siglo XIX ya existía gas de cañería y agua corriente en algunos sectores de la ciudad de Santiago, el centro y los barrios más prósperos. El gas se usaba en los barrios de clase alta o media «acomodada» de Santiago, Valparaíso-Viña del Mar [...]” (Gazmuri, 2012, p. 89-90)

¹¹ “con la llegada de la energía eléctrica a Chile, el alumbrado público a gas fue siendo reemplazado por luz eléctrica. Llegó a la ciudad de Santiago hacia 1883, mejorando el servicio de tranvías (1898) y, antes, creando la iluminación mediante arco-voltaicos.” (Gazmuri, 2012, p. 90).

¹² La sociedad chilena era muy mayoritariamente urbana. Santiago, que se transformó en una gran metrópoli, tenía 1.384.285 habitantes. En 1960 esa cifra había subido a 2.125.000 y en 1970 a 2.779.000. Entre 1952 y 1960 el incremento poblacional de Santiago se debió en más del 50% a la migración, cifra que se redujo a la mitad durante la década 1960-70. El hecho es que en Santiago, en 1970, se concentraba el 32,5% de la población nacional. (Gazmuri, 2012, p. 280).

Em *A Casa dos Espíritos*, os bairros pobres da cidade são descritos de maneira paralela à realidade chilena do século XX, isto é, como locais que abrigam os setores populares e que se encontram em situação de pobreza:

A cidade encheu-se de mendigos. E, depois, de ladrões. Nunca se haviam visto geadas mais terríveis do que as daquele ano. Nevou na capital, um espetáculo inusitado que se manteve nas primeiras páginas dos jornais, celebrando como notícia festiva, enquanto nas comunidades marginais as crianças amanheciam azuis, congeladas. Nem a caridade era suficiente para tantos desamparados. (Allende, 2021, p. 142)

Dessa forma, as pessoas, principalmente suburbanas e periféricas, se viram insatisfeitas com as políticas públicas que vigoravam. Tratava-se, portanto, de mudanças não apenas físicas na cidade, mas também de mudanças sociais e representativas, principalmente para aqueles que eram marginalizados. Em virtude dessa circunstância, surgem novos movimentos sociais que passaram a se intensificar ainda mais a partir da situação política em que os países da América Latina se encontravam.

O século XX, dessa forma, se destaca como um período de grandes mudanças e turbulências políticas em diversos países, tais como o Chile. No entanto, previamente às agitações políticas, faz-se necessário ressaltar que o Chile:

Tradicionalmente considerado uma exceção na América Latina, pela precoce conquista da estabilidade política, nos anos que se seguiram à emancipação da Espanha, o país atravessou importantes reformas políticas e sociais ao longo do século XIX e a primeira metade do século XX com uma considerável continuidade de instituições públicas e partidos políticos consolidados. (Prado; Pellegrino, 2022, p. 159)

Contudo, de acordo com Prado e Pellegrino (2022), a estabilidade do Chile se apresentou estremecida a partir das eleições de 1964, momento em que, na disputa presidencial, o Partido da Democracia Cristã elegeu Eduardo Frei à presidência do país e acarretou na derrota de Salvador Allende, do partido socialista. Em virtude desse cenário:

Uma série de reformas estruturais foi levada a cabo (agrária, bancária e urbana, com política habitacional e organização comunitária nos bairros pobres), determinou-se a nacionalização da extração de cobre - desde o século XIX dominada por empresas de capital estrangeiro - e procurou-se organizar e integrar os setores populares. (Prado; Pellegrino, 2022, p. 159)

Posteriormente, ainda consoante as autoras (2022), em uma nova eleição no ano de 1970, Allende conseguiu se eleger democraticamente após diversas lutas e reivindicações suas e dos grupos de esquerda que o seguiam. Allende, como político e ativista, se tornou uma importante figura pública para o Chile, uma vez que foi responsável pela difusão das perspectivas socialistas ao redor do mundo e inspirou grupos de esquerda através das ideologias do partido Unidad Popular.

No entanto, o presidente eleito possuía seu mandato fadado a um fim precoce, pois no decorrer nos três anos seguintes à sua eleição, grupos fascistas iniciaram um processo de oposição e boicote que resultou, ao fim, na morte de Salvador Allende e em um golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet. Para tanto, a proliferação do discurso fascista na época em questão trouxe alterações drásticas para o contexto sócio-político do país:

Em meados de 1973, a despeito dos batons de resistência em torno do governo, o discurso da direita ganhava força avassaladora - só um governo forte salvaria o país do caos. Essa posição era endossada pelas agências de inteligência dos Estados Unidos, muito vigilantes em relação aos acontecimentos no Chile, em pleno cenário de Guerra Fria. Era preciso evitar a todo custo que a história de Cuba não se repetisse na América do Sul. A vigilância traduziu-se em cooperação efetiva, mesmo que secretamente, para que os militares erradicassem o “inimigo interno” que “ameaçava” a nação. (Prado; Pellegrino, 2022, p. 163)

Por consequência, na tentativa de eliminar o “inimigo” que, neste caso, se apresentava através de Allende e do socialismo, o golpe militar desencadeou um cenário de violências, perseguições e muitas mortes, principalmente para aqueles adeptos às ideologias socialistas ou simplesmente para aqueles que não estavam satisfeitos com os militares no comando.

Certamente, devido ao grau de importância para a história do país, o golpe militar também é retratado por Isabel Allende em sua obra. Dessa forma, no romance, o cenário de golpe aparece, expondo toda a sua violência, censura e consequente crise econômica:

A censura, que a princípio, só atingiu os meios de comunicação, logo se estendeu aos textos escolares, às letras das canções, aos roteiros dos filmes e às conversas privadas. Havia palavras proibidas por decreto militar, como “companheiro”, e outras que não se diziam por precaução, apesar de nenhum decreto tê-las eliminado do dicionário, como liberdade, justiça e sindicato. (Allende, 2021, p. 396-397)

Assim sendo, de acordo com Garretón (1989, p. 91), “o regime militar tinha diante de si duas tarefas: recompor um capitalismo em crise e desarticular a sociedade política, ao mesmo tempo em que se eliminava o “inimigo derrotado”: a Unidad Popular e os setores sociais que ela representava.” Entretanto, para alcançar esses objetivos, os militares faziam uso de interrogatórios agressivos, torturas físicas e violações sexuais tanto nas mulheres, quanto nos homens. Ou seja, “A ideologia das Forças Armadas era de nacionalismo acentuado, de anticomunismo radical e, em geral, de ideias e valores conservadores”¹³ (Gazmuri, 2012, p. 321, tradução nossa). Tratou-se de um conservadorismo radical que censurou e desrespeitou a população chilena durante quase duas décadas, isto é, até o ano de 1990.

¹³ “La ideología de las Fuerzas Armadas era de un acentuado nacionalismo, un anticomunismo radical y en general, ideas y valores conservadores.” (Gazmuri, 2012, p. 321).

Portanto, é possível constatar que as mudanças que se sucederam no decorrer dos séculos geraram impactos em toda a estrutura sócio-política do Chile. Para além desse país, quase toda América Latina vivenciava o mesmo ritmo de turbulências políticas e, não obstante, o mesmo ritmo de modificações físicas e sociais nas cidades. O século XX se destacou, portanto, como um período de transformações em um território que, no princípio, comportava apenas os nativos e, posteriormente, se viu ampliar diante de tamanha evolução.

1.3.1 A massificação das cidades latino-americanas: da explosão demográfica à marginalização social

O período que corresponde ao século XX se revelou para a história mundial como um momento em que numerosos fenômenos de caráter social, político e econômico ocorreram. Trata-se de uma conjuntura histórica que transportou consigo eventos carregados de segregação social, opressão e violência, os quais, podem ser facilmente exemplificados por meio de contextos como a Primeira e a Segunda Guerra mundiais e a implementação dos regimes totalitários. O século XX igualmente ficou conhecido pelas instabilidades e insuficiências econômicas, que, dentre diversas situações, podem ser elucidadas através da quebra da bolsa de valores norte-americana no ano de 1929. Esse fato corroborou para uma crise econômica em escala mundial que perdurou durante a década seguinte e se tornou responsável por instaurar um vasto período de escassez em inúmeras localidades, tais como nos países da América Latina.

Por motivos de escassez, os países da América Latina se encontravam com as suas economias prejudicadas e precisavam modificar os hábitos da população, tanto no que diz respeito aos residentes das zonas rurais, quanto no que diz respeito aos residentes das zonas urbanas. Entretanto, dentre as duas localidades mencionadas, o campo se tornou o ambiente mais afetado economicamente, pois, devido à falta do desenvolvimento urbano e a carência de oportunidades de empregos, perdeu o foco de interesses para a cidade. Sendo assim, o campo, que se via diante de altas demandas de êxodo rural, passou a enfrentar uma nova onda de migrações rumo à cidade em razão da crise econômica supracitada.

Dentre diversas situações de crise, a escassez do campo é apresentada por Isabel Allende em seu livro, de modo a espelhar uma realidade que, de fato, abrangeu os países da América Latina, tais como o Chile. Dessa forma, ao longo das páginas é possível verificar que o campo, local de antigas riquezas, encontra-se escasso:

Assim, o campo, que tinha sido a fonte de sua riqueza, chegou a ser um fardo, e o senador Trueba teve muitas vezes de tirar dinheiro de outros negócios para sustentar

aquela terra insaciável, que parecia ter vontade de voltar aos tempos do abandono, antes de ele tê-la resgatado da miséria. (Allende, 2021, p. 320)

Nesse sentido, o resultado para a alta taxa de migrações reflete no aumento demográfico exorbitante nos grandes centros urbanos. Destaca-se o fato de que, mesmo após o renascimento econômico, que apenas se sucedeu na década de 40, as cidades grandes permaneceram recebendo cada vez mais imigrantes do campo e de outras cidades de menor porte, corroborando assim para significativas modificações em seu espaço. Em vista disso, o cenário presenciado por todos era de um intenso êxodo rural, responsável por transportar para os grandes centros uma numerosa parcela da população seduzida pelas possíveis oportunidades de trabalho, moradia e consumo, que, consoante Romero (2009), se intensificaram no século XX em virtude do comércio, da indústria e do aumento da extração do petróleo. É importante evidenciar também que as oportunidades de emprego barganharam principalmente a atenção dos jovens das zonas rurais, resultando assim em uma maior migração por parte desta faixa etária. Com isso, compreende-se que:

O fenômeno latino-americano acompanhava de perto o que havia acontecido nos países europeus e nos Estados Unidos, mas adquiriu caracteres socioculturais diferentes. Em algumas cidades, esses imprecisos grupos sociais, alheios à estrutura tradicional, começaram a organizar-se, e receberam o nome de massas. (Romero, 2009, p. 355)

Como pode ser observado no trecho acima, aos imigrantes provenientes de áreas afastadas dos grandes centros e alheios à conjuntura tradicional, se designava o nome de “massas”. É digno de ressalva que, ao chegarem nas cidades, essa parcela da população precisou se estabelecer nos antigos bairros pobres e nas áreas marginais dos centros urbanos, o que, conseqüentemente, os fazia se aproximar do segmento popular da coletividade. Em virtude disso, as “massas”, na realidade, não apenas integram os imigrantes, mas também os cidadãos socialmente marginalizados. Ou seja, para sociedade tradicional, os imigrantes em conjunto com a população marginalizada caracterizam as “massas” e são responsáveis por desencadear um fenômeno conhecido como “massificação”.

Desse modo, para se obter a compreensão acerca do processo de massificação que abrange os grandes centros urbanos latino-americanos, se torna imprescindível seguir por alguns caminhos e debater acerca das perspectivas que envolvem o fenômeno da imigração, dos segmentos populares e, por fim, da marginalização que os cerca, uma vez que:

[...] por entre as brechas da sociedade organizada pessoas de origem indefinida que procuravam instalar-se nela; e à medida que o conseguiam, transformavam-na em uma nova sociedade, surgida pela primeira vez com características inéditas em

algumas cidades. Eram as cidades que começavam a massificar-se. (Romero, 2009, p. 353)

Por conseguinte, como exposto anteriormente, em detrimento à crise econômica que se estabelecia ao redor do mundo e, conseqüentemente na América Latina, os imigrantes que deixaram o campo para residirem nas cidades fazem parte da massa. No que se refere ao processo migratório, observa-se que, segundo Carleial (2004, p. 2), deveria ser evidenciado por intermédio de redes que comportam um “tipo de sociabilidade, de reciprocidade, que ressignificam as ações sociais, reterritorializam os grupos sociais, rearranjam as parcerias, na passagem ou permanência do imigrante no lugar de destino, integrando-o, adaptando-o ou re-definindo sua situação.”

Entretanto, pode ser observado que, após a elevação do quantitativo demográfico, as cidades construídas com base em uma conjuntura tradicional, passaram a recepcionar essas pessoas geralmente sob uma perspectiva negativa. Sabe-se que as cidades, durante muito tempo, foram edificadas sócio-estruturalmente com o propósito de atender às necessidades da sociedade burguesa. Contudo, a partir do momento em que novos grupos sociais chegam e se estabelecem, uma pluralidade passa a se enraizar nas cidades, transformando-as em locais cada vez mais heterogêneos.

Para os imigrantes, de acordo com Carleial (2004, p. 8), verifica-se que os significados e os discursos da cultura migratória apresentam três movimentos: “evasão da terra natal/ atração pelo novo; desqualificação da condição de imigrante/ negação do destino; revalorização da origem.” Logo, mesmo que possuíssem um propósito de mudança e melhoria de vida, enfrentaram uma sociedade tradicional que estava acostumada a viver em uma cidade detentora de hábitos exclusivos para pessoas socialmente privilegiadas. Assim sendo, “a explosão urbana modificou o perfil das cidades. Queixaram-se disso aqueles que desfrutaram delas antes, aprazíveis e tranquilas, mas, sobretudo, com uma infra-estrutura suficiente para o número de habitantes que possuíam” (Romero, 2009, p. 363)

À luz dessa convicção, se principiava não somente um processo de estranhamento por parte da sociedade tradicional, como também se iniciava um processo de preconceito, violência e rejeição para com os imigrantes que aos poucos se estabeleciam nas cidades. Dessa maneira, se revelava de forma clara que “a cultura velada da rejeição ao migrante é observada nas idéias do senso comum que o responsabiliza pelos problemas locais: os pobres são os imigrantes; os violentos também; e os exploradores da prostituição, igualmente”

(Carleial, 2004, p. 7). Tratava-se, portanto, de uma situação socialmente construída e que tomava como base a hostilidade e a intolerância.

Por conseguinte, como também supracitado, não apenas os imigrantes formavam a massa. Tendo em vista que “a marginalidade constitui um quarto mundo povoado de estranhos e estrangeiros” (Castel, 1997, p. 38), as pessoas oriundas da cidade que pertenciam aos segmentos populares completavam a massa. Sendo assim, para a sociedade tradicional, aqueles em posição de pobreza e de desprivilegio social, eram reconhecidos como marginais e igualmente intrusos nas grandes cidades. Assim, de acordo com Coelho (1978):

Na verdade, a mera opção pelo termo *marginalidade* já sugere conotações teóricas, normativas ou ideológicas. Mas, independentemente das sutilezas semânticas, o referente empírico dos termos é geralmente o mesmo: a população marginal é aquela constituída pelos que se encontram em situação de desemprego, subemprego ou pobreza. (Coelho, 1978, p. 140)

Dessa maneira, a massificação das cidades igualmente se institui por parte das pessoas consideradas marginais, pois, mesmo não sendo imigrantes, ainda não poderiam estar imersas no padrão de vida ou de sociabilidade correspondentes aos da população burguesa por motivos sócio-econômicos. Na realidade, para a sociedade tradicional, os indivíduos considerados marginais, não apenas se distanciam do padrão estabelecido pela coletividade, como também por eles foram e permanecem sendo rejeitados e violentados cotidianamente. Conforme o dizer de Castel (1997, p. 39) “Sem dúvida alguma, as ‘grandes políticas de luta contra a marginalidade’ seriam aquelas dirigidas para o emprego, a moradia, a situação de erosão cultural das categorias desfavorecidas, isto é, às ‘causas’ da miséria e da infelicidade”, no entanto, assim como os imigrantes, a população pobre se encontra desamparada e carente de políticas públicas que forneçam o básico para suas subsistências.

Em *A Casa dos Espíritos* os segmentos populares aparecem, mesmo que brevemente, para exemplificar a situação de pobreza, descontextualização e desamparo que os acometia no Chile ao longo do século XX. Logo, dentre uma crise e outra, os setores populares que se situavam nos “bairros indigentes” - assim intitulados segundo o ponto de vista de uma personagem burguesa - eram acometidos pelo desemprego e a fome:

Foi o ano do tifo exantemático. Começou como mais uma calamidade que atingia os pobres e logo adquiriu características de castigo divino. Brotou nos bairros dos indigentes, em consequência do inverno, da desnutrição e da água suja dos valões. Acrescentou-se ao desemprego e distribuiu-se por toda parte. (Allende, 2021, p. 142)

Nesse sentido, ser marginal é estar desconexo com os privilégios da coletividade, afinal, sofrem com o constante processo de opressão, desligamento e exclusão social, ainda

que viver na cidade tenha se tornado um direito de todos. (Lefebvre, 2001). Em virtude desse contexto de segregação, é possível identificar alguns fatores que corroboram para o desligamento dessas pessoas em um contexto social:

As situações marginais aparecem ao fim de um duplo processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional. [...] Esquemmatizando bastante, distinguimos três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. (Castel, 1997, p. 23)

Ainda de acordo com essa perspectiva, é possível esquematizar que:

Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional. (Castel, 1997, p. 23)

Ou seja, tomando por base as gradações e as zonas apresentadas acima, observa-se que os cidadãos desprivilegiados e os imigrantes se enquadram em uma posição de vulnerabilidade e marginalidade, uma vez que convivem com situações de trabalho precário e/ou ausência de trabalho e fragilidade e/ou isolamento relacional. É digno de ressalva que, no que diz respeito aos imigrantes, encontrar moradia e um ofício ao chegar nas cidades se apresenta como um árduo trabalho. No que diz respeito aos cidadãos marginalizados, crescem já inseridos no processo de segregação e conseqüente isolamento, o que dificulta a conquista de empregos e acaba por refletir em suas trajetórias de vida.

Assim, a busca por trabalho se torna uma das maiores dificuldades para os segmentos populares, principalmente em períodos de crise política e econômica, como podemos visualizar em uma das passagens do objeto de análise: “Vagavam pelas ruas pedindo uma oportunidade para trabalhar, mas não havia trabalho para todos, e pouco a pouco os rudes operários, emagrecidos pela fome, encolhidos de frio, andrajosos, desolados, deixaram de pedir trabalho e pediam simplesmente uma esmola” (Allende, 2021, p. 142)

Sendo assim, de modo a sintetizar, conforme Castel (1997), é possível identificar que: em uma zona integrada há a representação dos indivíduos que apresentam segurança no trabalho. Até podem não estar inseridos em um *status* elevado da classe média alta, mas ainda assim não suscitam problemas; no que se refere à zona de vulnerabilidade, se enquadram os trabalhadores independentes e sem reservas econômicas. Recebem salários precários e sobrevivem mediante a uma instabilidade crônica; por fim, aos pertencentes à zona de grande marginalidade, de maneira pejorativa e agressiva, recebem o nome de vagabundos, visto que

não trabalham e são cortados de todo apoio relacional. É o errante, o estrangeiro, o miserável. Sobre eles são acometidos medidas de isolamento, opressão e violência tão cruéis que podem até mesmo levar à morte.

Dessa maneira, aos imigrantes e aos segmentos populares recaem a designação de marginalizados. Designação esta que se constrói de maneira opressiva e violenta a partir de uma perspectiva social, e se expande rumo às convicções que norteiam os princípios político-econômicos. Não obstante, para além dessas concepções, destaca-se também que a explosão demográfica foi responsável pelo processo de modificação estrutural das cidades e a parcela da população considerada marginalizada se viu diante de uma severa exclusão no momento em que, após grandes mudanças, a sociedade foi repartida fisicamente e socialmente em dois lados divergentes: o tradicional e o anômico.

1.3.2 O tradicional e o anômico sobre uma ótica sócio-estrutural

Para além das mudanças quantitativas, a explosão demográfica desencadeou também mudanças qualitativas nos grandes centros urbanos. Tendo em vista que os centros das cidades foram construídos meramente para suportar a população burguesa, a partir da eclosão urbana e da chegada de um montante heterogêneo de novas pessoas, esse espaço obteve consideráveis mudanças não apenas no que se refere aos seus aspectos físicos, mas também no que concerne aos hábitos de vida que ali se estabeleciam.

A priori, o aumento drástico de pessoas fez com que as mudanças se iniciassem do zero. Em um primeiro momento, todos os ambientes da cidade começaram a ficar repletos de pessoas e esse “número de habitantes mudou a maneira de locomover-se dentro da cidade” (Romero, 2009, p. 383). Em um segundo momento, a população se encontrava em situação de conflitos por espaços, de maneira que consideráveis mudanças estruturais fossem observadas e adaptações precisassem ser implementadas.

De acordo com Romero (2009), algumas das mudanças e das adaptações se manifestaram através da troca dos bondes por ônibus mais rápidos, das ruas que se estreitaram, das demolições de casas para construções de prédios e dos serviços públicos que se apresentaram insuficientes e sobrecarregados, precisando assim de uma severa renovação. Ainda segundo o teórico (2009, p. 385), quanto às residências e as ruas, principalmente aquelas mais afastadas dos centros, era possível presenciar que “as velhas casas ficaram semi-abandonadas ou transformaram-se em cortiços e as ruas outrora aristocráticas e

tranquilas transformaram-se em ruidoso acampamento dos bandos juvenis que jogavam futebol ou que desenvolviam suas perigosas atividades cercanias.”

Por conseguinte, mesmo que o direito à cidade promova uma tentativa de igualdade e pertencimento a todos aqueles que nela habitam, o aumento populacional e as disputas por espaço avançaram de maneira tão expressiva ao ponto dos imigrantes e dos cidadãos inseridos nas classes populares serem considerados intrusos e inimigos por parte da burguesia. Dessa forma, sem oportunidades e sem obter a integralização necessária, esses grupos se viram na obrigação de habitar às margens das cidades, enquanto a burguesia permanecia no centro. O resultado para tal contexto se apresentou através de uma ruptura da sociedade, em que aos cidadãos burgueses se designava o nome de sociedade tradicional e/ou normalizada, e aos pertencentes à massa se designava o nome de sociedade anômica. Em vista disso, percebe-se que:

“[...] composta por classes e grupos articulados, cujas tensões e formas de vida transcorriam dentro de um sistema estabelecido de normas: era, portanto, uma sociedade normalizada. A outra foi o grupo de imigrantes, constituído por pessoas isoladas que convergiam para a cidade, que só criavam nela um primeiro vínculo e, em consequência, de qualquer sistema de normas: era uma sociedade anômica instalada de modo precário ao lado da outra como um grupo marginal.” (Romero, 2009, p. 365)

Assim sendo, para sociedade normalizada, a massa correspondia ao grupo de pessoas intrusas e responsáveis pela quebra de normas de uma coletividade. Segundo Coelho (1978, p. 157), “em síntese, embora cometam atos *objetivamente* idênticos, ao marginal caberá as formas desaprovadas do comportamento; aos indivíduos de *status* elevado, as formas aprovadas ou neutras.” e, por essa questão, “a sociedade normalizada visualizou o conjunto imigrante que se infiltrava por suas brechas como um grupo uniforme. Era, segundo o seu ponto de vista, a ‘outra sociedade’, cuja existência se conhecia de ouvido, mas cuja presença se evitava” (Romero, 2009, p. 367).

É digno de ressalva que a divisão da coletividade não apenas abrangeu os hábitos e costumes da população vigente, mas também se destacou por uma ruptura física responsável por separar a cidade em dois espaços: um para a sociedade normalizada e o outro para a sociedade anômica. Consoante Coelho (1978, p. 145-147), se observa que “nas cidades latino-americanas as zonas centrais aparecem historicamente como locais de residência das classes mais altas, concentrando-se a pobreza na periferia urbana”, desse modo, evidencia-se que enquanto a sociedade normalizada se concentra nos centros, a sociedade anômica fora apartada em direção às margens, isto é, para os subúrbios e favelas. Para Sarlo (2014, p. 64), “Os pobres empilham suas moradas onde podem, onde os levam ou os jogam. Esses casebres

ou cortiços elevados formam um andar duplo da cidade que cresce para cima, como nos *cerros* de Caracas ou nos morros do Rio de Janeiro.” Baseado neste contexto, ainda conforme o dizer da autora (2014, p. 62), “Essas famílias não podem prever, nem planejar, nem projetar. Suas vidas se sintetizam num esforço cíclico e repetido de sobrevivência que lhes consome todo o presente e lhes consumirá o futuro.”

Em vista disso, conforme o dizer de Romero (2009, p. 393), “em certas metrópoles o quadro adquire uma intensidade particular porque as favelas surgiram nos morros que cercam a cidade, e a cidade anômica forma uma espécie de anfiteatro que cerca a cidade normalizada”, ou seja, em outras palavras, “a metrópole propriamente dita é da sociedade normalizada e as favelas, da sociedade anômica, apesar de, no fundo, os dois âmbitos estarem integrados e não poderem viver um sem o outro” (Romero, 2009, p. 395). Por essa razão:

A massa foi esse conjunto heterogêneo, marginalmente situado ao lado de uma sociedade normalizada, diante da qual se apresentava como um conjunto anômico. Era um conjunto urbano, embora urbanizado em diferente medida, já que estava constituído por um grupo urbano de longa data e por outro de origem rural que começava a urbanizar-se. (Romero, 2009, p. 369)

À luz dessa questão, a massa vivia às margens do centro da cidade, porém com esta criava uma relação de dependência, uma vez que era nos centros em que a vida profissional se estabelecia. Partindo desse pressuposto, tem-se então a parcela da população marginalizada ficando raízes nas circunvizinhanças da cidade, mas, na mesma proporção, tentando alcançar uma inserção na sociedade normalizada com a finalidade de se obter uma integralização social necessária. De modo a exemplificar, segundo Romero (2009), as mulheres aos poucos tentavam se introduzir nas famílias da sociedade tradicional por intermédio da oferta de trabalhos domésticos, enquanto os homens, principalmente os imigrantes, buscavam moradia, documentação e trabalhos nos centros urbanos com o intuito de igualmente obter uma integralização no corpo social. No entanto, em todo caso, a rejeição perpetuava ao ponto da massa ser tratada mediante à opressão, termos pejorativos e violência.

Logo, aos cidadãos que habitavam as circunvizinhanças do centro da cidade, o termo “marginalidade” se reforçava cada vez mais e enquanto uns tentavam obter a integralização na sociedade normalizada, outros se posicionavam à distância. Muitos desses, - principalmente os jovens - sofriam com o preconceito e discriminação racial, resultando assim em uma profunda dificuldade na conquista profissional e na estabilidade financeira. De acordo com Castel (1997):

Nessas zonas, particularmente, os jovens vivenciam uma relação duplamente negativa: em relação ao trabalho, quando a alternância do desemprego e do subemprego não permite definir uma trajetória profissional estável; e em relação às

referências sociorrelacionais, uma vez que a família não possui um capital social a transmitir, quando o sistema escolar é estranho à cultura de origem, como a situação dos imigrantes, e quando a sociabilidade se esgota em relações esporádicas, ou se "mata o tempo" com pequenas provocações e pequenos delitos para superar o tédio de uma temporalidade sem futuro. (Castel, 1997, p. 32)

Dessa forma, é possível observar também que as faltas de oportunidades acometidas sobre as pessoas da massa não apenas retiram suas conquistas, como também as forçam a procurar meios alternativos para conseguir os seus subsídios básicos diários. Em função disso, os marginais situados nos subúrbios e nas favelas acabaram por chegar à maioria sem imunidades, com dificuldade de integralização na sociedade tradicional e imersos em uma visível dependência com os centros por motivos de estudo e trabalho.

Por fim, contrariando à vida da sociedade anômica, é possível observar que a ruptura física em questão também se evidencia por meio de um caminho alternativo no que diz respeito ao padrão de vida da sociedade normalizada, ou seja, através da liberdade entre optar por construir a vida na agitação dos centros urbanos ou na calmaria dos condomínios de luxos distantes desses grandes centros urbanos.

É de fundamental ressalva que, como visto anteriormente, no decorrer do desenvolvimento urbano, o campo se apresentou como um local constituído por adjetivos que remetem à limitação e ao atraso, contudo, após a explosão demográfica e consequentes mudanças sócio-estruturais nos centros das cidades, a zona rural, ou ao menos algo que se assemelha a essa concepção, serviu de suporte às pessoas de elite para que fujam do dinamismo urbanístico e residam em locais detentores de tranquilidade. Portanto, de maneira antagônica ao que se pressupunha, o campo, além de fetichizado, se tornou o destino de muitos indivíduos inerentes à sociedade normalizada precisamente pelos mesmos motivos que ocasionaram sua antecedente onda de êxodo rural, isto é, devido a sua amenidade.

Enquanto isso, aos pertencentes à massa, sem segundas alternativas de trajetória, permaneceram e permanecem construindo suas vidas nos espaços periféricos da cidade, de modo a conviver com a insegurança cotidiana fincada pela segregação social. Assim, a ruptura da sociedade em dois espaços resulta na não integralização da sociedade anômica e decorrente violência urbana que sobre ela é acometida.

Nesse sentido, com a massificação das cidades, seu caráter homogêneo concedeu espaço a uma pluralidade responsável por intensificar o contraste existente entre a sociedade tradicional e a sociedade anômica. Por conseguinte, mesmo desenvolvendo um modo de vida cosmopolita e reduzindo suas normas para tentar se encaixar aos hábitos da sociedade tradicional, o indivíduo considerado anômico “não possuía um estilo de vida, mas muitos

modos de vida sem estilo” (Romero, 2009, p. 398), e em razão da sua heterogeneidade, passou a ser tratado com repugnância por parte da classe conservadora.

Assim, esse conjunto humano heterogêneo adentrou nas cidades latino-americanas com o propósito de alcançar a tão almejada estabilidade familiar, profissional e financeira que o desenvolvimento urbano aparentava proporcionar, entretanto, culminou por também influenciar na vida dos que estavam imersos na sociedade tradicional. De modo a exemplificar, os jovens e as mulheres foram os mais influenciados, uma vez que, segundo Romero (2009, p. 400), “talvez a sedução da anomia liberasse, sobretudo nas novas gerações, os impulsos primários e os desejos irracionais que toda sociedade reprime de modo eficaz.”

Com base nessa sedução, a ideologia inconformista foi instaurada nas cidades e transportava consigo o objetivo de romper com os paradigmas até então enraizados dentro do cerne tradicional. Em suma, de acordo com Romero (2009, p. 401), “o inconformismo manifestou-se no abandono da preocupação por um futuro ‘normal’, segundo os critérios das pessoas mais velhas e conservadoras.” Partindo então dessa concepção, o resultado para tamanha influência e modificação no corpo social dos centros urbanos não poderia se manifestar sobre outra ótica que não a da rejeição à população anômica.

Tomando por base essa perspectiva, torna-se válido compreender que, consoante Lefebvre (2001, p. 22), “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade.” E, por essa razão, conflitos internos foram instaurados nos centros das cidades e, não só a desigualdade social se intensificou, como também a violência contra os marginalizados passou a ser normalizada. À luz dessa questão, para Gullo (1998, p. 108), é compreensível que, “a análise da marginalidade como fenômeno social considera a complexidade de fatores que atribuem ao comportamento real do marginal um papel social que lhe foi atribuído no drama da vida urbana.” Nesse caso, ainda segundo o autor (1998, p. 108), “esses marginais urbanos, vistos como criminosos pelo Estado, se encontram impossibilitados de integração na sociedade urbana porque são considerados perturbadores da ordem institucional.”

Em vista disso, enquanto a massa trabalhava para conquistar seu lugar na estrutura, os conservadores os atacavam cotidianamente, pois “[...] a violência urbana não é surpreendente, e sim previsível. Suas razões não são consequências simplesmente das transformações econômicas, mas também da dispersão simbólica que se produz em um meio em que o horizonte de expectativas é precário” (Sarlo, 2014, p. 89). Logo, dentre diversas conjunturas, a violência surge por intermédio de estruturas de poder culturalmente construídas e que

tendem a posicionar o homem, rico, branco e civilizado em um patamar superior aos demais constituintes da coletividade. Dessa forma:

As relações sociais que caracterizam a violência contemporânea são desenvolvidas na sociedade urbano-industrial e resultam de um processo de filtragem e discriminação que seleciona da população os indivíduos mais qualificados para viverem em determinada região e em determinado meio, por força de suas condições socioeconômicas que resultam das diferenças existentes entre as classes sociais. (Gullo, 1998, p. 112-113)

À luz dessa perspectiva, ainda é importante destacar que:

As cidades foram configuradas, divididas por barreiras culturais intimidantes e pelas diferenças dos consumos materiais. A crise de segurança afeta e imobiliza aqueles que moram em bairros populares, obrigados a garantir o tempo todo uma presença em suas casas para evitar depredações e roubos, condenados ao isolamento em moradias em que o equipamento cultural é mínimo. A mobilidade no tempo de ócio se reduz e, conseqüentemente, também diminuem as possibilidades de contato com outros níveis e consumos sociais. Mas causas dessa fragmentação seriam de todo modo transitórias se não fossem potencializadas por outras disposições de caráter mais estável. Ou se elas mesmas não gerassem disposições estáveis. (Sarlo, 2014, p. 88)

Por conseguinte, a ruptura física e a segregação social da sociedade anômica inviabiliza a integralização absoluta desta no corpo social e corrobora para o aumento da violência nos subúrbios e nas favelas. Desprotegidos, essa parcela da população convive com a insegurança diária e detém a configuração de seus espaços baseada no constante estado de alerta, uma vez que ser marginal é estar posicionado sócio-estruturalmente à margem da sociedade tradicional e, portanto, não possuir os direitos básicos como moradia, respeito e segurança, atendidos.

Sob essa ótica, é possível observar que na obra literária em análise, os segmentos populares surgem para ilustrar o desamparo e a insegurança diária vivenciados, de fato, no Chile ao longo do século XX. De modo a exemplificar essa circunstância, uma das descrições mais fortes que Isabel Allende transporta para o seu livro é a da violência que os segmentos populares sofreram durante a ditadura militar chilena, momento de crise política e social no país. Dessa forma, nesse ponto da pesquisa cabe mencionar que as mulheres, dentre inúmeras outras vítimas do golpe, foram violentadas de diversas formas, tais como a violentação sexual: “Estremecia, mas Ana Díaz lembrava-me que eu não era a única mulher violada e que eu deveria ignorar aquilo e tantas outras coisas. As mulheres passavam o dia cantando alto. Os carabineiros batiam na parede” (Allende, 2021, p. 439-440).

Tomando por base o trecho acima, a personagem Alba, narradora, protagonista e burguesa, é aprisionada por se relacionar amorosamente com um dos opositores ao golpe e se junta a outras mulheres de classes inferiores no campo de concentração. Diferentemente das

mulheres suburbanas e periféricas no momento do golpe, as mulheres burguesas se encontravam excepcionalmente satisfeitas com as mudanças que, pelo visto, apenas pareciam positivas para as classes mais altas: “As lojas começaram a vender coisas que não se conheciam nem de nome e outras que antes só os ricos conseguiam graças ao contrabando. A cidade nunca estivera tão bonita nem a alta burguesia fora mais feliz: podia comprar uísque sem impostos e automóveis a crédito” (Allende, 2021, p. 395).

Com isso, torna-se perceptível que a pluralidade feminina corrobora para que os contextos de vida vivenciados pelas mulheres sejam díspares na sociedade sexista. Por esse motivo, a presente pesquisa reconhece que ao analisar os contextos do campo e da cidade, juntamente com os seus aspectos políticos, econômicos e sociais, serão encontradas mulheres com vivências diversas, mas que, ainda sim, enfrentam a construção social de gênero e o sexismo de perto. Nesse sentido, o estudo em questão procura não apenas analisar os espaços em si, mas também os indivíduos que o compõem, especialmente as mulheres, para assim compreender como elas são posicionadas e representadas nesses ambientes.

2. A mulher construída: a dicotomia masculino-feminino como reflexo de uma sociedade sexista

“As mulheres do novo tipo, ao criar os valores morais e sexuais, destroem os velhos princípios na alma das mulheres que ainda não se aventuraram a empreender a marcha pelo novo caminho. São estas mulheres do novo tipo que rompem com os dogmas que as escravizam.” (Kolontai, 2011, p. 22)

Prontamente ao nascer, a criança, em virtude de seu sexo, se encontra condicionada a arcar com uma trajetória de experiências e de comportamentos baseados em discursos socialmente construídos. Esses discursos, que são responsáveis por enaltecer a parcela da população masculina, de cor branca e elitizada, também tornam desigual e desmerecem qualquer outro arquétipo do corpo social, se revelando, portanto, como um discurso hegemônico perpassado de geração em geração. As mulheres, imersas neste universo sexista, convivem e sobrevivem em contextos que, além de situá-las em posição secundária e complementar aos homens, as fazem corriqueiramente lutar em busca dos seus direitos civis e da emancipação de seus corpos. Por esse motivo, para se chegar a uma compreensão acerca da dicotomia masculino-feminino e suas consequências, torna-se imprescindível pensar gênero por intermédio das relações de poder e das construções de discursos que, de maneira misógina, permanecem enraizados no cotidiano da sociedade até o presente momento.

2.1 Os discursos e as relações de poder na construção de gênero

Por se caracterizar como hegemônico e manifestamente segregacionista, os discursos, impostos aos sujeitos desde os seus primeiros minutos de vida, - ou até mesmo no instante da revelação prévia de seus sexos -, são responsáveis por organizar as relações sociais e os sistemas de identidade, de maneira a formar modelos binários. Desse modo, com a formação de sistemas binários, se torna possível identificar uma divisão de gênero construída com base em duas classificações: o masculino e o feminino.

Com base nesta divisão, é possível encontrar a dicotomia masculino-feminino inserida em um contexto social edificado por meio de convicções patriarcais que conservam e perpetuam normativamente a diferença entre o homem e a mulher. Assim, as práticas sociais, hábitos e costumes são enraizados, modelados e transmitidos de indivíduo para indivíduo na coletividade, uma vez que:

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo: interrogar, escutar, responder, concordar, etc. Neste diálogo, o homem participa todo e com toda a sua vida: com os olhos, com os lábios, as mãos, a alma, o espírito, com o

corpo todo, com as suas ações. Ele se põe todo na palavra e esta palavra entra no tecido dialógico da existência humana, no simpósio universal. (Bakhtin, 2003, p. 348)

Por conseguinte, a interação social resulta na transmissão dos discursos misóginos que, não apenas perpetuam as diferenças entre os gêneros, como também reproduzem a ideia de que esta diferença é um fator biológico e intrinsecamente ligado ao sujeito desde o momento da sua concepção. Em *A Casa dos Espíritos*, a fim de exemplificar, torna-se perceptível em diversas passagens do texto que os personagens masculinos não acreditam que as mulheres possam capacidade para seguirem por profissões que demandam um nível maior de intelectualidade. Pelo contrário, acreditam que a função intrínseca da mulher é o lar e a maternidade, como podemos observar a seguir: “Se as mulheres não sabem somar dois mais dois, como poderão usar um bisturi? Sua função é a maternidade, o lar. Por esse caminho, qualquer dia vão querer ser deputado, juiz e até Presidente da República!” (Allende, 2021, p. 76).

Entretanto, contrariando ao que os discursos proferem, todas as particularidades atribuídas aos sujeitos de ambos gêneros não são definidas previamente e biologicamente no momento da fecundação do feto, visto que, na realidade, se tratam de construções culturais e simbólicas, as quais, de acordo com Butler (2021, p. 69), definem o gênero como “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.”

Em razão disso, o indivíduo se encontra marcado para toda uma vida em função de uma estrutura reguladora que, de maneira simbólica, define e lança para toda uma sociedade as exigências normativas que regem o “ser homem” e o “ser mulher”. Assim, enquanto para a ciência o sexo seria biológico e o gênero sua consequência, para Butler (2021), o caráter imutável do sexo seria contestável e o posicionaria como algo culturalmente construído, assim como o gênero, pois:

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos. (Butler, 2021, p. 26)

Partindo desta consideração, tal como o gênero, as individualidades atribuídas aos sexos também surgem em decorrência dos discursos propagados pela sociedade e, por esse motivo, tanto o corpo do homem, quanto o corpo da mulher, são regidos por significados pré

definidos, visto que “[...] não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais” (Butler, 2021, p. 29).

Assim, essa “marca” construída se torna produtora de uma fixação identitária que, ao ser desviada e/ou rompida, quebra com os padrões normativos de uma dada cultura sexista. Por cultura, é possível compreender que, conforme o dizer de Hall (2003, p. 136), tem-se “esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas.” Dessa forma, ao passo que a cultura atua como um regime que controla os corpos, o sexo e o gênero são efeitos de discursos compartilhados, dado que “na experiência todas as práticas se entrecruzam; dentro da ‘cultura’ todas as práticas interagem - ainda que de forma desigual e mutuamente determinante” (Hall, 2003, p. 143).

Sendo assim, como consequência dos discursos socialmente construídos, o sexo e o gênero padronizam seus caminhos em bifurcações: macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino. Ainda como consequência, a organização social e o poder são designados aos homens, enquanto as mulheres se encontram presas nesta estrutura.

Tendo em vista que, consoante Foucault (2022, p. 369), “o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado”, é possível observar que na divisão social a noção de superioridade sempre esteve atrelada ao masculino, pois, ao ser coordenado, o poder é posicionado nas mãos daqueles que justamente conservam os princípios patriarcais e que articulam a existência de uma primazia entre um gênero e outro, isto é, do masculino sobre o feminino. Assim, é possível compreender que, ainda segundo Foucault (2022, p. 372), “Enquanto as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isso implica um em cima e um embaixo, uma diferença de potencial.” Portanto, fundamentando-se na implicação hierárquica apontada pelo teórico, torna-se possível verificar na nossa sociedade que, no que diz respeito ao sistema binário de gênero e, conseqüentemente, à dicotomia masculino-feminino, a cultura e os discursos se tornam responsáveis por inferiorizar a mulher e posicioná-la como um mero complemento à figura masculina.

Nesse sentido, esse feixe de relações coordenadas surge tanto no cerne dos grandes poderes, quanto nas relações dos indivíduos comuns. Em ambos os casos, o universo masculino tende a oprimir e a violentar de maneira física, verbal e patrimonial as mulheres. A censura também é instaurada, de maneira que a mulher, desde os seus primeiros anos de vida, seja instruída a se tornar um membro passivo da sociedade. O poder não apenas governa e

dita as regras, como sufoca a parcela da população que a ele não o exerce. Para Foucault (2022), a título de exemplo, o exercício do poder se guia para muito além das ordens, dos sistemas jurídicos, da repressão. Isto é, o poder, sempre em conjunto com o saber, se manifesta por intermédio da ação. Assim:

As noções políticas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos - Isto é, por meio da limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo “proteção” dos indivíduos relacionados àquela estrutura política mediante uma ação contingente e retratável de escolha. (Butler, 2021, p. 18-19)

Partindo dessa questão, a regulamentação exercida pelos grandes poderes, tal qual a política, restringe o livre arbítrio e as escolhas dos sujeitos no que se refere ao gênero, submetendo a população a seguir normas e princípios baseados na noção binária do sexo, mesmo que as exigências ofendam, limitem e oprimam a minoria. Isso ocorre, pois, para Hall (2003, p. 163) “o Estado é uma formação contraditória, o que significa que ele possui distintos modos de ação, atua em diferentes locais: é pluricentrado e multidimensional.”

Por conseguinte, no convívio social, isto é, para além do exercício de poder das grandes instituições regulamentadoras, ao homem comum é concedido e ensinado a prática do poder desde o momento de sua infância, visto que as diferenças sociais conferidas a um menino e a uma menina são exorbitantes. Logo, a criança do gênero masculino é acostumada a ser tratada como detentora de um poder absoluto desde o momento da descoberta do seu órgão sexual. De acordo com Beauvoir (2016), o pênis, quando descoberto pelos meninos, desperta o sentimento de privilégio e superioridade. O pênis inflama o orgulho, a valorização, a compensação. Até mesmo o ato de urinar, segundo a teórica (2016), desperta um discernimento de superioridade, uma vez que na sociedade ocidental, o homem urina de pé, enquanto a mulher precisa se agachar e se despir de maneira incômoda.

Para tanto, verifica-se que “possuindo um alter ego em que se reconhece, o menino pode ousadamente assumir sua subjetividade; o próprio objeto em que se aliena torna-se um símbolo de autonomia, de transcendência, de poder [...]” (Beauvoir, 2016, p. 22). Ainda, é possível constatar que “no rapaz, os impulsos só confirmam o orgulho que tira seu corpo: neste ele descobre o sinal de sua transcendência e de seu poder. A moça pode conseguir assumir seus desejos, mas eles guardam, na maioria das vezes, um caráter vergonhoso” (Beauvoir, 2016, p. 79). Assim sendo, como se pode observar no trecho acima, enquanto para o menino seu corpo é tratado como símbolo de sua superioridade, à menina são impostas limitações que a acompanham no decorrer de sua vida.

Dentro das limitações impostas ao corpo feminino, a menstruação surge como um *tabu* na sociedade. Embora seja um fenômeno natural, é tratado com repulsa e constrangimento, tal como podemos observar em uma das passagens da obra de Isabel Allende:

Encolheu-se num canto, sentindo-se perdida. Quando era pequena, sua avó tinha-lhe ensinado que as coisas próprias da função humana são naturais e que poderia falar a respeito de menstruação como de poesia; porém, mais tarde, no colégio, aprendeu que todas as secreções do corpo, à exceção das lágrimas, eram indecentes. (Allende, 2021, p. 336)

Dessa forma, dentre constrangimentos e *tabus* quanto ao corpo feminino, na cultura, nos discursos e nas famílias machistas, não é ensinado a uma menina a se sentir bem consigo mesma ou se portar como superior, e muito menos a fugir da passividade. Não é instruído a ela o conhecimento do seu corpo ou dos seus direitos. Nesse sentido, “[...] seu corpo é evidentemente uma plenitude para ela, mas ela se acha situada no mundo de um modo diferente do menino e um conjunto de fatores pode transformar a seus olhos a diferença em inferioridade” (Beauvoir, 2016, p. 16).

Ou seja, ao contrário do sentimento de soberania que um menino vivencia ao ter o seu órgão sexual descoberto, a menina experimenta uma situação oposta, pois, ainda consoante a teórica (2016), as pessoas não dão atenção para esse órgão secreto que a criança do gênero feminino carrega consigo. Por consequência, a limitação da mulher a acompanha desde esse exato momento de descoberta e os discursos sexistas apenas intensificam uma perspectiva equivocada de subalternidade feminina.

Por esse motivo, os discursos e as relações de poder difundem, de geração em geração, uma construção de gênero que posiciona a mulher como algo secundário. Portanto, para Butler (2021, p. 21), “resulta que se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.” E essas interseções políticas e culturais se sustentam por costumes e hábitos patriarcais desde o surgimento dos sistemas binários, pois, “tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal” (Butler, 2021, p. 30-31)

Assim, pensar gênero é pensar discurso e poder. É compreender que a limitação feminina está imposta muito antes do seu nascimento. É entender que tudo instituído a ela, na realidade, não advém de forças biológicas, mas sim de forças culturais, que estabelecem diferenças entre o homem e a mulher. É, por fim, observar uma dimensão em constante análise e em constante tentativa de quebra por aquelas mulheres que não desistem de lutar

pelo que, por direito, lhes pertencem, e que durante muito tempo apenas era de posse masculina: a emancipação.

2.2 A construção social do masculino-feminino

O binarismo enraizado na sociedade cria mundos divergentes para o homem e para a mulher. Trata-se de marcas culturais e normativas que controlam as experiências, o modo de se comportar e com quem cada indivíduo deve se relacionar. Desde a infância, as diferenças são atribuídas aos sexos e na atualidade, mesmo que as novas gerações se permitam modificar gradativamente esse cenário padronizado, não é inesperado que as marcas da normatividade persistam em boa parte das famílias.

De igual forma, não é inesperado que essas marcas acompanhem o sujeito no decorrer de sua vida. Na adolescência, a título de exemplo, o homem possui maior liberdade pessoal e pública que a mulher, afinal, é na adolescência que o sexo masculino consegue, de maneira mais satisfatória, se aprofundar nos desejos de suas sexualidades e na construção de uma carreira bem-sucedida. No que diz respeito ao sexo feminino na adolescência, é condicionado a ter atitudes passivas e subalternas, as quais envolvem o desinteresse no descobrimento sexual e a falta de apoio no âmbito profissional.

Sendo assim, ao descobrir o mundo sexista e se descobrir presa a ele, a mulher observa o surgimento de circunstâncias totalmente contrárias às situações da vida dos homens, pois “a esfera a que pertence é cercada por todos os lados, limitada, dominada pelo universo masculino: por mais alto que se eleve, por mais longe que se aventure, haverá sempre um teto acima de sua cabeça, muros que lhe barrarão o caminho” (Beauvoir, 2016, p. 44). Por esse motivo, é também na adolescência que o sexo feminino começa a ser associado aos aspectos da feminilidade, por mais que esses padrões não pertençam a este sexo integralmente. Por consequência, na tentativa de se encaixar nos costumes vigentes, muitas mulheres, aos poucos adentrando na maioridade, se encontram limitadas e prejudicadas por esse cenário, visto que:

Feminilidade, a mulher feminina, é uma construção de padrões culturais de comportamento, baseada em arquétipos patriarcais, nos quais a mulher enquadra-se ou não em categorias valorativas do tipo: beleza, sensibilidade, meiguice, submissão, maternidade. (Ferreira, 2009, p. 117)

Por esse motivo, o “ser mulher” se destaca como um fator discursivamente construído e que tende a posicionar o feminino em uma esfera limitada e marcada pela feminilidade. No entanto, contrariando as expectativas da sociedade patriarcal, muitas mulheres - situadas em

contextos anteriores e posteriores ao início das primeiras lutas pela emancipação feminina -, não se limitavam a essas associações. Muito pelo contrário: quebravam a passividade com comportamentos que, na realidade, sempre foram associados aos homens; isto é, objetividade, racionalidade e segurança (Ferreira, 2009).

Com isso, é possível constatar que “as virtudes femininas - passividade, submissão, doçura - que lhe foram inculcadas durante séculos tornam-se agora completamente supérfluas, inúteis e prejudiciais” (Kolontai, 2011, p. 16). Partindo, portanto, desse pressuposto, se evidencia que:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. (Butler, 2021, p. 21)

Dessa forma, ainda sobre essa perspectiva, é possível compreender que:

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade. (Butler, 2021, p. 22)

Portanto, mesmo com a existência e as conquistas do movimento feminista ao longo dos séculos e, ainda que o binarismo masculino-feminino se manifeste como uma construção cultural e não biológica, a mulher continua tendo sua estrutura social descontextualizada pelo sexismo enraizado na sociedade. E, ao ser descontextualizada, a estrutura que sustenta a definição do feminino permanece sendo posicionada como algo secundário, submisso e complementar à estrutura que sustenta a definição do masculino. Logo, como exemplo prático desse sistema que posiciona a mulher em um patamar inferior, se verifica a divisão social de funções, em que para a mulher, desde os tempos antigos, são atribuídas responsabilidades voltadas à domesticidade.

Na atualidade, com as conquistas do feminismo, se observa que a prestação de serviços domésticos tende a ser compartilhada com os homens em algumas residências, porém o peso e a obrigação da domesticidade, independente das evoluções e das conquistas feministas, permanece sendo direcionada às mulheres. Dessa maneira, os hábitos e os costumes, mesmo que levemente evoluídos, permanecem carregando resquícios de uma cultura que institui a responsabilidade equivocada da domesticidade às mulheres desde os seus primeiros anos de vida. Contudo, como o hábito da domesticidade não é algo

biologicamente preestabelecido à mulher, e, portanto, se destaca como mais uma das situações que partem de uma construção cultural e simbólica, muitas mulheres repudiam as funções domésticas, tal como a personagem Clara na obra de Isabel Allende: “Clara, a mais nova, que ainda estava disponível, mas era uma criatura um pouco excêntrica, pouco apta a responsabilidades matrimoniais e à vida doméstica” (Allende, 2021, p. 97).

Nesse caso, desde a infância esse cenário é apresentado ao gênero feminino, uma vez que, enquanto as crianças do sexo masculino são apresentados a objetos que estimulam o conhecimento e a autonomia, as crianças do sexo feminino são inseridas em um universo que possui como base uma realidade dedicada à domesticidade e à maternidade. Já, com passar dos anos, à medida que o jovem de sexo masculino preenche as lacunas dos seus dias com os estudos e o lazer, a jovem do sexo feminino porta consigo menos tempo para se dedicar aos mesmos afazeres, pois, é educada para desempenhar atividades domésticas, assim como sua mãe um dia fora. Em vista disso, se compreende que:

Grande parte do trabalho doméstico pode ser realizado por criança muito pequena; habitualmente os meninos são dispensados; mas permite-se, pede-se mesmo à irmã, que varra, tire o pó, descasque os legumes, lave um recém-nascido, tome conta da sopa. A irmã mais velha, em particular, é assim geralmente associada às tarefas maternas. [...] ela é então precocemente integrada no universo da seriedade. (Beauvoir, 2016, p. 31)

Por conseguinte, como pode ser observado acima, precocemente a jovem é condicionada a assumir responsabilidades que não são designadas com o mesmo grau de igualdade aos rapazes. Desde a juventude, a menina é induzida a este amadurecimento que, como debatido anteriormente, não é estabelecido por um sistema genético, mas sim por uma construção simbólica que permanece impondo as responsabilidades da manutenção da casa ao sujeito pertencente ao gênero feminino, mesmo que este precise se dedicar aos estudos e ao trabalho, tal como fazem os homens.

Por esse motivo, a personagem Clara serve de exemplo para evidenciar que os aspectos da feminilidade são impostos às mulheres por criações sociais que, inclusive, tendem a posicionar a mulher em uma situação de submissão e passividade. Como podemos observar abaixo, embora seja burguesa e tenha condições de pagar pessoas para executar os serviços domésticos no seu lugar, a personagem não possui nenhum interesse pessoal na domesticidade ou na maternidade e se afasta, portanto, dos aspectos da feminilidade que são difundidos pela sociedade patriarcal:

Qualquer mulher se mostraria encantada com tudo isso e se teria ocupado durante vários meses, organizando sua casa; menos Clara, que era impermeável a essas coisas. Limitou-se a capacitar duas cozinheiras e treinar algumas garotas, filhas dos empregados, para servirem a casa e, logo que se viu livre dos tachos e das

vassouras, retomou seus cadernos de anotar a vida e suas cartas de Tarot nos momentos de ócio. (Allende, 2021, p. 187-188)

Partindo desse pressuposto, muito da domesticidade, pela sociedade conferida à mulher, reflete no modo de conduzir o seu futuro. Ou seja, além das obrigações domésticas, de acordo com Beauvoir (2016, p. 185), “o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento.” Assim, durante séculos, ao se tornar mais velha - e, em algumas sociedades, antes mesmo de atingir a maioridade -, a mulher era condicionada a seguir por um caminho previamente definido por sua família: o matrimônio.

Nesse sentido, até pouco tempo, o matrimônio era reconhecido como um contrato fundamentado através de uma troca de serviços antecipadamente estabelecida; isto é, o homem se tornava responsável pela manutenção financeira da casa, enquanto a mulher pela manutenção da casa propriamente dita. Todavia, a troca de serviços muitas vezes não favorecia o lado feminino, visto que, além de cuidar da casa e dos filhos, a mulher se via presa no lar. Logo, à medida que o marido realizava diversas atividades dinâmicas que o proporcionavam um sentimento de realização pessoal e profissional, a mulher se fechava em seu mundo doméstico e materno, pois a ação de “amar o marido, ser feliz, é um dever para consigo mesma e para com a sociedade; é o que sua família espera dela [...]” (Beauvoir, 2016, p. 246).

Na obra de Isabel Allende, conseguimos visualizar que a personagem Blanca, filha de Clara, nega-se ao matrimônio diversas vezes durante a trama, de modo a enfrentar o próprio pai conservador. Inicialmente a personagem evita se casar por não amar o homem sugerido por seu pai e seguidamente evita se casar com o homem que realmente ama para não perder os privilégios da burguesia. Trata-se de uma personagem feminina que não adere ao casamento, algo considerado absurdo por aqueles que sustentam a crença de que o matrimônio, assim como a maternidade, é o objetivo de vida de uma mulher, como podemos observar a seguir: “Avisou a seu pai que, se ele tornasse a mencionar o assunto do casamento, regressaria à capital no primeiro trem que passasse pela estação e voltaria ao colégio na condição de noviça” (Allende, 2021, p. 194)

Com base nessa circunstância, além de se fechar nesse mundo doméstico, a mulher igualmente enfrentava o contexto de subordinação ao marido, uma vez que, para a sociedade, o papel de chefe da família era conferido ao homem. A mulher, além de subordinada, era tratada como um objeto de posse do marido; era um acessório, um brinquedo manipulável, um ser que não possuía escolhas e muito menos autonomia ou liberdade, pois vivia para o marido e de acordo com o que ele a submetia. Assim:

No curso do longo período histórico que transcorreu sobre o signo do princípio de casta, a ideia da posse da mulher pelo marido (a mulher carecia de direitos de propriedade sobre o marido) não se estendia além da posse física, mas sua personalidade lhe pertencia completamente. (Kolontai, 2011, p. 51)

À luz dessa consideração, mais uma vez é possível evidenciar que o binarismo de gênero posiciona o feminino em situação inferior ao masculino. A mulher, tratada como um complemento, existia para servir ao homem e obedecê-lo. Dessa forma, segundo Kolontai (2011), a sociedade costuma valorizar a mulher sem personalidade, a mulher que apenas possui valor se tratada como acessório do homem. Uma mulher detentora de personalidade e independência assusta os valores normativos, pois durante muito tempo o centro e a essência do casamento era o homem.

Por esse ângulo, de acordo com Foucault (1988, p. 99), “pode-se admitir, sem dúvida, que as relações de sexo tenham dado lugar, em toda sociedade, a um dispositivo de aliança: sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens.” No entanto, na divisão sócio-cultural do sexos, esse sistema em questão não é justo com o feminino, pois corrobora para que a mulher permaneça sendo condicionada à subordinação do marido e dos filhos do sexo masculino. Trata-se de um sistema responsável pela transmissão de nomes e bens que, por estar imerso em uma estrutura simbólica de poder, conserva discursivamente a perspectiva de posição dominante ao masculino e a posição de um mero objeto secundário ao feminino.

Entretanto, com o passar do tempo, mais precisamente nas últimas décadas, a parcela da população feminina começou a observar que “a mulher encerrada no lar não pode fundar ela própria sua existência; não tem os meios de se afirmar em sua singularidade e esta, por conseguinte, não lhe é reconhecida” (Beauvoir, 2016, p. 330). Por essa razão, graças às conquistas das três ondas dos movimentos feministas, - que serão discutidas com maior profundidade no tópico 2.3 - as mulheres passaram a lutar em busca da emancipação feminina em diversos setores da vida social, tal qual o casamento.

A luta corroborou não só para que as mulheres pudessem ter sua voz ativa no matrimônio, como também para que elas pudessem ter direito ao divórcio e pudessem alcançar a tão necessária independência financeira, uma vez que “considerava-se a participação da mulher na vida econômica como desvio do normal, como infração da ordem natural das coisas. As mentalidades mais avançadas, os próprios socialistas buscavam os meios adequados para que a mulher voltasse ao lar” (Kolontai, 2011, p. 15).

Por esse motivo, se evidencia, conforme Simone de Beauvoir (2016), que com a evolução econômica da condição financeira feminina foi possível modificar a instituição do casamento, pois, a partir dessa conquista, a união passou a ser livremente consentida por ambas as partes, agora autônomas. Com base nessas modificações, “ao mesmo tempo que se experimenta uma transformação das condições econômicas, simultaneamente à evolução das relações da produção, experimentou-se a mudança no aspecto psicológico da mulher” (Kolontai, 2011, p. 15). Alicerçado a este excerto, se evidencia que:

Ao arrancar do lar, do berço, milhares de mulheres, o capitalismo converte essas mulheres submissas e passivas, escravas obedientes dos maridos, num exército que luta pelos seus próprios direitos e pelos direitos e interesses da comunidade humana. Desperta o espírito de protesto e educa a vontade. Tudo isto contribui para que se desenvolva e fortaleça a individualidade da mulher. (Kolontai, 2011, p. 19)

Dito isto, a participação da mulher no mercado de trabalho se apresenta como um dos pilares para as mudanças da mentalidade feminina, reafirmando, portanto, que:

[...] o trabalho que a mulher executa no interior do lar não lhe confere autonomia; não é diretamente útil à coletividade, não desemboca no futuro, não produz nada. Só adquire seu sentido e sua dignidade se é integrado a existências que se ultrapassam para a sociedade, na produção ou na ação: isto significa que, longe de libertar a matrona, esse trabalho a coloca na dependência do marido e dos filhos; é através deles que ela se justifica: em suas vidas ela é apenas uma mediação inessencial. (Beauvoir, 2016, p. 235)

Nesse sentido, a partir das alterações na instituição do casamento e da inovação do pensamento feminino quanto a sua posição nesse contexto matrimonial, é possível constatar que houve mudanças significativas acerca da subordinação da mulher ao marido e da sua inteira associação a um objeto de posse desse cônjuge, pois, atualmente parte das mulheres possui voz ativa e detém uma maior liberdade no que diz respeito às suas escolhas dentro desse sistema. Contudo, ainda que tenha obtido certa autonomia, a liberdade da mulher e do seu corpo não se expressam plenamente na sociedade, visto que as poucas faíscas de emancipação alcançadas pelas mulheres não foram suficientes para extinguir a objetificação dos seus corpos até o presente momento.

Por conseguinte, mesmo com as mudanças supracitadas, o corpo da mulher ainda é visto como um objeto, pois, segundo Butler (2021, p. 35), essa associação “funciona por relações mágicas de reciprocidade, mediante as quais o sexo feminino se torna restrito a seu corpo, e o corpo masculino, plenamente renegado, torna-se, paradoxalmente, o instrumento incorpóreo de uma liberdade ostensivamente radical.” Sob essa ótica, enquanto o homem possui uma liberdade estética e sexual maior que a mulher, esta se encontra novamente presa a um corpo previamente padronizado pela coletividade. Destaca-se o fato de que esse padrão,

muitas vezes quase que inatingível, deriva novamente da perspectiva de divisão binária, porque, conforme Butler (2021, p. 28), “a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável.”

Portanto, ao estipular um protótipo padronizado de mulher perfeita, o determinismo condiciona a mulher a vivenciar situações de negação consigo mesma e/ou objetificação do seu corpo, de modo que na primeira situação se sinta inferior em comparação a outras mulheres e na segunda situação se sinta agredida. Nesse sentido, mesmo com a ampliação dos movimentos feministas, até o presente momento, a mulher permanece em constante busca por um padrão de beleza inatingível e se mantém constantemente associada a objetos que, na mentalidade sexista da sociedade, podem ser consumidos e manipulados por qualquer indivíduo, até mesmo sem o consentimento da mulher.

Partindo desse pressuposto, se torna possível reforçar que o binarismo estipulado tanto no sexo, quanto no gênero, restringe o corpo da mulher a associações que são discursivamente construídas. Trata-se de um cenário que é imposto à vida da mulher, pois, como debatido anteriormente, o “ser mulher” é uma construção cultural; logo, se a mulher é um sujeito construído, seu corpo padece do mesmo mal.

Em seu corpo são inscritos significados que não são inerentes nem inatos a ela. Significados estes que existem desde a sua infância, afinal, segundo Beauvoir (2016), enquanto o menino se contenta com a autonomia do seu pênis, a menina, censurada por seus pais, busca outros meios de diversão, como, por exemplo, as bonecas. Por consequência, é nas bonecas que a menina observa uma imagem de beleza e de comportamento a ser seguida. Por essa razão, a partir de uma constante imposição dessas imagens/representações que denotam a perfeição estética e a submissão, percebe-se que:

[...] na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu “ser-outro”; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia. Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito [...] (Beauvoir, 2016, p. 25)

À luz dessa consideração, se evidencia que além de forçosamente ser condicionada a agradar a todos e viver em constante busca pela beleza, a mulher também é condicionada a se tornar um objeto sexual, uma vez que o seu corpo, para a coletividade, se encerra na finalidade de conceder prazer aos homens. Nesse sentido, a cultura ensina e normaliza que é certo tocar, humilhar e agredir os corpos femininos, como se estes fossem objetos inferiores e

descartáveis. Assim, de acordo com o dizer de Beauvoir (2016, p. 332), “a própria sociedade pede à mulher que se faça objeto erótico. O objetivo das modas, às quais está escravizada, não é revelá-la como um indivíduo autônomo, mas ao contrário privá-la de sua transcendência para oferecê-la como uma presa aos desejos masculinos [...]”.

No objeto de análise, podemos visualizar a objetificação do corpo feminino em diversas passagens do texto, principalmente aquelas narradas com base na focalização do narrador-personagem Esteban. O personagem em questão considera as mulheres de classe inferior como objetos e, a depender da situação, como é o caso das mulheres camponesas, as considera como animais. E, como pode ser visto no trecho a seguir, a objetificação de Esteban não poupa nem mesmo as meninas de menoridade: “Olhou pela janela e viu uma menina magrela que estava pendurando roupa recém-lavada no varal. Não parecia ter mais do que 13 ou 14 anos, embora estivesse completamente desenvolvida. Nesse momento, ela se virou e olhou-o: tinha o olhar de uma mulher.” (Allende, 2021, p. 72). Assim, o corpo feminino é tratado como um produto a ser consumido pelo personagem masculino em diversos momentos da trama:

Pela primeira vez em muito tempo, ri com vontade, porque a ideia de um catálogo de prostitutas me pareceu muito divertida. Folheamos o álbum, que reunia mulheres gordas, magras, de cabelo comprido, de cabelo curto, vestidas como ninfas, como amazonas, como noviças, como cortesãs, sem que me fosse possível escolher uma porque todas tinham a expressão pisada de flores de banquete. (Allende, 2021, p. 326)

Nesse sentido, é importante também destacar que ao mesmo tempo que a sociedade pede à mulher que se faça de objeto erótico, impede que a mesma explore os seus desejos sexuais. Trata-se de uma estrutura sócio-cultural que escancaradamente controla os corpos femininos não apenas esteticamente, como também sexualmente. O próprio discurso da sexualidade propõe que a mulher seja um sujeito delicado, submisso e inocente, afinal, “o discurso de sexualidade não se aplicou inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações interindividuais etc...” (Foucault, 2022, p. 384).

Logo, à mulher, desde sua juventude, se ensina que é errado sentir prazer e tocar no seu próprio corpo, pois essas ações são violações consigo e com a sua virgindade. Situações como a masturbação e o desejo sexual são discutidas durante séculos e são condenadas pela sociedade normativa, corroborando assim para que a mulher se sinta presa e reprimida quanto ao seu corpo e aos seus desejos. Para Beauvoir (2016):

Uma educação severa, o medo do pecado, o sentimento de culpabilidade em relação à mãe criam barreiras poderosas. A virgindade é tão valorizada em muitos meios

que perdê-la fora do casamento legítimo parece um verdadeiro desastre. A jovem que cede por fraqueza ou surpresa pensa que se acha desonrada. (Beauvoir, 2016, p. 132)

Sob essa ótica, é preciso ressaltar que, embora o conceito de virgindade tenha sofrido alterações, tanto culturais, quanto religiosas ao longo do tempo, para o feminino permanece sendo tratado como *tabu* em diversos contextos, uma vez que o corpo feminino permanece sendo julgado e controlado, pois “a civilização patriarcal destinou a mulher à castidade; reconhece-se mais ou menos abertamente ao homem o direito de satisfazer seus desejos sexuais ao passo que a mulher é confinada no casamento” (Beauvoir, 2016, p. 126). Dito isto, se observa que a sexualidade antes de mais nada:

[...] aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. (Foucault, 1988, p. 97)

Em vista disso, na sociedade normativa, essas estratégias que norteiam o sistema da sexualidade conduzem mais uma vez a mulher a vivenciar situações de privação e desvantagem, visto que, assim como ocorre em outras situações do convívio social, a sexualidade também está imersa nas relações de poder. Não é o que ocorre com as personagens femininas da obra de Isabel Allende. Muito pelo contrário, será possível perceber que as três protagonistas usufruem da sua sexualidade e dos seus desejos, ainda que para muitos seja considerado errado uma mulher se manifestar de tal forma: “Poucas semanas depois do nascimento de Blanca, Esteban Trueba pôde comprovar, durante as brincadeiras no veleiro da água mansa de seda azul, que sua mulher não havia perdido, com a maternidade, o encanto ou a boa disposição para fazer amor, mas bem pelo contrário.” (Allende, 2021, p. 110).

Por essa razão, ao estar pautada nas estruturas de poder, desencadeia um cenário de superioridade e liberdade aos corpos masculinos, seja em qual for a conjuntura social, cultural, local e temporal. Não é por acaso que, de acordo com Butler (2021, p. 65), “o movimento pró-sexualidade no âmbito da teoria e da prática feministas tem efetivamente argumentado que a sexualidade sempre é construída nos termos do discurso e do poder, sendo o poder em parte entendido em termos das convenções culturais heterossexuais e fálicas.” Por consequência:

A situação é, no caso, profundamente diferente para o homem e para a mulher, tanto do ponto de vista biológico como do social e do psicológico. Para o homem, a

passagem da sexualidade infantil à maturidade é relativamente simples: há a objetivação do prazer erótico que, em lugar de ser realizado na sua presença imanente, é intencionado em um ser transcendente. A ereção é a expressão dessa necessidade; sexo, mãos, boca, o homem volta-se como todo o corpo para a parceira, mas permanece no centro dessa atividade, como em geral o sujeito em face dos objetos que percebe e dos instrumentos que manipula. (Beauvoir, 2016, p. 123)

Portanto, ainda que seja perceptível, segundo Foucault (1998, p. 28), que “a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção”, é nas mulheres que a conduta sexual se manifesta por intermédio de um controle que as acompanham ao longo da vida.

No que se refere a esse controle, se manifesta para além da perspectiva de castidade e os desejos sexuais da mulher. O controle do corpo feminino igualmente se revela por intermédio das noções de maternidade, isto é, sobre ser mãe e deixar de ser mãe. O aborto, a título de exemplo, assim como a virgindade, se manifesta como um *tabu* em diversas culturas, mesmo nos casos em que a gestação possa se revelar como um risco para a vida da mulher.

Dessa forma, para Beauvoir (2016, p. 264), “A mulher está destinada à imoralidade porque a moral consiste para ela em encarnar uma entidade inumana: a mulher forte, a mãe admirável, a mulher de bem etc. Desde que pensa, que sonhe, que deseje, que respire sem palavra de ordem, está traindo o ideal masculino.” Assim, para a sociedade normativa a mulher precisa alcançar a perfeição, de modo que sua feminilidade esteja em destaque.

Por esse motivo, na busca por alcançar seus direitos básicos e pela emancipação dos seus corpos, as mulheres dos séculos passados começaram a lutar na tentativa de, gradualmente, conseguir se desprender de algumas amarras do patriarcado. Foram essas mulheres que, ao deixar florescer a consciência de seus empoderamentos, corroboram para que as mulheres dos novos tempos pudessem garantir autonomias outrora jamais imagináveis.

2.3 Feminismo: a emancipação feminina e os contextos sócio-culturais

Para pensar gênero, é preciso compreender que estudar a construção do feminino na contemporaneidade possibilita por consequência o estudo sobre os movimentos feministas que a esta parcela da população garantiram independências jamais cogitadas em outros momentos da história. Trata-se de um movimento de emancipação feminina que alcançou e permanece alcançando mulheres imersas em contextos segregacionistas, violentos e opressores. Mulheres estas que sempre foram associadas aos aspectos da feminilidade, tais como submissão e passividade, e que hoje não se enxergam presas nessas definições.

Com base nessa circunstância, na tentativa de quebrar com a passividade e a limitação associada ao feminino, e, igualmente na tentativa de buscar direitos iguais perante os gêneros, surge o movimento de emancipação reconhecido como: feminismo. Dividido em três ondas, o feminismo, segundo Alves e Pitanguy (2003, p. 8), “[...] procurou, em sua prática, como movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo.”

Por esse motivo, para compreender, mesmo que brevemente, sobre o funcionamento e os resultados adquiridos pelas três ondas do movimento feminista, Carla Cristina Garcia traz em sua obra *Breve História do Feminismo* (2015), algumas discussões que refletem sobre a tomada de consciência de algumas mulheres inseridas em contextos sócio-culturais repletos de exploração e opressão por parte do gênero masculino.

Sendo assim, com base na obra, é possível verificar que desde meados do século XVII as mulheres refletiam sobre a construção social do masculino-feminino e sobre o papel da mulher na coletividade. Como pode ser observado no dizer de Garcia (2015):

O texto de Poulin de la Barre intitulado *Sobre a igualdade entre os sexos*, publicado em 1673 – em pleno auge do movimento das preciosas – é considerado a primeira obra feminista que se centra explicitamente em fundamentar a demanda pela igualdade sexual. Com essa obra, assistimos a uma verdadeira mudança no estatuto epistemológico da *querelle* ou guerra entre os sexos: a comparação entre homens e mulheres abandona o centro do debate e torna-se possível uma reflexão sobre a igualdade. (Garcia, 2015, p. 38)

Assim, esse texto se torna um dos primeiros documentos que abraçam o ideal emancipatório feminino, porém, o registro, de fato, da primeira onda de movimentos feministas apenas surge após os acontecimentos da Revolução Francesa, uma vez que a noção de igualdade despertou nas mulheres parisienses o desejo por alcançar os direitos básicos que sempre lhes foram negados. Assim, a luta pelos seus direitos à liberdade, ao divórcio, à propriedade e à participação política começaram a se consolidar. Também foi na primeira onda que surgiram nomes como Olympe de Gouges, reconhecida por seu ativismo político e participação nos movimentos feministas do período em questão.

Partindo desse pressuposto, conforme Garcia (2015, p. 42), “entre 1789 e 1793 havia 56 clubes republicanos femininos ativos na emissão de petições e com expressão pública de uma voz em feminino que reclamava a presença de mulheres na vida política.” Entretanto, ainda segundo a escritora (2015, p. 49) “Os clubes de mulheres foram fechados pelos jacobinos em 1793 e em 1794 proibiu-se explicitamente a presença de feministas em qualquer tipo de atividade política; fosse qual fosse sua tendência ideológica, compartilhavam o mesmo fim: a guilhotina ou o exílio.”

Por essa razão, a luta era interrompida por punições que violavam os corpos e as vidas das mulheres, silenciando suas vozes em um contexto que “[...] fixou para elas delitos específicos que, como o adultério e o aborto, consagravam que seus corpos não lhes pertenciam. Para todos os efeitos nenhuma mulher era dona de si mesma. Todas careciam daquilo que a cidadania assegurava aos homens: a liberdade” (Garcia, 2015, p. 50)

No que diz respeito à segunda onda, surgiu no século XIX e não apenas conseguiu alcançar patamares internacionais, como também apresentou sua identidade autônoma para a sociedade. Neste período, diversas situações corroboraram para que as mulheres voltassem a refletir sobre a perspectiva de igualdade de gênero e, conseqüentemente, se reunissem para lutar e obter direitos básicos, como a mudança na lei do matrimônio, o direito ao divórcio, o direito ao voto e, por fim, o direito à educação. É válido destacar que o último direito instintivamente poderia conferir às mulheres a independência financeira, pois à medida em que eram alfabetizadas e educadas, poderiam também deter o livre arbítrio para atuar em diversas áreas profissionais.

Em vista disso, no período em questão, as mulheres foram influenciadas e apoiadas por determinados setores, mesmo que inconscientemente. Um dos exemplos de contribuição inconsciente, segundo Garcia (2015), provinha dos intitulados *quackers*, pois favoreciam o alfabetismo das mulheres nos Estados Unidos. Tratava-se de um grupo imerso nas políticas protestantes que, ao contrário do catolicismo, permitiam que as mulheres participassem das orações e assim estimulassem a prática da leitura e da escrita.

Como resultado do apoio ao letramento, as mulheres foram encorajadas a lutar por mudanças no panorama social e passaram a criar uma base resistente de movimentos de ação, tal qual é possível observar por meio da elaboração da Declaração dos Sentimentos por Elizabeth Stanton. A criação desse documento reuniu diversas mulheres para debater acerca dos seus direitos civis e de suas funções sociais, tomando por base o modelo da Declaração de Independência dos Estados Unidos. A partir dessa configuração, entende-se que:

A Declaração questionava as restrições políticas: não poder votar, nem ser candidata, não poder ocupar cargos políticos ou assistir a reuniões políticas. Também se colocavam contra as restrições econômicas: a proibição de ter propriedades, uma vez que os bens eram transferidos ao marido; a proibição de dedicarem-se ao comércio, ou terem seu negócio próprio ou abrirem contas correntes em bancos. Em resumo: a Declaração se colocava - e de maneira muito direta - contra a negação dos direitos civis e jurídicos às mulheres. (Garcia, 2015, 55)

Por conseguinte, não só as reuniões, como também as Declarações elaboradas, trouxeram reconhecimento internacional e foram responsáveis por fundar o movimento

sufragista estadunidense no ano de 1848. Com base nas ações do movimento sufragista estadunidense, entende-se que “foi um movimento de agitação internacional, presente em todas as sociedades industriais que tinha dois objetivos centrais: o direito ao voto e os direitos educativos. Levou oitenta anos para conquistar ambos, o que supõe três gerações de militantes” (Garcia, 2015, p. 57). Além dessa definição sobre o movimento, é importante salientar que:

O sufragismo se viu obrigado a intervir na política a partir do lado de fora, chamando a atenção sobre sua causa e com uma vocação de não violência. Dessa forma teve que ensaiar e provar novas formas de protesto. E acertou. O sufragismo inventou manifestações, a interrupção de oradores mediante perguntas sistemáticas, a greve de fome e muitas outras formas de protesto. (Garcia, 2015, p. 58)

Logo, as lutas feministas nos Estados Unidos e na Europa alcançaram um patamar jamais presenciado na sociedade normativa. Eram mulheres que lutavam pelo direito ao voto, mas não somente por isso; lutavam pela emancipação do casamento e por seus espaços na educação e no âmbito profissional, conferindo assim sua independência financeira.

Entretanto, também é válido destacar que a luta por tais objetivos se configurava de maneira divergente para cada mulher presente na sociedade, uma vez que o feminismo se viu diante de estruturas sociais díspares: a burguesia e o proletariado. Eram mulheres distintas, com situações financeiras desiguais e com funções singulares. Portanto, mesmo que o resultado da luta fosse a conquista de direitos pretendidos em comum por todas, a garantia desses direitos seria alcançada de diferentes formas e em diferentes espaços de tempo, além de, evidentemente, também gerar divergentes efeitos para cada uma dessas mulheres, pois pertenciam a diferentes culturas e classes sociais.

Um exemplo dessa situação de divergência pode ser apresentado através da incansável busca pela inserção nos meios de produção e pelos direitos trabalhistas das mulheres proletárias. O mesmo não ocorria com as mulheres burguesas, pois, estas se encontravam fechadas e presas nos lares. Todavia, as proletárias não possuíam a mesma situação de vida e, por isso, não só buscavam sua inserção e os seus direitos, como tiveram auxílio de outros movimentos sociais como o socialismo.

No entanto, também é válido reforçar que, embora parte dos socialistas e dos marxistas apoiassem a inserção dessas mulheres no sistema de produção, muitos adeptos ao socialismo ainda se posicionavam contra ao direito de trabalho assalariado para as mulheres. Além disso, “ainda que as socialistas apoiassem as demandas das sufragistas, também as consideravam inimigas de classe e as acusavam de esquecer a situação das operárias, o que acabava provocando rachaduras sérias no movimento” (Garcia, 2015, p. 72)

Por fim, no que concerne à terceira onda do movimento feminista, é possível observar que surge após um largo momento de decadência. Ou seja, posteriormente a segunda onda feminista, o direito ao voto - uma das principais finalidades buscadas por essa geração - finalmente é alcançado, porém alcançado em diferentes momentos nos países ao redor do mundo, como, por exemplo, na Inglaterra no ano de 1918, nos Estados Unidos em 1920, no Brasil no ano de 1932, na Argentina em 1947 e no Chile no ano de 1949. Com isso, a conquista do direito ao voto e o contexto vigente de guerras corroborou para que o feminismo se mantivesse em posição de inércia em alguns países, como nos Estados Unidos, até o exato momento da publicação do livro *O Segundo Sexo* por Simone de Beauvoir no ano de 1949.

A obra em questão reflete, de maneira inédita, sobre a posição da mulher na sociedade, de forma que essa configuração possa ser analisada para além do que era discutido na segunda onda feminista. Em outras palavras, segundo Garcia (2015, p. 81), através de Beauvoir “o feminismo posterior não se dedicará apenas à reivindicação, mas indagará todas as ciências e disciplinas da cultura e do conhecimento [...]”. Logo, questões como os fatores biológicos, o sentimento de alteridade, o corpo, a domesticidade, a maternidade, dentre outros conceitos interdisciplinares, passam a ser discutidos pela teórica, resultando finalmente em um olhar mais amplo sobre a função da mulher no corpo social. Desse modo:

O segundo sexo será o alicerce do feminismo dos anos 50 e se converteu no livro mais lido pela nova geração de feministas, constituída pelas filhas, já universitárias, das mulheres que obtiveram depois da Segunda Guerra Mundial o direito ao voto e à educação. Serão estas mulheres que protagonizarão a terceira onda do feminismo. (Garcia, 2015, p. 82)

Por conseguinte, a terceira onda feminista, amplamente influenciada pelas novas perspectivas refletidas por Simone de Beauvoir, se demonstrou insatisfeita com a insistente associação da mulher às noções de submissão, domesticidade e maternidade. É importante salientar que, de acordo com Garcia (2015), essas atribuições se intensificaram após o fim da segunda guerra mundial, pois, enquanto todos os homens voltaram aos seus postos de trabalho, que, inclusive, temporariamente estavam sendo ocupados pelas mulheres, estas foram obrigadas a voltar ao lar e foram incentivadas a se tornarem donas de casa passivas e consumistas. Entretanto, como era de se esperar, essa situação resultou não só no descontentamento por parte das mulheres, como se tornou responsável por desencadear diversas doenças como a ansiedade e depressão, uma vez que a realização pessoal da mulher não era levada em consideração.

Por esse motivo, insatisfeitas com o contexto de submissão ao qual eram submetidas, muitas mulheres decidiram lutar em busca de novas mudanças para os aspectos que norteiam

o feminino. Assim, o feminismo passa a ser dividido em alguns movimentos de ação, tal como é possível observar a partir do feminismo liberal e do feminismo radical.

No que diz respeito ao feminismo liberal, também conhecidas como NOW, teve não só como inspiração a publicação da obra *A mística feminina* em 1963 por Betty Friedan, como também se iniciou por meio das contribuições da mesma escritora no ano de 1966 nos Estados Unidos. Conforme Garcia (2015, p. 85), “O feminismo liberal se caracteriza por definir a situação das mulheres como desigual – e não de opressão e exploração – e por postular a reforma do sistema até conseguir a igualdade entre os sexos.”

Quanto ao feminismo radical, é fundado no ano de 1967 e perpetuado até o seu desgaste no ano de 1975, intervalo de tempo de grandes turbulências políticas nos Estados Unidos e de um contexto histórico em que “as mulheres enfrentavam a sua inviabilização como líderes, os debates eram dominados pelos homens e suas vozes não eram escutadas. A opressão era analisada apenas do ponto de vista de classe. O sexismo ou era motivo de piada ou não entrava nos debates teóricos” (Garcia, 2015, p. 86).

Dessa forma, de maneira autônoma e heterogênea, as mulheres passaram a se reunir entre si - sem a participação dos homens - para discutir os cenários de opressão em que estavam imersas no cotidiano. Além da opressão, trabalhavam também em busca da emancipação dos corpos, de maneira que a sexualidade estivesse sempre em pauta.

À luz dessa perspectiva, é importante salientar que, segundo Garcia (2015, p. 87), “[...] o interesse pela sexualidade diferencia o feminismo radical tanto da primeira quanto da segunda onda do feminismo e das feministas liberais da NOW. Para as radicais não se tratava apenas de ganhar o espaço público, mas também era necessário transformar o espaço privado.” Foi neste período que bases teóricas como a *Política sexual* de Kate Millet e a *Dialética da sexualidade* de Shulamith Firestone surgem e definem o perfil das feministas radicais. Ainda no que diz respeito à sexualidade, é importante compreender que as feministas radicais:

Identificaram como centros da dominação patriarcal esferas da vida que até então se consideravam privadas. A elas corresponde o mérito de terem revolucionado a teoria política ao analisar as relações de poder que estruturam a família e a sexualidade e sintetizam esta ideia no *slogan*: “*O pessoal é político*”. (Garcia, 2015, p. 87)

Por essa razão, se torna fundamental compreender as relações de poder para pensar sobre o papel da mulher na sociedade, pois se trata de um sistema opressivo e comandado por homens, tanto nos espaços públicos, quanto nos espaços privados. Assim, o feminismo radical se destacava pelas discussões sobre sexualidade e, conseqüentemente, sobre o corpo,

corroborando na luta pela legalização do aborto e do rompimento de diversos padrões estéticos e objetificações estipuladas pela coletividade. Para tanto, consoante Garcia (2015), se tratava de um movimento que defendia o rompimento da feminilidade e reivindicava o direito à diversidade das mulheres e a liberdade dos seus corpos. Portanto:

Seu objetivo era óbvio, queriam trazer à luz todos os mecanismos que ajudavam a manter a opressão feminina e que continuavam ocultos. Além disso, queriam sensibilizar toda a população sobre suas reivindicações. Apesar de ter nascido nos Estados Unidos, o feminismo radical se espalhou pelo mundo. Especialmente no que tange aos problemas mais difíceis de mudar como eram os direitos sexuais e reprodutivos. (Garcia, 2015, p. 88)

Em vista disso, com o movimento feminista radical se expandindo e se popularizando ao redor do mundo, tal como na América Latina, houve em uma maior tomada de consciência feminina acerca do sistema opressor em que estavam imersas, sobre as funções sociais as quais estão submetidas e a respeito da sua posição pública e privada na sociedade. Contudo, de modo precoce, o movimento do feminismo radical estava prestes a ruir devido à perspectiva de igualdade entre as mulheres que anteriormente fora formulada.

Debates internos do grupo chegaram à conclusão de que não se pode posicionar todas as mulheres em grau de igualdade, uma vez que possuem classes e orientações sexuais divergentes. Além disso, a orientação político-ideológica também contribuiu no desgaste do movimento, pois “as feministas socialistas chegaram a reconhecer que as categorias analíticas do marxismo são ‘cegas ao sexo’, mas também consideravam que o feminismo era cego para a história e para a experiência das mulheres trabalhadoras, imigrantes e não brancas” (Garcia, 2015, p. 91). Assim, a crise interna rachou o movimento em partes que, com o passar do tempo, seguiram por suas respectivas realidades sócio-político-culturais.

Seguidamente, a partir da década de 80, é possível observar que os movimentos atingiram uma escala mundial de popularidade e continuam até os dias atuais na busca por emancipação, liberdade sexual, salários igualitários, dentre outras lutas que envolvem a conquista de direitos e a liberdade das mulheres. Ademais dessas lutas, a violência contra a mulher - tão desdenhada durante séculos - recebeu mais atenção e passou a ser mais debatida entre os movimentos, uma vez que “no século XXI a violência de gênero ainda é comum assim como a discriminação sexista ou racista tanto nos âmbitos do trabalho quanto educacional bem como nos postos relevantes de tomada de decisão política, militar e econômica” (Garcia, 2015, p. 95).

Desse modo, inspirado nas ondas feministas anteriores, nas mulheres que revolucionaram esse cenário e nas reivindicações cobradas desde muito tempo, o feminismo

atual persiste na busca pela liberdade pública e privada feminina, exigindo que “[...] as mulheres tenham liberdade para definir-se por si mesmas sua identidade ao invés de que esta seja definida pela cultura da qual fazem parte e pelos homens com os quais convivem” (Garcia, 2015, p. 95-96). Em vista disso:

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. [...] Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relação de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar, etc. (Alves; Pitanguy, 2003, p. 9-10)

Contudo, é preciso ressaltar novamente que, embora a conjuntura patriarcal afete as mulheres e que o movimento feminista busque direitos básicos para todas, cada mulher convive com o sexismo e a misoginia de uma maneira diferente, pois, a cada uma delas se atribui um contexto de vida distinto.

Nesse sentido, é preciso pensar para além de uma homogeneidade que não existe, ou seja, é preciso pensar em mulheres plurais que convivem com a opressão do sexismo de divergentes formas e a partir de inúmeros contextos sócio-culturais, tais como os de suas idades, cor, localidades, *status* social, dentre outros. São facetas que precisam ser debatidas para que assim se possa refletir de maneira mais acentuada sobre a construção do feminino e sobre a atuação do feminismo na vida dessas mulheres.

2.3.1 O feminino e o feminismo no contexto camponês, burguês e suburbano

Para se falar sobre as diferentes vivências das mulheres nos contextos sexistas em questão, é possível, dentre diversas situações, iniciar o debate por intermédio de um exemplo prático que fora discutido há pouco: a não maternidade. O aborto para a sociedade normativa se manifesta unicamente como um procedimento de interrupção da gestação que, a depender da cultura, pode até mesmo ser considerado crime. Para a mulher, caso tenha a possibilidade de optar por esse procedimento, carrega consigo um significado mais amplo, isto é, o de um sujeito que detém a autonomia para decidir o que deve ser feito com o seu próprio corpo.

Entretanto, essa autonomia, quando desejada, não é análoga entre as mulheres, uma vez que, por estarem imersas em divergentes contextos sócio-culturais, por vezes não conseguem alcançar o mesmo objetivo, e se o alcançam, não o executam através dos mesmos procedimentos e com a mesma segurança. O cenário é diferente para as mulheres de classe alta e classe baixa. É ainda mais diferente para as mulheres que residem na cidade e as que

residem no campo. São contextos únicos que se manifestam de divergentes formas e através de discrepantes execuções, as quais são discutidas abertamente por Simone de Beauvoir em seu livro *O Segundo Sexo* (2016).

À luz dessa convicção, é possível observar a desigualdade existente entre as mulheres a partir de uma ampla discussão efetuada pela teórica que parte, inicialmente, do processo de aborto realizado pelas mulheres burguesas, as quais, mesmo situadas em culturas que criminalizam essa ação, são detentoras de grande auxílio, higiene e segurança quando optam por efetuar o procedimento em questão:

A mulher burguesamente casada ou confortavelmente sustentada, apoiada num homem, com dinheiro e relações sociais, leva grande vantagem; primeiramente obtém muito mais facilmente uma licença para um aborto “terapêutico”; [...] nas condições atuais da ginecologia, é uma operação benigna quando executada por especialista, com todas as garantias da higiene e, se preciso, os recursos da anestesia. (Beauvoir, 2016, p. 284)

Em seguida, se verifica uma acentuada discrepância ao se examinar a dinâmica da realização de aborto efetuada pelas mulheres de classe mais baixa residentes das periferias e subúrbios citadinos. Além da execução se manifestar de forma notavelmente distinta das burguesas, as mulheres suburbanas e periféricas não gozam do mesmo conforto ao decidirem abortar e carecem de auxílio mútuo entre elas mesmas:

A provação é menos rude no caso de mulheres pobres, mas casadas, que agem de acordo com o marido e sem se atormentarem com escrúpulos inúteis: uma assistente social disse-me que nas favelas elas se aconselham mutuamente, emprestam instrumentos e se assistem tão simplesmente quanto se se tratasse de extirpar os calos dos pés. (Beauvoir, 2016, p. 286)

Por fim, Simone de Beauvoir, apresenta um cenário ainda mais complexo quando debate a prática do aborto para além da cidade, isto é, nas zonas rurais. No campo, além da escassez de auxílio, higiene e segurança, as mulheres contam também com a escassez de conhecimento a respeito dessa intervenção. Com isso, é comum observar que constantemente as camponesas se ferem, se torturam e até mesmo vão a óbito na tentativa de se livrar do “erro” cometido ao engravidar:

[...] no campo, o emprego da sonda não é muito conhecido; a camponesa que “errou” deixa-se cair da escada do celeiro, rola pelos degraus da escadaria, e muitas vezes machuca-se sem resultado; por isso acontece que se encontre nas cercas, nos cerrados, nas latrinas, algum cadaverzinho estrangulado. (Beauvoir, 2016, p. 186)

Logo, a criminalização do aborto em determinadas culturas e a decisão de abortar por parte da mulheres exemplificam e justificam dois cenários comuns à vida do gênero feminino: no primeiro cenário, isto é, quanto à criminalização do aborto, se observa a sociedade patriarcal e, por consequência, misógina, novamente controlando os corpos

femininos e os posicionando em situação de risco à vida a fim de perpetuar os costumes normativos e religiosos; no segundo cenário, isto é, quanto à decisão de abortar por parte da mulher, além de posicioná-la em possível situação de crime, revela a existência de uma seleção natural no cerne deste grupo, de modo que apenas sobrevivem ao sistema e se adaptam de maneira satisfatória aquelas que residem nas zonas urbanas e pertencem às classes sociais privilegiadas.

Partindo dessa consideração, os diferentes contextos locais e sociais condicionam as mulheres camponesas, suburbanas e periféricas a vivenciarem cenários socialmente construídos pela sociedade. São cenários que marcam, de maneira individual, a vida de cada mulher e fazem dessa minoria um âmbito sobrecarregado de sujeitos que enfrentam de maneira mais complexa o sistema patriarcal, opressor e discriminatório. Nesse sentido, é importante destacar que o aborto é apenas um dos exemplos debatidos para se pensar sobre as diferenças existentes e apresentar a notável desigualdade entre as mulheres socialmente privilegiadas e desprivilegiadas.

Sendo assim, como pode ser analisado através da exemplificação supracitada, grande parte das desigualdades responsáveis por condicionar às mulheres a diferenciados níveis de opressão e insegurança partem de suas respectivas localidades e classes sociais. Suas origens e seus *status* também são responsáveis pela quebra ou manutenção dos costumes normativos, uma vez que as ondas feministas tentaram abraçar todas as mulheres, porém as culturas e os hábitos se converteram em um grande empecilho nessa luta contra as condutas patriarcais.

As mulheres camponesas, de modo a exemplificar, se apresentam como uma parcela de mulheres que conservam até os dias atuais determinados costumes devido aos hábitos adquiridos na infância. Esses hábitos, perpassados de geração em geração, ocorrem, pois, segundo Kolontai (2011, p. 46), “os camponeses, rebeldes a qualquer inovação, classe apegada a seus princípios, continuavam apoiando-se nos sustentáculos das tradições, e o código da moral sexual tradicional permanecia inalterável. Só se transformava, não se abrandava.” Assim, por mais que a luta feminista tenha surgido e alcançado algumas meninas do campo, grande parte das mulheres se mantém presa a determinados costumes tradicionais.

Por conseguinte, enquanto as mulheres do campo permanecem conservando a estrutura tradicional de gênero e da família, as mulheres da cidade tendem a quebrar determinados costumes, a depender, obviamente, do contexto social e temporal em que estão inseridas. Por social, toma-se por base as classes altas e baixas. Por temporal, toma-se por base os períodos das três ondas do feminismo, os quais foram responsáveis por modificar a mentalidade das mulheres de suas respectivas épocas em questão.

Sob essa ótica, no que se refere às mulheres burguesas do período anterior às conquistas feministas e, inclusive, a algumas situações posteriores a essas conquistas, é possível observar que durante muito tempo:

[...] ficaram enclausuradas em uma casa que era, cada vez mais, símbolo de status e êxito social do homem. As mulheres, majoritariamente as da classe média burguesa, experimentavam com crescente indignação sua situação de propriedade legal dos maridos e sua marginalização da educação e das profissões liberais, situação que, em muitas ocasiões, as conduzia, caso não contraissem matrimônio, à pobreza. (Garcia, 2015, p. 65)

Com base nesse excerto, observa-se que além de presas ao lar, as burguesas simbolizaram durante muito tempo a subordinação da mulher ao marido, pois, por não terem acesso aos estudos e ao trabalho, viviam em constante dependência dos mesmos. Ademais, as mulheres burguesas, por consequência do seu *status* social, nem sempre eram limitadas aos cuidados domésticos e maternos, uma vez que essas responsabilidades recaíam sobre os ombros de funcionárias de *status* inferior que eram contratadas para tal feito.

Logo, se observa que na burguesia era comum a submissão e passividade feminina, de modo que com o surgimento e o engrandecimento do feminismo, fosse possível observar, de acordo com Kolontai (2011, p. 21), que “no meio burguês, a insurreição da mulher adquire um caráter muito mais agudo e os dramas morais da mulher do novo tipo são muito mais vivos, têm mais colorido, oferecem maiores complicações.” Assim, com a chegada do feminismo, a moral e os velhos costumes burgueses da esposa e mãe passiva entravam, portanto, em crise.

No que diz respeito às mulheres da zona urbana, posicionadas nas circunvizinhanças da cidade, isto é, nos subúrbios e periferias latino-americanas, observa-se uma grande discrepância de práticas e mentalidades se comparada às mulheres burguesas. São mulheres pobres, de dupla jornada e que arcam com todas as responsabilidades domésticas e maternas sem qualquer auxílio externo. São mulheres que muito antes da popularização do feminismo trabalhavam nas fábricas, na prostituição ou em outros serviços para complementar a renda da casa. Mulheres que, por compreender sua posição social em uma estrutura regida por relações opressoras de poder, se tornaram uma das primeiras a adequar seu contexto ao sistema e a fazer parte das lutas feministas ao redor do mundo. Em *A Casa dos Espíritos*, torna-se possível identificar o contraste entre as mulheres suburbanas latino-americanas e as burguesas no momento em que a personagem Alba entra em contato com os opositores ao golpe: “Ana Díaz, uma estudante que, como Miguel, ostentava a insígnia do punho erguido,

observou que aquilo só dói nas mulheres ricas, porque as proletárias não se queixam nem quando estão parindo [...]” (Allende, 2021, p. 336).

Nesse sentido, e contrariando os conflitos morais das mulheres burguesas, nas classes sociais mais baixas, como a das mulheres pobres e operárias, “[...] não há e nem podem existir conflitos agudos entre a psicologia da mulher do novo tipo, em formação, e a ideologia de sua classe. Tanto sua psicologia em formação como sua ideologia de classe encontram-se em um processo de formação, em fase de desenvolvimento” (Kolontai, 2011, p. 21). Assim sendo, as mulheres pobres e trabalhadoras ganharam destaque por protestar contra o sistema de servidão feminina e por se tornarem mulheres celibatárias do “novo tipo”, exercendo assim os seus direitos através da nova ideologia e inovando o feminino posicionado em um status social mais baixo. (Kolontai, 2011). Logo:

[...] ao mesmo tempo em que se desenvolve a consciência de sua personalidade e de seus direitos, nasce e evolui na mulher operária do novo tipo o sentimento da coletividade, o sentimento do companheirismo, que só se encontra, e muito levemente, na mulher do novo tipo pertencente a outras classes sociais. Este é o sentimento fundamental, a esfera de sensações e pensamentos que separa com uma linha divisória definitiva as trabalhadoras das mulheres burguesas, pertencentes ao mesmo tipo celibatário. Nas mulheres do novo tipo, mas pertencentes às distintas classes, é comum a distinção qualitativa das mulheres do passado. (Kolontai, 2011, p. 19-20)

Em vista disso, a distinção qualitativa feminina apresenta os diversos cenários que as mulheres se deparam na sociedade e como se posicionam perante a um contexto sexista. Além dos seus posicionamentos, a distinção entre as mulheres também revela como a própria sociedade tende a tratá-las, uma vez que, a opressão existente em uma cultura sexista pode caminhar em conjunto com inúmeras discriminações, tal como a regional e de classe. À luz dessa consideração, é possível compreender que:

Cria-se, desta forma, uma espécie de seleção natural entre as mulheres das diversas camadas sociais. As fileiras das trabalhadoras são sempre formadas pelas mais fortes e resistentes, pelas mulheres de espírito mais disciplinado. As de natureza frágil e passiva continuam fortemente vinculadas ao lar. Se as necessidades materiais as arrancam do lar para lançá-las na tormenta da vida, estas mulheres deixam-se levar pela caminho fácil da prostituição legal ou ilegal, casam-se por conveniência ou lançam-se à rua. (Kolontai, 2011, p. 17-18)

Desta forma, diante dos cenários debatidos, verifica-se que os discursos socialmente construídos são responsáveis por perpetuar durante gerações as estruturas tradicionais e as ideologias misóginas que se mantêm enraizadas ao redor do mundo. Sabendo-se que, portanto, para Hall (2003, p. 173), “as ideologias constituem estruturas de pensamento e avaliações do mundo – as ‘ideias’ que as pessoas utilizam para compreender como o mundo social funciona, qual o seu lugar nele e o que devem fazer”, as mulheres se encontram

imersas em um universo sexista que além de controlá-las e privá-las de inúmeros direitos básicos, decide igualmente qual delas será detentora de qualquer direito concedido - decisão esta tomada por base na origem e *status* social da mulher em questão.

2.4 A mulher do Terceiro Mundo: um olhar para as mulheres latinas e o feminismo latino-americano

Para se pensar sobre mulher e sobre o movimento feminista, que por esta parcela da população foi abraçado, faz-se necessário refletir que as perspectiva territoriais e simbólicas que constituem esses sujeitos se tornam responsáveis por modificar o contexto sócio-político-cultural em que cada um se encontra inserido. Em outras palavras, não é possível alcançar um grau de igualdade entre todas as mulheres como se estas pertencessem a uma utópica homogeneidade. Pelo contrário, com o passar dos anos e com a amplitude do feminismo, se pôde compreender que o gênero feminino, tão oprimido e descontextualizado, na realidade, se revela para a sociedade como uma esfera heterogênea e amplamente plural.

No âmago dessa pluralidade se verifica a situação histórica que norteia a vida das mulheres latinas americanas, uma vez que “[...] a raça tem um papel fundante na lógica da colonialidade do poder e, conseqüentemente, tem ordenado mais fortemente as relações de gênero na produção de subalternidades e subjetividades femininas estigmatizadas” (Dimenstein et al., 2020, p. 9). Nesse sentido, para debater a respeito das particularidades que diferenciam os indivíduos em situação de subalternidade daqueles socialmente considerados superiores, os estudos pós-coloniais e decoloniais se incumbem de discutir o contexto que marca historicamente a vida dos sujeitos considerados pertencentes ao terceiro mundo, isto é, os colonizados.

É importante pontuar que para a análise da obra *A Casa dos Espíritos*, de Isabel Allende, os estudos decoloniais possuem um maior destaque, uma vez que se concentram, de maneira mais específica, no entendimento do processo de colonialidade na América Latina. Assim, teóricos latino-americanos como Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Walter Mignolo proporcionam reflexões essenciais para compreensão acerca dos estudos decoloniais e a identidade latina. Contudo, as contribuições teóricas dos estudos pós-coloniais de Homi Bhabha e Gayatri Chakravorty Spivak também se mostram pertinentes para o presente estudo, pois, embora ambos pesquisadores tenham nacionalidade indiana e, por consequência, não sejam latino-americanos, ainda assim se propõem a pensar sobre uma subalternidade que igualmente abrange os países latinos por serem considerados de terceiro mundo.

Dessa maneira, com a contribuição de todos os teóricos mencionados, se torna possível pensar, *a priori*, sobre o sistema que posiciona os latino-americanos como sujeitos subalternos, para, seguidamente, compreender as circunstâncias que regulam a trajetória de vida das mulheres latinas americanas.

Assim, antes de abranger o que estudos pós-coloniais e decoloniais se propõem a pensar, se faz necessário compreender que o discurso colonial se evidencia como propagador de discriminação e estereotipação dos sujeitos colonizados, pois, de acordo com Bhabha, (1998, p. 111) “o objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução.”

Nesse sentido, o discurso colonial ganha força na América Latina, uma vez que, a partir da “descoberta” do continente americano, se inicia um processo de classificação dos indivíduos com base na raça a que pertencem. E essa divisão social, de acordo com Quijano (2005), provocou nos europeus a ideia de serem os sujeitos mais modernos e avançados da espécie humana. Em virtude disso:

[...] a colonialidade do poder estabelecida sobre a idéia de raça deve ser admitida como um fator básico na questão nacional e do Estado-nação. O problema é, contudo, que na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais. (Quijano, 2005, p. 136)

Por conseguinte, estereotipar os sujeitos considerados de terceiro mundo por meio de uma classificação racial e discriminatória se manifesta como uma das particularidades do discurso colonial, uma vez que este se propaga como um discurso eurocêntrico, embranquecido, normativo e que põe de lado qualquer outra cultura que não seja a europeia. Ou seja, enquanto a Europa colocava sua cultura acima de todas as outras, os países de terceiro mundo eram posicionados de maneira periférica, uma vez que:

[...] a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico científico, irracional-razional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. (Quijano, 2005, p. 122)

Contudo, é possível observar que o próprio Quijano (2005) debate que a modernidade é um fenômeno que abrange todas as culturas e, portanto, não apenas a cultura ocidental e europeia, reafirmando assim o caráter essencialista do discurso colonial. Logo, se verifica que “A cultura ocidental, com seu evidente “ocidentalismo”, alocava todas as demais culturas

como mais primitivas, como pré-modernas, tradicionais e subdesenvolvidas” (Dussel, 2016, p. 59). Dessa forma:

Julgar a imagem estereotipada com base em uma normatividade política prévia é descartá-la, não deslocá-la, o que só é possível ao se lidar com sua eficácia, com o repertório de posições de poder e resistência, dominação e dependência, que constrói o sujeito da identificação colonial [...]. (Bhabha, 1998, p. 106)

Por conseguinte, ainda segundo Bhabha (1998, p. 110), “o estereótipo é um modo de representação complexo, ambivalente e contraditório, ansioso na mesma proporção em que é afirmativo, exigindo não apenas que ampliemos nossos objetivos críticos e políticos mas que mudemos o próprio objeto de análise.” Contudo, a partir do momento em que se põe em pauta o sujeito colonizado, é preciso considerar que este “[...] sujeito subalterno colonizado é irremediavelmente heterogêneo” (Spivak, 2010, p. 57). São, portanto, indivíduos heterogêneos que estão imersos em uma narrativa imperialista que tende a estereotipá-los e descontextualizá-los, posicionando-os como sujeitos homogêneos e inferiores. Por conseguinte, para Spivak (2010), essas narrativas acerca do Terceiro Mundo, ainda que racistas e discriminatórias, foram estabelecidas por muitos, ao fim, como normativas.

Com base nessa situação, os estudos pós-coloniais e decoloniais surgem com o propósito de se posicionar contra a normatividade do discurso colonial, tendo em vista que:

Os estudos pós-coloniais e decoloniais surgem no meio acadêmico como um movimento epistemológico e político contra as situações de dominação e opressões diversas que se instauram na relação antagônica e hierárquica entre colonizador e colonizado. Estas perspectivas tomam os processos de colonização e suas repercussões como ponto-chave em suas teorizações, pois, como fato histórico, permitiu a ampliação de suas fronteiras materiais, políticas, econômicas, epistemológicas e simbólicas do continente europeu, à custa da dominação, repressão, invisibilização e violência contra outros povos e culturas. (Dimenstein et al., 2020, p. 2)

Quanto ao pensamento decolonial, de maneira mais específica, é conceituado por Walter Mignolo (2017) da seguinte forma:

O pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias [...]. (Mignolo, 2017, p. 6)

É importante ressaltar, ainda segundo Mignolo (2008, p. 239), que o “Novo Mundo e a América são invenções européia-cristãs, cujos agentes foram as monarquias e, em seguida, os estados-nacionais do Atlântico.” Portanto, o pensamento decolonial evidencia que a

narrativa da modernidade/colonialidade resultou em situações de dominação e opressão que foram responsáveis pela caracterização descontextualizada do povo latino-americano. Isto é, enquanto os colonizadores são tidos como superiores e racionais por consequência da sua raça, os colonizados são apresentados como seres inferiores, selvagens e até mesmo primitivos, uma vez que:

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a idéia raça, de uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. (Quijano, 2005, p. 117)

Dessa forma, com o intuito de desmistificar essa concepção ultrapassada e alterar o cenário de subalternidade, é possível observar que os estudos pós-coloniais e decoloniais surgem na tentativa de quebrar com a naturalização do discurso hegemônico, o qual se destaca pela opressão, classificação racial e discriminação das minorias. Surge, portanto, com a finalidade de reconhecer as diferenças entre os indivíduos e eliminar não só a existência de um único - e impossível - padrão de sujeito que se destaca como superior, como também eliminar qualquer relação de dependência e subalternidade com os países considerados de Primeiro Mundo.

Desse modo, a perspectiva de alteridade e autonomia propagada pelos estudos pós-coloniais e decoloniais refletem também no posicionamento das minorias, tal como ocorre com o gênero feminino. Assim, constata-se que a mulher, desde sempre condicionada a uma posição de subalternidade pela sociedade patriarcal, é tida duplamente subalterna quando pertencente aos países de Terceiro Mundo. Por esse motivo, segundo Spivak (2010), se torna difícil fazer indagações sobre a consciência da mulher subalterna. Esse fato ocorre, pois, de acordo com Quijano (2005):

Esse novo e radical dualismo não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza. É provável, ainda que a questão fique por indagar, que a idéia de gênero se tenha elaborado depois do novo e radical dualismo como parte da perspectiva cognitiva eurocentrista. (Quijano, 2005, p. 129)

A mulher do Terceiro Mundo e, por consequência, a mulher latino americana, se revela como um exemplo prático que carrega consigo a multiplicidade de culturas que a transformam em um sujeito construído com base em uma notável pluralidade. Logo, a mulher

latino americana se exterioriza por meio da dubiedade. Trata-se de uma vida embasada em uma ambivalência cultural que se torna responsável por transformar este sujeito, até então apresentado em posição de subalternidade, em um indivíduo plural. Com base nesse prima, de acordo com Spivak (2010):

A questão da “mulher” parece ser a mais problemática nesse contexto. Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras. Se, no entanto, essa formulação é deslocada do contexto do Primeiro Mundo para o contexto pós-colonial (que não é idêntico ao do Terceiro Mundo), a condição de ser “negra” ou “de cor” perde o significado persuasivo. A estratificação necessária da constituição do sujeito colonial na primeira fase do imperialismo capitalista torna a categoria “cor” inútil como um significante emancipatório. (Spivak, 2010, p. 85)

Por esse motivo, ainda que durante muito tempo os movimentos feministas oriundos da Europa e dos Estados Unidos tivessem uma boa intenção na luta pela emancipação feminina e pelos direitos igualitários entre homens e mulheres, ambos movimentos não abraçavam plenamente todos os tipos de mulher, uma vez que reproduziam a perspectiva de homogeneidade feminina através de um discurso universalizante. Sendo assim, essa circunstância ocorre, pois, de acordo com Dimenstein et al. (2020, p. 10), “o feminismo eurocentrado traz um modelo específico de mulher enquanto sujeito político, mas invisibiliza uma série de sujeições que ocorreram entre as diferentes mulheres para que um determinado grupo conquistasse certo ‘empoderamento’”.

Por conseguinte, como se pode observar, a mulher latino-americana, por mais que busque os mesmos direitos de emancipação e igualdade entre os sexos que são buscados pelas mulheres brancas, norte-americanas e europeias, acabam por alcançar esses objetivos através de caminhos alternativos de luta. Além disso, igualmente buscam direitos que a elas são específicos enquanto indivíduos que sempre estiveram imersos em um discurso colonial, discriminatório, racista e marginalizante.

Dessa forma, se a mulher latino americana se destaca como a representação de um sujeito construído com base em uma pluralidade histórico-cultural, é, portanto, constituída por diversas camadas e por variadas culturas. Nesse sentido, não possuirá integralmente as mesmas finalidades de luta que o feminismo branco concentrado no Primeiro Mundo. Para tanto, a solução para este grupo tido por muitos como subalterno, segundo Cypriano (2013, p. 17), “[...] seria, então, conquistar o poder cultural ou étnico por meio da reivindicação do conhecimento, incidindo em críticas à cultura política dominante e buscando refazer completamente as relações de poder – e não repô-las ao conquistar poder.”

Na obra de Isabel Allende, é possível verificar que o movimento feminista aparece na infância da personagem Clara por causa da sua mãe. No entanto, como também pode ser

visto, trata-se de um grupo de sufragistas pertencentes à classe burguesa e, por isso, não pode ser comparado aos movimentos que acolhem as mulheres de classe inferior:

Às vezes Clara acompanhava sua mãe e duas ou três de suas amigas sufragistas em visitas a fábricas, onde subiam em caixotes para arengar às operárias, enquanto, a uma distância prudente, os capatazes e patrões observavam, zombeteiros e agressivos. Apesar de sua pouca idade e completa ignorância das coisas do mundo, Clara percebia o absurdo da situação e descrevia em seus cadernos o contraste entre sua mãe e suas amigas, com casacos de pele e botas de camurça, falando de opressão, igualdade e direitos a um grupo triste e resignado de trabalhadoras, com toscos aventais de algodão cru e as mãos vermelhas de frieira. (Allende, 2021, p. 89-90)

Por conseguinte, é notório que o movimento feminista do Primeiro Mundo lutava por questões que abrangem todas as mulheres, como o direito ao voto, aos salários iguais entre homens e mulheres e ao aborto. Contudo, como debatido acima, por mais que esses motivos de luta sejam aparentemente de comum desejo entre todas as mulheres feministas, acabam se encontrando imersos em contextos de vida divergentes, incluindo o contexto de classe como apresentado no trecho da obra. São contextos que se modificam com base na classe social, na cor, na localidade e sexualidade feminina, corroborando assim em novos propósitos de luta devido a conjuntura sócio-política-cultural-econômica se destacar como um fator determinante na vida destas mulheres. Assim:

Na América Latina, foi em meio a condições de profunda subordinação patriarcal que o feminismo latino-americano, mesmo que restrito no seu começo, eclodiu através de movimentos de reivindicação e conscientização feminina, seja na forma dos partidos, nas organizações políticas, em periódicos, nos centros de estudo e nas organizações não-governamentais, tentando superar e questionar a condição política, cultural, religiosa e econômica vigente [...]. (Cypriano, 2013, p. 12)

Por conseguinte, ainda conforme o autor (2013):

A partir disso, pensar do ponto de vista e da perspectiva da América Latina em um projeto teórico político feminista e de gênero conforma-se com a necessidade de se formatar uma outra “teoria política feminista” (que ainda permanece entre aspas), visto que a experiência vivida pelo movimento feminista latino-americano reflete-se em um processo complexo de interseções que se deu a partir de um conjunto diferenciado de opressões, pois combina o colonialismo francês, espanhol e português, com os governos ditatoriais e populistas, com dinâmicas específicas da globalização econômica, cultural e política. (Cypriano, 2013, p. 20)

À luz desses excertos, é possível também verificar que o contexto histórico da América Latina é marcado pela presença de governos ditatoriais, o que, conseqüentemente, evidencia que parte das mulheres latinas vivenciaram durante décadas a opressão de uma sociedade não apenas fundamentada no sexismo, como também regida por uma ditadura militar. Dessa forma, além de oprimidas pelos homens e pelos sistemas de poder público e

privado que a estes sempre eram designados, as mulheres novamente eram oprimidas, só que desta vez pelo abuso de poder dos homens fardados.

Diante disso, se fazia necessário inovar o cenário de opressão que sempre acompanhou as mulheres latino americanas: *a priori* pela perspectiva de subalternidade propagada pelo discurso colonial e *a posteriori* pela opressão misógina masculina e dos regimes militares. Se fazia necessário, portanto, um posicionamento feminino perante a intolerância, violência e perseguição. Com isso:

[...] pôde-se constatar que, definitivamente, o feminismo se pluralizou, abrindo espaço para a atuação em diversos âmbitos: militantes partidárias, mulheres negras, intelectuais, militares clandestinas, “mães”, líderes de movimentos populares, diretoras e servidoras de órgãos governamentais, até teólogas. (Cypriano, 2013, p. 22)

Tratava-se de uma inovação no gênero feminino que surgia por intermédio da perspectiva de subalternidade, a qual pelas mulheres deveria ser combatida de acordo com os seus respectivos contextos sócio-políticos-culturais-econômicos. Por fim, ao lutar pela inovação no cenário opressor, as mulheres latinas tinham como finalidade a conquista pela emancipação dos seus corpos e pelos seus direitos como cidadãs ativas em uma sociedade marcada pelo patriarcalismo.

3. Camponesas e cidadinas: a representação feminina nos espaços de *A Casa dos Espíritos*, de Isabel Allende

“A mulher transforma-se gradativamente. E de objeto da tragédia masculina converte-se em sujeito de sua própria tragédia.” (Kolontai, 2011, p. 23)

A obra literária chilena *A Casa dos Espíritos* foi publicada pela primeira vez no ano de 1982 e se caracteriza por ser um romance histórico que acompanha a trajetória de vida de duas famílias durante a transição do século XIX para o século XX. O romance, de autoria Isabel Allende, se destaca por atribuir em sua diegese características pertencentes ao realismo mágico, estilo literário bastante utilizado ao longo do século XX. Na América Latina, por exemplo, o realismo mágico demonstra popularidade em um período conhecido como o *BOOM* da literatura latino-americana, um contexto que ampliou o reconhecimento mundial dos textos literários latinos e de seus escritores, tal qual Isabel Allende.

A escritora, por sua vez, utilizou boa parte de suas experiências na infância e das situações vivenciadas por sua família ou pelo povo chileno para contemplar algumas circunstâncias dentro da narrativa, principalmente no que diz respeito ao contexto político e social do Chile no século XX. Esse procedimento, segundo Carneiro e Rodrigues, (2017, p. 95), reflete o fato de que “[...] para entender uma obra literária é necessário fundir texto e contexto, levando em consideração o diálogo entre ambos, pois o social é um elemento que desempenha um papel importante na construção do texto.”

Com isso, torna-se perceptível que essa decisão por parte da autora concede uma maior verossimilhança à história, pois reflete e representa a sociedade chilena do período em questão. Um dos exemplos que dialogam o texto com o contexto pode ser exemplificado através do cenário de turbulências políticas e econômicas que movimentaram o país ao longo das décadas do século XX:

Era ano de eleições presidenciais e de preocupar-se com o rumo que os acontecimentos estavam tomando. O país despertava. A onda de descontentamento que agitava o povo abalava a sólida estrutura daquela sociedade oligárquica. Nos campos aconteceu de tudo: seca, praga, febre aftosa. No Norte havia desemprego, e na capital sentia-se o efeito da guerra distante. Foi um ano de miséria em que só faltou um terremoto para completar o desastre. (Allende, 2021, p. 77)

Como pode ser observado no trecho acima, o contexto de eleições presidenciais, o descontentamento do povo, a miséria e até mesmo o “pressentimento” acerca de um possível terremoto - que, de fato, acometeu o país em 1960 -, são acrescentados à obra, de modo a colocá-la em diálogo com a realidade.

Entende-se que a confluência entre texto e contexto existe tomando por base a perspectiva de que o processo de escrita implica em diálogo entre quem escreve, sua obra e quem a recebe, tendo em vista que, de acordo com Antonio Candido (2006, p. 30), “eles marcam, em todo o caso, os quatro momentos da produção, pois: a) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-o segundo os padrões da sua época, b) escolhe certos temas, c) usa certas formas e d) a síntese resultante age sobre o meio.” Logo, é possível evidenciar que “[...] os textos estão em constante diálogo com a tradição, sofrendo influência tanto de fatores sociais como de outros textos” (Carneiro; Rodrigues, 2017, p. 92).

Para tanto, em *A Casa dos Espíritos* pode ser observado diversas situações econômicas, culturais, políticas e sociais que demonstram o contexto do Chile do século XX, como, por exemplo, a economia do país fortalecida pela extração de minério e até mesmo a crise econômica pós golpe militar de 1973:

As mulheres levantavam-se ao amanhecer para tomar seus lugares nas longas filas, a fim de comprar um frango esmirrado, meia dúzia de fraldas ou papel higiênico. A graxa para lustrar sapatos, as agulhas e o café passaram a ser artigos de luxo, que se ofertavam embrulhados em papel de presente por ocasião dos aniversários. Produziu-se a angústia de escassez, o país estava abalado por ondas de rumores contraditórios que alertavam a população sobre os produtos que iriam faltar, e as pessoas compravam em excesso o que houvesse para prevenir o futuro. (Allende, 2021, p. 360)

À luz dessa perspectiva, torna-se importante destacar que, embora as situações acima transportem consigo verossimilhança sobre o contexto do país e da população chilena no decorrer do século XX, não são situações representadas, mas recriadas com base no ponto de vista da escritora, visto que:

O real é demonstrável e não representável, em virtude da falta de coincidência topológica entre a ordem pluridimensional do real e a ordem unidimensional da linguagem. O descompasso entre a pluridimensionalidade do real e a unidimensionalidade da linguagem é que move o trabalho literário de recriação do real. (Gama-Khalil, 2010, p. 222)

Dessa forma, para falar de *A Casa dos Espíritos*, demonstra-se imprescindível compreender que a narrativa se estende por um período de quase 100 anos, o que, consequentemente, traz peculiaridades a serem observadas no decorrer desta trama. Esse fato denota importância, pois, ao longo deste período, diversas mudanças podem ser observadas pelos leitores do romance; mudanças estas que atingem principalmente os espaços e as personagens que se encontram imersas nestes espaços.

Assim, com o intuito de analisar o diálogo existente entre os espaços e as personagens do romance, faz-se necessário iniciar a análise da obra literária por meio da focalização

narrativa. Traçando esse caminho inicial, chega-se à ideia de que o discurso narrativo se apresenta como responsável por apresentar quais são as mudanças que atingem os territórios e as personagens da história, uma vez que:

A voz do narrador tem como funções primárias e inderrogáveis uma função de *representação*, isto é, a função de produzir intratextualmente o universo diegético – personagens, eventos, etc. –, e uma função de *organização e controle das estruturas do texto narrativo*, quer a nível tópico (*microestruturas*), quer a nível transtópico (*macroestrutura*). (Aguar e Silva, 2007, p. 759)

Na obra literária, de maneira particular, Isabel Allende entrega uma obra que comporta uma narrativa visivelmente característica pelo fato de, ao longo dos capítulos, tornar-se possível identificar a alternância constante de narradores, que são intercalados entre a narração em 1º pessoa e a narração em 3º pessoa.

Através da narração em 1º pessoa, isto é, do narrador-personagem e, consequentemente, autodiegético, identifica-se, segundo Aguilar e Silva (2007), que parte da história é transmitida com base no ponto de vista e nas ideologias do narrador - este presente na história. É o caso do personagem masculino Esteban Trueba, de temperamento forte, sexista e conservador, como pode ser visualizado no trecho a seguir: “Nessa idade, estava acostumado à relação sem futuro com mulheres de vida fácil, já que não tinha possibilidade com outras. Na minha geração distinguimos as mulheres decentes e as outras, e também dividíamos as decentes em próprias e alheias” (Allende, 2021, p. 30).

Quanto à narração realizada em 3º pessoa, é possível observar que se destaca como um dos elementos da narrativa mais inusitados dentro da obra. Isso ocorre, pois, durante boa parte da trama, este narrador em questão aparenta ser onisciente e heterodiegético, o que, para Aguilar e Silva (2007), significa penetrar na interioridade das personagens, ser impessoal no decorrer da narrativa, estar distante de todos e não participar da diegese, como pode ser observado no trecho abaixo:

Essas palavras do Padre Restrepo permaneceram na memória da família com o peso de um diagnóstico, e, nos anos seguintes, tiveram ocasião de recordá-las frequentemente. A única que não voltou a pensar nelas foi a própria Clara, que se limitou a registrá-las em seu diário e logo as esqueceu. (Allende, 2021, p. 15)

Contudo, no decorrer da história, percebe-se que, na realidade, o narrador em 3º pessoa sempre foi Alba, uma das personagens femininas principais e que apenas tomamos conhecimento de sua existência no nono capítulo do romance. A personagem revela sua narração no momento em que, em seu tempo do discurso, traz à tona o acesso aos cadernos

de memória de sua falecida avó, Clara; sendo esta responsável por guardar todas as lembranças de sua vida, as quais não são narradas por Alba de forma cronológica:

Minha avó escreveu durante cinquenta anos em seus cadernos de anotar a vida. Escamoteados por alguns espíritos cúmplices, salvaram-se por milagre da pira infame em que pereceram tantos outros papéis da família. Tenho-os aqui, aos meus pés, amarrados com fitas coloridas, separados por acontecimentos, e não por ordem cronológica, tal como ela os deixou antes de partir. Clara escreveu-os, a fim de que agora me servissem para resgatar as coisas do passado e sobreviver ao meu próprio espanto. O primeiro é um caderno escolar de vinte folhas, escrito com uma delicada caligrafia infantil. Começa assim: “Barrabás chegou à família, por via marítima...” (Allende, 2021, p. 446)

Por conseguinte, por apresentar a alternância de narradores, a obra transporta consigo um dinamismo que, inclusive, se expande para além do fato narrado e abrange também os espaços, os quais, dentro da história, são descritos e representados tomando como base as perspectivas ideológicas e o ponto de vista dos narradores supracitados.

Nesse sentido, o dinamismo dos espaços ocorre porque, conforme o conceito de heterotopia formulado por Foucault (2009), os lugares funcionam de maneira heterogênea e, portanto, com base em múltiplas camadas. São espaços que portam consigo uma complexidade no que diz respeito à ideia de “lugar”.

Em *A Casa dos Espíritos*, os acontecimentos da trama se desenrolam pela zona rural e pela zona urbana do Chile e, em virtude disso, são territórios apresentados ao leitor por meio de uma “ideia” de lugar do que poderia vir a ser o campo e a cidade.

Ao longo da narrativa, no primeiro espaço é possível observar que o foco se concentra nas relações sociais e no funcionamento administrativo de “Las Tres Marias”, fazenda que pertence à família de Esteban Trueba. Assim, é neste espaço que se torna possível acompanhar não apenas o desenrolar da família ao longo das gerações, como também dos camponeses que trabalham para os Trueba em uma ambientação que é descrita como detentora de vastos campos férteis:

Pela janela do vagão, viu passar a paisagem do vale central. Vastos campos estendiam-se ao pé da cordilheira, férteis campinas de vinhedo, de trigais, de alfafa e de maravilha. Comparou tudo isso com as desoladas planícies do Norte, onde passara dois anos enfiado num buraco, em meio a uma natureza agreste e lunar cuja beleza aterradora não se cansava de olhar, fascinado pelas cores do deserto, pelos azuis, roxos e amarelos dos minerais à flor da terra. (Allende, 2021, p. 55-56)

No que se refere ao segundo espaço introduzido para compor a diegese, tem-se a cidade, que é representada, na maior parte do tempo, por meio da área central e urbanizada. Neste centro e, mais precisamente, na parte nobre da cidade, se encontra a residência principal dos Trueba, ambiente em que também se presencia o desenrolar das gerações da família.

Para além dos desdobramentos familiares, na ambientação da cidade igualmente se verifica as mudanças sociais e inovações arquitetônicas que acometem de maneira urbanizada o Chile no decorrer do século XX. Para Lefebvre (1999, p. 22), “Deve-se notar que a *arquitetura* segue e traduz a nova concepção da cidade. O espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca. Ele se ornamenta dos signos dessa liberdade conquistada, que parece a Liberdade.”, e por isso, a cidade da diegese é apresentada pelos narradores por meio de um olhar que a descreve como um local dinâmico e em constante transformação:

A cidade pareceu-lhe desconhecida, havia uma desordem de modernismo, um prodígio de mulheres mostrando as canelas, os homens com colete e calças de pregas, uma barulheira de operários esburacando o calçamento, tirando árvores para instalar postes, tirando postes para construir edifícios, tirando edifícios para plantar árvores, um estorvo de pregoeiros ambulantes gritando as maravilhas do afiador de facas, do amendoim torrado, do bonequinho que dança sozinho, sem arame, sem fios, veja você mesmo, pegue-o, um vento de lixeiras, de frituras, de fábricas, de automóveis esbarrando em coches e bondes de tração a sangue, como denominavam os cavalos velhos que puxavam o transporte coletivo, um bafo de multidão, um rumor de corridas, de ir e vir com pressa, de impaciência e horário fixo. (Allende, 2021, p. 92)

Sob essa ótica, segundo Lefebvre (2001, p. 51), “A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes [...], com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto.” E a partir das transformações, a cidade tende a se adaptar socialmente e estruturalmente, para que assim comporte todos que nela habitam. Caso não consiga comportar todos no centro, tal qual aconteceu com a eclosão demográfica das cidades da América Latina no ano de 1930 (Romero, 2009), as pessoas se veem obrigadas a se afastar do centro e residir nas circunvizinhanças desse território, formando assim o que popularmente nós conhecemos como subúrbios e periferias.

O subúrbio e a periferia do romance pouco aparecem, porém, se destacam como territórios em que os setores marginalizados da população se posicionam - característica esta dos subúrbios e periferias latino-americanas:

Ao longo do caminho, pude perceber a cidade em seu terrível contraste, os barracos cercados com tapumes para dar a ilusão de não existirem, o Centro, compacto e cinzento, e o Bairro Alto, com seus jardins ingleses, seus parques, seus arranha-céus de vidro e suas crianças louras passeando de bicicleta. (Allende, 2021, p. 442)

Trata-se de um território que, no romance chileno em questão, é descrito como um local de dificuldades e que porta consigo trabalhadores desamparados, pessoas pobres e moradias afastadas do centro da cidade:

Nas províncias do Norte, a falência das salitreiras havia deixado na miséria milhares de trabalhadores. As famélicas tribos de desempregados, que arrastavam suas mulheres, seus filhos e seus velhos, procurando trabalho pelos caminhos, se haviam aproximado da capital e lentamente formaram um cordão de miséria ao redor da cidade, instalando-se de qualquer maneira, entre as tábuas e pedaços de papelão, em meio ao lixo e ao abandono. (Allende, 2021, p. 142)

Dessa forma, embora pouco apareçam, o subúrbio e a periferia latinos do romance trazem personagens que se tornarão peças-chaves para o desenrolar da trama, como a personagem feminina Tránsito, que trabalha em um prostíbulo afastado do centro, frequentemente visitado por Esteban Trueba.

Delimitando assim a ambientação da história, é preciso esclarecer que os espaços apresentados acima precisam ser analisados para além da descrição de sua estrutura física, isto é, como se desempenhasse um papel de mero acessório que compõe um determinado cenário. O espaço precisa ser compreendido e analisado com base nos seus aspectos sócio-políticos-históricos, uma vez que “[...] vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irredutíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de ser sobrepostos” (Foucault, 2009, p. 414). Por esse motivo, de acordo com Gama-Khalil (2010, p. 226), “entender os espaços literários pela perspectiva das heterotopias, utopias e atopias pode propiciar análises em que os espaços não sejam só interpretados de forma física, estática e acessória.”

O espaço se caracteriza como um território, privado ou público, que é moldado pelos homens, mas que também os molda corriqueiramente, corroborando para a existência de uma via de mão dupla repleta de transformações físicas, sociais, políticas, culturais e econômicas, afinal, “muito além de uma simples geografia física, proliferam dos espaços as geografias humana, social, psicológica, ideológica, e a geografia literária, que se esquia de toda possível topografia” (Gama-Khalil, 2010, p. 224). Com base nessa ótica, ainda consoante Gama-Khalil (2010, p. 230), para além dos textos literários, “outra vertente dos estudos contemporâneos é a dos Estudos Culturais, que, usando um léxico relativo ao espaço (como cartografia, território, fronteira), procuram entender os diversos tipos de espacialidades literárias que se conectam com determinadas identidades sociais.”

Por conseguinte, nas obras literárias, as identidades e as relações sociais que se sucedem nos espaços da diegese são representados pelas personagens, estas em posição de agentes de ação para que a narrativa avance. Na obra literária em questão, assim como os narradores e os espaços supracitados, as personagens também se caracterizam pelo

dinamismo, uma vez que, a autora opta por trazer a construção da obra literária fundamentada na alternância de protagonistas.

A priori, é preciso compreender que, consoante Aguiar e Silva (2007, p. 704), “O retrato do protagonista situa-se quase sempre nas páginas iniciais do romance, verificando-se, não raro, a sua presença logo no limiar da narrativa. Por vezes, o retrato físico e psicológico-moral da personagem é completado com a sua história genealógica.” Entretanto, *A Casa dos Espíritos* inova em trazer quatro protagonistas que, inclusive, não são, integralmente, apresentados de antemão no início da história. Ou seja, de modo contrário ao que poderia ser esperado de um romance tradicional, novos protagonistas surgem à medida que os anos se passam, modificando assim o protagonismo da história a cada geração da família.

À luz dessa perspectiva, na história, o protagonismo gira em torno, principalmente, das personagens femininas que, em ordem de aparecimento, são: Clara, Blanca e Alba - avó, filha e neta. A história também conta com o protagonismo de um único personagem masculino, anteriormente mencionado: Esteban Trueba, este que além de marido de Clara, também assume papel de narrador, assim como sua neta Alba.

Nesse sentido, os personagens principais da história se destacam, pois, todos possuem maior profundidade em sua construção, revelando-se assim, redondos. Dessa forma, conforme a concepção de Aguiar e Silva (2007, p. 710), os personagens redondos “oferecem uma complexidade muito acentuada e o romancista tem de lhes consagrar uma atenção vigilante, esforçando-se por caracterizá-las sob diversos aspectos.”

Além dos protagonistas, a obra literária traz consigo uma vasta lista de personagens secundários que facilmente podem ser apresentados em grupos, de acordo com as suas localidades e os seus *status* sociais. São eles: Severo Del Valle, Nívea Del Valle, Rosa Del Valle, Férula Trueba, Nicolás Trueba, Jaime Trueba e Jean de Satigny, os personagens citadinos de classe burguesa; Tránsito Soto, Amanda e Miguel, os personagens citadinos de classe mais baixa e residentes das zonas periféricas; e, por fim, Pedro García, Pedro Segundo García, Pedro Terceiro García, Pancha García, Esteban García, personagens pobres, camponeses e residentes/trabalhadores de “Las Tres Marias”.

Sendo assim, todos os elementos da narrativa até então analisados - narrador, espaço e personagens -, se demonstram pertinentes na construção do entendimento sobre as personagens femininas e o modo como elas são posicionadas nos espaços da obra literária. Todavia, para a presente pesquisa, dentre os três elementos discutidos, um se destaca por conduzir a representação dos demais: o narrador.

Nesse caso, para a presente discussão, a definição sobre os tipos de narradores ganha uma ampla notoriedade, pois, é a partir da focalização de ambos que também se poderá alcançar os objetivos propostos e compreender que todas situações da história são contadas, descritas, vivenciadas e estigmatizadas de acordo com o ponto de vista de Esteban Trueba e Alba Trueba. Torna-se importante destacar, mais uma vez, que muito da narração de Alba advém das lembranças de sua avó materna e, portanto, esse fato concede certa influência no decorrer da narração da personagem feminina em questão.

Em vista disso, a partir da focalização narrativa, isto é, do ponto de vista de Esteban e Alba, personagens citadinos, verifica-se que a representação dos territórios mencionados (campo e cidade) e dos personagens que residem nestas localidades são formuladas com base em uma tendência de pensamento que abraça o senso comum.

Um dos exemplos da tendência de pensamento que se aproxima do senso comum pode ser exemplificada através das considerações de Esteban sobre o campo e a população residente do campo, pois, o narrador visualiza essa localidade com os mesmos olhares estigmatizados conceituados por Williams em seu livro *O Campo e a Cidade* (1990). Ou seja, ao campo, são atribuídas associações estigmatizadas de um local atrasado e limitado:

Não que eu partisse do princípio de que, se os conhecimentos do veterinário serviam para os animais, seriam também suficientes para os pobres, como me diz minha neta quando quer deixar-me furioso. O que acontecia de fato era a impossibilidade de se conseguir um médico naquele fim de mundo. (Allende, 2021, p. 62)

Como pode ser visto, para Esteban, o campo e os camponeses representam a barbárie, a não civilização e, por isso, são muitas vezes posicionados como indivíduos ingênuos, ignorantes e animais. Por isso, em grande parte das passagens narradas por Esteban Trueba, é possível encontrar comentários estigmatizados e de menosprezo em relação ao campo, de modo a sempre compará-lo com a “civilização” da cidade, como pode ser visualizado a seguir: “A ideia de ir para o campo com a menina parecia-lhe perigosa, estafante e inútil, já que Esteban poderia arranjar-se sozinho em Las Tres Marias, enquanto elas desfrutavam de uma existência civilizada na capital” (Allende, 2021, p. 111).

Por barbárie e civilização poderíamos entender como duas situações contrastantes, as quais são discutidas pelo escritor Domingo Faustino Sarmiento em seu livro *Facundo o Civilización y Barbarie*. Para Sarmiento (2018) a civilização se demonstra como algo essencial para o avanço dos homens e da sociedade e, por isso, os países da América estariam sempre em situação de comparação aos moldes europeus. De modo a exemplificar, o campo na América é apresentado pelo escritor como um ambiente que se afasta dos costumes da

civilização europeia. O campo é visto como uma expressão primitiva de vida, pois muitos residentes das zonas rurais conservam essa vida afastada da cidade e perpetuam costumes alheios ao progresso urbano, inclusive se aproximando até mesmo de certas tradições indígenas. Contudo, contrariando os hábitos do campo, a cidade seria considerada um local culto e de civilização, lugar em que os habitantes se aproximam dos costumes europeus e tentam acabar com todos os atrasos oriundos da época de colonização. Por isso, para Sarmiento (2018, p. 57, tradução nossa), “A cidade é o centro da civilização argentina, espanhola e europeia; Existem as oficinas de artes, as lojas comerciais, as escolas e faculdades, os tribunais, tudo o que caracteriza, enfim, as pessoas cultas.”¹⁴

Como pode ser visualizado no trecho acima, o autor faz uso da Argentina em seu livro para apresentar a situação de barbárie e civilização existente no país, mencionando, inclusive, os próprios caudilhos argentinos como homens bárbaros. Entretanto, também é possível associar o mesmo padrão de contraste e estigmatização a outros países latino-americanos como o Chile, uma vez que o campo e a cidade passam a ser considerados por muitos como territórios de costumes opostos. Dessa forma, segundo o pensamento do teórico, veremos que a cidade e o campo se tornam “rivais e incompatíveis, duas civilizações diversas: uma, espanhola, europeia, culta, e outra, bárbara, americana, quase indígena;”¹⁵ (Sarmiento, 2018, p. 86, tradução nossa). Em razão disso, o autor (2018) considera necessário a implementação de reformas para combater a barbárie e promover o progresso e a civilização nesses territórios que por ele são considerados de atraso, tal como o campo.

No entanto, como também pode ser visualizado, as considerações de Sarmiento posicionam o campo sob um olhar de estigma que, inclusive, é propagado e perpetuado por muitos, tal como acontece com os personagens citadinos em relação ao campo e aos camponeses em *A Casa dos Espíritos*. Dessa maneira, o modo de estigmatizar o campo põe em prática discursos discriminatórios que repercutem para além das perspectivas físicas do local e atingem, por consequência, a população que nestas territórios residem e trabalham.

As mulheres camponesas, a título de exemplo, podem representar a parcela da população que pelos personagens da cidade é vista como os *Outros*. São mulheres que não se apresentam por conta própria, mas sim são apresentadas sob uma ótica de estigmatização em

¹⁴ “La ciudad es el centro de la civilización argentina, española, europea; allí están los talleres de las artes, las tiendas del comercio, las escuelas y colegios, los juzgados, todo lo que caracteriza, en fin, a los pueblos cultos” (Sarmiento, 2018, p. 57)

¹⁵ “rivales e incompatibles, dos civilizaciones diversas: la una, española, europea, culta, y la otra, bárbara, americana, casi indígena;” (Sarmiento, 2018, p. 86)

que, ao campo, são associadas características que representam o atraso. As mulheres do campo em *A Casa dos Espíritos* não possuem protagonismo e, por isso, além de serem vistas como os *Outros* pelos personagens da cidade, são também vistas com o olhar do *Outro*.

Dessa forma, as camponesas, que possuem um menor tempo de aparição na narrativa se comparadas às mulheres burguesas da cidade, vivem em um constante contexto de subordinação porque são obrigadas a conviver com o menosprezo e o silenciamento que é dado ao sexo feminino e, igualmente, a serventia e a humilhação que é trabalhar para Esteban Trueba, um patrão que faz uso do abuso de poder para comandar seus empregados. São, portanto, mulheres duplamente subalternas e que, a todo instante, são representadas como objetos de posse do patrão; sendo este um homem rico, citadino e que trata as mulheres do campo como animais passíveis à caça e à tortura, principalmente sexual:

Aproximou-se a trote até ficar a seu lado; ela o viu, mas seguiu seu caminho sem o olhar, pelo costume ancestral de todas as mulheres de sua estirpe de baixar a cabeça diante do macho. Esteban curvou-se e tirou-lhe o fardo, segurou-o um momento no ar e, em seguida, jogou-o com violência para a beira do caminho, envolveu a cintura da garota com um braço e levantou-a, arfando como um animal, e sentou-a na sela à sua frente, sem que ela opusesse qualquer resistência. Esporeou o cavalo, e partiram a galope na direção do rio. Desmontaram sem se falar e mediram-se com os olhos. Esteban soltou o largo cinturão de couro, e ela recuou, mas ele a agarrou com uma das mãos, e caíram, abraçados, sobre as folhas dos eucaliptos. (Allende, 2021, p. 66-67)

Como pode ser visto, por se tratar de um personagem masculino que possui uma tendência de pensamento voltada para a superioridade sobre as mulheres - e, sobretudo, sobre as mulheres campesinas -, acredita ter posse sobre o corpo delas como se fossem animais a serem abatidos, afinal, “Sendo ela objeto, a inércia não lhe modifica profundamente o papel natural: a tal ponto que muitos homens não se preocupam em saber se a mulher com quem se deita quer o coito ou se apenas se submete a ele. Pode-se dormir até com uma morta” (Beauvoir, 2016, p. 126)

Com base nessa reflexão de Beauvoir (2016), o trecho retirado da obra literária narra uma violação ao corpo da personagem Pancha García, ainda virgem no momento do ato; e, como se verifica, as mulheres do campo evitam reagir aos ataques não por serem passivas à situação, mas sim pela posição de subordinação à qual estão condicionadas. Por esse motivo, grande parte das mulheres camponesas mencionadas ao longo da história são violentadas sexualmente, o que, inclusive, as fazem perder a virgindade à força e engravidar contra suas vontades. Nesse sentido, para Beauvoir (2016):

Não é raro que a primeira experiência da jovem seja uma verdadeira violação e que o homem se mostre odiosamente brutal; assim, no campo, onde os costumes são rudes, acontece muitas vezes que a camponesa, em parte consentindo e em parte se

revoltando, perca a virgindade à beira de uma valeta em meio à vergonha e ao terror. (Beauvoir, 2016, p. 136)

No excerto acima, Simone de Beauvoir sugere que a violação das mulheres camponesas ocorre por meio dos costumes rudes dos camponeses, porém, essa violência no decorrer de *A Casa dos Espíritos* faz-se pelas mãos de um homem da cidade, subvertendo assim a situação de barbárie que anteriormente estaria apenas estigmatizada aos homens do campo. Esse fato só reafirma que as mulheres se encontram em constante vulnerabilidade, visto que os seus corpos são tratados com objetificação, como pode ser observado no trecho a seguir: “Esteban demorou muito para se dar conta disso, porque quase nunca a olhava, e, passado o entusiasmo do primeiro momento, tampouco a acariciava. Limitava-se a utilizá-la como uma medida higiênica que lhe aliviava a tensão do dia a dia e lhe oferecia uma noite sem sonhos” (Allende, 2021, p. 72).

Para além das violações sexuais, as mulheres do campo também são representadas através da focalização narrativa em 3º pessoa, na qual a narradora Alba descreve, tomando por base as lembranças de sua avó, essas mulheres como sujeitos tradicionais, conservadores e submissos:

As mulheres escutavam-na, em meio a risinhos e pudores, pela mesma razão pela qual rezavam com Fécula: não desagradar à patroa, ainda que aquelas frases inflamadas lhes parecessem histórias de loucos. “Onde já se viu um homem não poder bater na própria mulher? Se não bate, é porque não gosta dela ou porque não é homem de verdade; onde já se viu que o que o homem ganha ou o que a terra produz, ou as galinhas põem sejam dos dois, se quem manda é ele? Onde já se viu uma mulher poder fazer as mesmas coisas que um homem, se ela nasceu com mamas e sem colhões, dona Clarita?”, argumentavam. (Allende, 2021, p. 114)

Como pode ser observado, ainda que certas mulheres do campo estejam presas às amarras da cultura sexista, preferem não se posicionar diretamente e de forma contrária à Clara, em virtude da subordinação existente com a patroa. Em virtude disso, evitam desagradá-la, pois, por mais que aparente ser uma boa mulher, ainda assim é uma das autoridades naquelas terras.

Com isso, o silenciamento das mulheres camponesas, principalmente no que diz respeito à violência e subordinação, corroboram para que os narradores reforcem o estigma do campo, que, como dito anteriormente, define as pessoas dessa localidade como sujeitos limitados. No entanto, o fator da limitação perde sua relevância diante da atitude dos próprios camponeses, pois insurgem contra Esteban Trueba, passando a desempenhar um papel ativo na luta à favor dos seus direitos trabalhistas e contra todo e qualquer abuso de poder que antes sofreram naquelas terras: “ – As coisas estão muito agitadas no campo, patrão. –

advertiu-o muitas vezes o administrador. – Os camponeses estão exaltados. A cada dia fazem novas exigências. Parece que querem viver como os patrões. O melhor é vender a propriedade” (Allende, 2021, p. 320). Sendo assim, de forma revolucionária:

Las Tres Marias foi um dos últimos latifúndios que a reforma Agrária expropriou no Sul. Os mesmos camponeses que tinham nascido e trabalhado ao longo de gerações naquela terra formaram uma cooperativa e tornaram-se donos da propriedade, porque havia três anos e cinco meses que não viam seu patrão e haviam esquecido o furacão de suas iras. (Allende, 2021, p. 368)

Por conseguinte, ainda no que concerne às mulheres, que se encontram em um contexto de objetificação, violência e subordinação aos patrões, também enfrentam dois outros contextos corriqueiramente: a desigualdade sexual e o elitismo.

O primeiro contexto aparece na divisão sexual de funções, as quais são designadas às mulheres afazeres voltados à domesticidade. A desigualdade sexual também se torna explícita na divisão salarial com os próprios homens do campo, isto é, enquanto aos homens são concedidos direitos básicos, para elas os direitos são negados: “As mulheres não tinham direitos a essa bonificação, mesmo que trabalhassem com os homens de igual para igual porque não eram consideradas chefes de família, exceto no caso das viúvas” (Allende, 2021, p. 70).

O segundo contexto, o de elitismo, atinge as mulheres camponesas por pertencerem a classes inferiores. Contudo, a contradição desse preconceito se manifesta, pois, mesmo sendo de classe inferior, as camponesas são buscadas cotidianamente por Esteban ao longo dos anos, inclusive quando o personagem já se encontrava casado. Dessa forma, a procura constante por essas mulheres resultou em diversos filhos bastardos, todos frutos da violência de Esteban contra as camponesas:

Foi assim que nunca se inteirou do número exato de filhos que tinha, e, na realidade, o assunto não lhe interessava. Pensava que, quando quisesse ter filhos, procuraria uma mulher de sua classe, com a bênção da Igreja, porque os únicos que contavam eram os que usavam o sobrenome do pai; os demais eram como se não existissem... Que não lhe viessem com sandice de que todos nasciam com os mesmos direitos, sendo todos igualmente herdeiros, porque nesse caso tudo iria para o caralho, e a civilização regressaria à Idade da Pedra. (Allende, 2021, p. 76)

Com base no excerto, é possível verificar que dado ao elitismo, Esteban não assume nenhum filho seu fora do casamento e a maternidade se torna unicamente responsabilidade das campesinas violadas porque “A maternidade, em particular, só é respeitada na mulher casada; a mãe solteira permanece um objeto de escândalo e o filho é para ela um pesado *handicap*” (Beauvoir, 2016, p. 191).

O elitismo do personagem masculino, portanto, torna-se uma de suas marcas, porém, não a única. Esteban também se contradiz porque ao mesmo tempo que é um homem latino-americano, faz referência à América Latina e a sua população com preconceito, e isso se reflete no modo de descrever o campo e os seus trabalhadores. O preconceito de Esteban, inclusive, beira ao eurocentrismo, reafirmando assim, um discurso colonial e discriminatório que não deveria ser propagado por um indivíduo latino-americano:

Esteban Trueba recostou-se no banco forrado de veludo vermelho e agradeceu a iniciativa dos ingleses de construir carruagens de primeira classe, onde era possível viajar como um cavalheiro, sem ter de suportar as galinhas, as canastras, os pacotes de papelão amarrados com barbante e o choramingar das crianças. Felicitou-se pela decisão de comprar uma passagem mais cara, pela primeira vez na vida, e concluiu que era nos detalhes que estava a diferença entre um cavalheiro e um camponês. Por isso, embora em má situação, desse dia em diante iria gastar dinheiro nas pequenas comodidades que o faziam sentir-se rico. (Allende, 2021, p. 55)

Esse fator mostra que, mesmo sendo latino-americano, o personagem carrega consigo discursos com marcas coloniais de discriminação e de enaltecimento aos países norte-americanos e europeus, o que para a presente pesquisa possui importância, uma vez que, o Chile - local que serve de ambientação para a obra literária -, se manifesta como um país que, embora tenha alcançado a independência da colonização espanhola no ano de 1818, possui resquícios do eurocentrismo em sua construção até os dias atuais:

Queria que ela aprendesse inglês a todo custo. Estava convencido da superioridade do inglês sobre o espanhol, que considerava um idioma de segunda categoria, próprio para assuntos domésticos e para a magia, para as paixões incontroláveis e os empreendimentos inúteis, mas inadequado para o mundo da ciência e da técnica, em que esperava ver Alba triunfar. (Allende, 2021, p. 312-313)

Não obstante, é digno de ressalva que, segundo o pensamento de Mignolo (2017), por mais que o eurocentrismo seja encontrado no Chile, não significa que o país seja inteiramente eurocêntrico. São marcas de um contexto histórico que se tornou responsável por moldar certos aspectos físicos, sociais e culturais do país e da população em questão.

Portanto, Esteban Trueba torna-se um dos exemplos de personagem que propaga discursos não apenas eurocêntricos e elitistas, como apresentados acima, mas também discursos preconceituosos, violentos, normativos e machistas. Assim, falar sobre este personagem em questão, é colocar em discussão não apenas a sua relação de patrão com os seus trabalhadores camponeses, mas também a sua relação de marido, pai e avô no que se refere à sua família, constituída quase praticamente de mulheres.

Por conseguinte, falar das mulheres da cidade é estabelecer, *a priori*, que estas são as protagonistas de *A Casa dos Espíritos* e, por isso, diferentemente das mulheres do campo, possuem um espaço maior na narrativa.

As três protagonistas, Clara, Blanca e Alba, surgem em momentos diferentes na história e cedem, por ordem de aparição, o protagonismo a cada nova geração familiar. Os nomes, como podem ser observados, transmitem a ideia de pureza, calma, paz. Esse fato, segundo Aguiar e Silva (2007, 705), denota o entendimento de que “O nome da personagem funciona frequentemente como um indício, como se a relação entre o significante (nome) e o significado (conteúdo psicológico, ideológico, etc.) da personagem fosse motivada intrinsecamente.” Assim, é possível considerar que as personagens femininas se expressam de modo contrário ao personagem masculino, que, por sua vez, revela ser dono de um temperamento machista, conservador, violento e opressor.

Desse modo, além do nome, importante elemento para a caracterização das personagens (Aguiar e Silva, 2007), torna-se necessário também pontuar que as mulheres protagonistas da história são cidadinas e pertencentes à burguesia. Essas características denotam importância, visto que, por pertencerem à classe burguesa, se verifica que são personagens representadas pelos narradores de maneira divergente às mulheres do campo. Ou seja, ao contrário das camponesas, para a sociedade, as cidadinas burguesas são mostradas como detentoras de um maior prestígio social e, por consequência, são descritas como mulheres mais decentes.

Com isso, verifica-se que essa representação, mais uma vez, é estigmatizada, pois, sugere que as pessoas da cidade são sujeitos mais civilizados, o que, nada mais é que uma consideração tomada por base em uma tendência de pensamento que propõe a “ideia” da cidade como um ambiente mais à frente do tempo que o campo.

Com base nesse prisma, na obra literária essa tendência de pensamento negativa principalmente difundida por meio do personagem Esteban, é quebrada pelas personagens femininas pelo fato de apenas alcançarem a realização pessoal na zona rural. No entanto, também é importante pontuar que o próprio personagem Esteban entra em contradição ao se sentir, no decorrer dos anos, igualmente realizado no campo, corroborando assim para um desejo insistente em retornar para essas terras todas as vezes que se distanciava dela: “Nada disso, contudo, preenchia o meu tempo; sentia-me desconfortável e aborrecido, queria voltar para o campo, mas não me atrevia a deixar a casa, onde, por todos os motivos, era necessária a presença de um homem sensato em meio àquelas mulheres histéricas” (Allende, 2021, p. 122).

À luz desse excerto, observa-se que esses desejos de regresso ao campo e a plenitude da realização pessoal se manifestam como um fetiche pelo natural porque este ambiente passa a ser o único em que podem encontrar a calma, algo que não existe, inteiramente, na cidade. Por esse motivo, o campo se torna o local de realização pessoal, principalmente para as personagens femininas da obra:

“Tudo mudará quando regressarmos à capital e levarmos uma vida civilizada”, eu dizia então, mas nem Clara nem Blanca demonstravam o menor interesse em deixar Las Tres Marias; pelo contrário, cada vez que eu mencionava o assunto, Blanca dizia que a vida no campo lhe devolvera a saúde, mas que ainda não se sentia forte, e Clara lembrava-me de que tinha muito o que fazer no campo, que as coisas não estavam em condições de ser deixadas pelo meio. (Allende, 2021, p. 187)

Como pode ser analisado no trecho acima, além das mulheres se sentirem, de fato, realizadas no campo, possuem voz ativa para negar a volta para a cidade. Sendo assim, é notório que as personagens femininas construídas por Isabel Allende transmitem voz ativa em uma época em que ser uma mulher da burguesia era ser submissa e viver à mercê do homem da família. Com base nisso, de acordo com Kolontai (2011, p. 16), a quebra com a normatividade faz com que “A mulher defronta-se com o problema de adaptar-se rapidamente às novas condições de sua existência e tem que rever imediatamente as verdades morais que herdou de suas avós.”

Uma exemplificação da transformação da mentalidade feminina pode ser observada por intermédio de Nívea, mãe de Clara. Desde o início da narrativa a personagem é apresentada ao leitor como uma mulher ativa nos movimentos sufragistas e, por isso, sempre era lembrada por lutar arduamente em busca de direitos iguais entre as mulheres e os homens. Por sufragismo, movimento pertencente à 2ª onda feminista, se evidencia, para Garcia (2011), que o grupo lutava pelo seguinte objetivo: “ainda que o movimento tenha ficado conhecido pela ênfase que dava ao direito ao voto, as sufragistas lutavam pela igualdade em todos os terrenos apelando à autêntica universalização dos valores democráticos e liberais” (Garcia, 2011, p. 58):

Recordava-se de Nívea, a mãe de Rosa, que, depois de o marido renunciar à política, aterrorizado pela aguardente envenenada, iniciou sua própria campanha política. Prendia-se com outras senhoras nas grades do Congresso e da Suprema Corte, provocando um constrangedor espetáculo que expunha seus maridos ao ridículo. Sabia que Nívea saía à noite colando cartazes sufragistas nos muros da cidade e era capaz de passear pelo Centro em pleno meio-dia de um domingo, com uma vassoura na mão e um boné na cabeça, pedindo que as mulheres tivessem direitos iguais aos dos homens, que pudessem votar e ingressar na universidade, e pedindo também que todas as crianças gozassem da proteção da lei, mesmo que fossem bastardas. (Allende, 2021, p. 76)

Embora não seja uma das protagonistas, Nívea se demonstra uma personagem importante na trama, pois, é a partir de sua escolha de levar Clara, quando pequena, para acompanhá-la nas reuniões do movimento sufragista que desperta nela certa compreensão na personagem acerca do posicionamento da mulher na sociedade patriarcal. Dessa forma, falar da protagonista Clara é entender o seu posicionamento contra à normatividade sexista, principalmente no que diz respeito à inteira associação da mulher à feminilidade. Ou seja, a domesticidade, maternidade e a submissão não são características constituintes da personalidade da personagem, tornando-a passível a comentários negativos por aqueles que consideram essas atribuições de incumbência feminina:

Os assuntos domésticos não interessavam a Clara. Vagava pelos cômodos sem estranhar que tudo estivesse em perfeito estado de ordem e limpeza. Sentava-se à mesa sem perguntar quem preparava a comida e onde compraram os alimentos, não lhe importando quem a servisse, esquecia o nome dos empregados e, às vezes, até o dos próprios filhos. (Allende, 2021, p. 136)

À luz dessa questão, é possível compreender que “a passividade que caracterizará essencialmente a mulher ‘feminina’ é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e sociedade” (Beauvoir, 2016, p. 24). Por conseguinte, associar o gênero feminino, fator já socialmente construído, aos aspectos da feminilidade, é perpetuar um discurso sexista que não possui fundamento na ciência, mas sim em discursos que partem de uma construção simbólica. Logo, refletir sobre a forma como a mulher é posicionada na sociedade patriarcal é entender que “Nos limites desses termos, ‘o corpo’ aparece como um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais [...] o corpo é representado como um mero instrumento ou meio com o qual um conjunto de significados culturais é apenas externamente relacionado” (Butler, 2021, p. 29-30).

Nesse sentido, como pode ser visto, Clara apresenta desinteresse em temas que posicionam a mulher em situações de passividade e/ou vulnerabilidade. Existir apenas para ser mãe e doméstica não a concedia realização pessoal e, por isso, há o distanciamento por parte dela a qualquer imposição dessas funções em seu cotidiano, afinal, segundo Beauvoir (2016, p. 221), quando unicamente mãe ou doméstica, a mulher “Da administração de sua residência, tira sua justificativa social; [...] Mas trata-se, como vamos ver, de uma atividade que não a arranca de sua imanência, que não permite a ela uma afirmação singular de si própria.”

Em muitos casos, a subalternidade da mulher quando burguesa também aparece por meio do casamento, pois, durante muito tempo, conforme Kolontai (2011, p. 50), “A ideia do

direito de propriedade inviolável do esposo foi cultivada com todo o esmero pelo código moral da classe burguesa, com sua família individualista encerrada em si mesma, construída totalmente sobre as bases da propriedade privada.” À luz dessa perspectiva:

A sociedade burguesa não pode perdoar a mulher que se atreve a dar à escolha do marido um caráter individual. Segundo a tradição herdada dos costumes de casta, a sociedade pretende que a mulher continue levando em conta, no momento de entregar-se, uma série de considerações de graus e hierarquias sociais, a respeito do meio familiar e dos interesses da família. A sociedade burguesa não pode considerar a mulher independente da célula da família; é-lhe completamente impossível apreciá-la como personalidade fora do círculo estreito das virtudes e deveres familiares. (Kolontai, 2011, p. 53)

Contudo, ainda que Clara demonstrasse ser uma esposa dependente de Esteban, não era totalmente submissa ao mesmo, contrariando, portanto, certos costumes burgueses por se tratar de uma mulher com uma maior autonomia e direito de escolha no casamento: “Clara não voltou a falar com seu marido nunca mais em sua vida. Deixou de usar seu sobrenome de casada e tirou do dedo a fina aliança de ouro que ele colocara havia mais de vinte anos [...]” (Allende, 2021, p. 210-211).

Todavia, ainda que Clara se apresentasse como uma personagem que, dentro dos seus limites, enfrentava o marido e defendia sua família, ainda acaba por ceder e aceitar certos deslizos que o personagem masculino cometia, como as inúmeras traições: “Para feri-la, ameacei ir ao Farolito Rojo, mas seu único comentário foi que isso era melhor do que forçar as camponesas, o que estranhei, pois não imaginava que ela soubesse algo a esse respeito” (Allende, 2021, p. 190). Com base nesse prisma, é possível considerar que o ato de “admitir” os erros do marido inúmeras vezes ao longo do casamento ocorre para que ela possa preservar o seu *status* social. Assim, embora possua voz no casamento e na casa senhorial, Clara se limita com o propósito de manter os privilégios de sua classe social.

Nesse sentido, o *status* social de Clara também repercute porque, ao mesmo tempo em que demonstra ser uma personagem mais ativa em relação ao sexismo e opressão do marido, evita ser ativa no que se refere a outras lutas, como a luta feministas pelos direitos civis das mulheres. Nessa perspectiva, mesmo participando de reuniões sufragistas com a sua mãe na infância, ao casar, Clara se torna uma personagem mais neutra em relação às lutas das mulheres, ainda que propague discursos em prol da mulher e da sua posição na sociedade.

A mesma situação pode ser observada com a sua filha, Blanca, pois, ao passo que tenta se libertar das amarras sexistas e do abuso de poder do pai, não pretende se casar com o homem que ama para não perder seu *status* social e, por consequência, os seus privilégios de mulher burguesa:

Como tantas outras vezes, suplicou a Blanca que abandonasse a casa dos Trueba, a tutela feroz de seu pai e a solidão de sua oficina cheia de mongoloides e senhoritas ociosas, e partisse com ele, de uma vez por todas, para viver aquele amor desenfreado que tinham escondido desde a infância. Blanca, porém, não se decidia. Sabia que, se fosse com Pedro Terceiro, ficaria excluída de seu círculo social e da posição que sempre tivera e se dava conta de que ela própria não tinha a menor possibilidade de ser bem aceita pelas amizades de Pedro Terceiro ou de se adaptar à modesta existência de uma comunidade operária. (Allende, 2021, p. 289)

Dessa maneira, torna-se perceptível que, de acordo com Kolontai, (2011, p. 53-54), “A sociedade contemporânea vai muito mais longe que a ordem antiga na tutela que exerce sobre a mulher. Não só lhe prescreve casar-se unicamente com homens dignos dela, como lhe proíbe, inclusive, que chegue a amar um ser que lhe é socialmente inferior.”

Em vista disso, em *A Casa dos Espíritos*, torna-se evidente que o casamento para burguesia vai muito além dos sentimentos e dos romances. Mostra-se, na realidade, como um contrato de prestígio social e manutenção da classe burguesa, uma vez que, para Beauvoir (2016, p. 244), “O paradoxo do casamento está em que é, a um só tempo, uma função erótica e uma função social [...]”. E para firmar o compromisso, muitas vezes a mulher serve como “produto” de troca ou de venda, reafirmando assim que, na sociedade patriarcal da narrativa, é tratada como objetificação:

Trueba começou a explicar-lhe as cláusulas do contrato matrimonial, o que tranquilizou bastante o francês. O dote de Blanca, sua renda mensal e as perspectivas de herdar uma fortuna tornavam-na um bom partido. – Como vê, este é um negócio melhor do que o das chinchilas – concluiu o futuro sogro sem prestar atenção ao choramingo nervoso do jovem. (Allende, 2021, p. 222)

Com isso, à medida que a mulher é objetificada como um produto à venda ou, talvez, até mesmo por meio da ideia de um “bom negócio”, como pode ser visto no trecho exemplificado acima, para as famílias burguesas:

A família não é uma comunidade fechada em si mesma: para além de sua separação ela estabelece comunicações com outras células sociais; o lar não é apenas “um interior” em que se confina o casal; é também a expressão de seu padrão de vida, de sua fortuna, de seu gosto: deve ser exibido aos olhos de outrem. (Beauvoir, 2016, p. 331)

Contudo, ainda que seja tratada com objetificação, Blanca também se demonstra uma personagem feminina de voz ativa na história, inclusive enfrentando e se posicionando contra a proposta do pai de tentá-la vender como um “bom negócio” para o francês Jean de Satigny: “– Não vou casar, pai – disse ela. – Cale-se! – rugiu Esteban. – Vai casar porque eu não quero bastardos na família, está me ouvindo? – Pensei que já tivéssemos vários – Respondeu Blanca” (Allende, 2021, p. 223).

Por conseguinte, ao longo da narrativa Blanca se destaca como uma personagem que sofreu com a opressão de Esteban, com a proibição de um romance de infância, com um casamento indesejado e, ao fim, com uma gravidez caracterizada pela ausência do pai da criança. Por isso, ao passar dos anos, Blanca ganha destaque por se posicionar contra ao sexismo e, assim educar sua filha Alba para seguir um caminho autônomo, isto é, um caminho que não a faça depender dos homens: “– Não quero que você seja pobre como eu, nem que tenha de depender de um homem que a sustente – dizia à sua filha sempre que a via chorando por não querer ir às aulas” (Allende, 2021, p. 313).

É também através de Blanca que o leitor consegue se aproximar da tentativa de liberdade quanto à sexualidade feminina, algo que Beauvoir reflete em seu livro *O Segundo Sexo* (2016):

a vida sexual da menina sempre foi clandestina; quando seu erotismo se transforma e invade toda a carne, o mistério vira angústia: ela suporta a perturbação como se tratasse de uma doença vergonhosa; não é ativa: é um estado, e nem mesmo em imaginação ela pode livrar-se dela por uma decisão autônoma; não sonha com pegar, amassar, violentar; é espera e apelo; sente-se dependente; e em perigo na sua carne alienada. (Beauvoir, 2016, p. 69)

Durante boa parte da trama se torna possível observar Blanca satisfazendo os seus desejos sexuais com Pedro Terceiro García, embora tivesse sido educada pelo pai a não desvendar sua sexualidade:

O homem estava de costas, com o rosto virado para o céu, os olhos fechados, mas não teve dificuldade em reconhecer o sacerdote jesuíta que ajudara na missa do funeral de Pedro García, o velho. Isso o espantou. Blanca dormia com a cabeça apoiada no ventre liso e moreno de seu amante. A tênue luz da lua punha reflexos metálicos em seus corpos, e Jean de Satigny estremeceu ao constatar a harmonia de Blanca, que naquele momento lhe pareceu perfeita. (Allende, 2021, p. 207)

Dessa maneira, a mulher, desde a sua juventude, é ensinada a não desbravar os seus desejos sexuais, pois, se o fizer, estaria cometendo um erro com a sua imagem e a sua pureza feminina; algo que não é ensinado, de igual forma, aos homens de mesma idade. Essa circunstância vivenciada por Blanca reafirma o fato de que: “Quer a mulher viva com os pais, ou seja casada, raramente os que a cercam respeitarão seu esforço como respeitam o de um homem; vão lhe impor serviços, tarefas desagradáveis, vão lhe cercear a liberdade; [...]” (Beauvoir, 2016, p. 522).

Por não ser respeitada, também é a partir de Blanca que o leitor entra em contato com cenas de violência física que partem, principalmente, do seu pai:

Esteban Trueba não pôde conter seu mau gênio e partiu para cima dela a cavalo, com o chicote no ar, e golpeou-a sem piedade, descarregando-lhe uma chicotada atrás da outra, até vê-la cair e ficar imóvel, estendida no barro. Seu pai desmontou

do cavalo, sacudiu-a até fazê-la voltar a si e gritou-lhe todos os insultos conhecidos e outros inventados no impulso do momento. (Allende, 2021, p. 209)

Tomando por base a análise do romance, torna-se evidente que o fator da violência acontece com frequência na sociedade patriarcal, visto que, consoante Beauvoir (2016, p. 514), é fundamentado na opinião pública que se chega a um discernimento de que, “o homem é que vence, que *tem* a mulher. Não se admite que ela possa, como o homem, assumir seus desejos: ela é a presa. Está bem-entendido que o homem integrou as forças específicas em sua individualidade, ao passo que a mulher é escrava da espécie.”

Logo, a violência contra os corpos femininos é tratada com normalidade pelo fato do poder, conjunto de relações que é coordenado (Foucault, 2022), estar posicionado nas mãos dos homens, inclusive na estruturação das famílias. Esteban, homem que agride não apenas as camponesas, como também a filha e a esposa, perpetua a violência tomando por base o abuso de poder de patrão e patriarca, respectivamente.

A violência e o abuso de poder dos homens, portanto, surgem outras vezes ao longo da narrativa, como, por exemplo, na época do golpe militar de 1973. Com isso, a violência que, desta vez, parte dos militares chilenos, pode ser utilizada para introduzir, finalmente, a personagem feminina - e, também, narradora - Alba.

Antes de tudo, é preciso compreender que Alba possui uma educação diferente das outras personagens femininas, tal qual sua mãe. Ou seja, contrariando a educação sexista e carregada de limitações que Blanca recebeu de Esteban Trueba ao longo dos anos, Alba possui o privilégio de ser associada a afazeres mais estimulantes e dinâmicos, os quais, até então, eram apenas considerados de caráter masculinos:

Alba passou sua infância em meio a dietas vegetarianas, artes marciais japonesas, danças do Tibete, respiração ioga, relaxamento e concentração com o professor Hausser e muitas outras técnicas interessantes, sem contar as contribuições que seus dois tios e as três encantadoras senhoritas Mora deram à sua educação. (Allende, 2021, p. 278)

Além disso, torna-se importante destacar que a neta de Esteban Trueba se tornou responsável pela mudança de temperamento do avô. Antes, o personagem masculino se destacava pelo machismo e pela ignorância em associar as mulheres como seres submissos, à mercê dos homens e que apenas possuíam capacidade para domesticidade ou satisfação sexual masculina. Após a chegada da neta, o personagem passa a enxergar as mulheres com outros olhos, ainda que certos comentários seus permanecessem problemáticos:

Acabara por aceitar – vencido pela vaga dos novos tempos – o fato de que algumas mulheres não eram completamente idiotas e pensava que Alba, insignificante demais para atrair um marido de boa situação, deveria ter uma profissão e ganhar a vida como um homem. Nesse ponto Blanca apoiou seu pai, porque comprovara na

própria carne os resultados do mau preparo acadêmico para enfrentar a vida. (Allende, 2021, p. 313)

Isso comprova que os discursos sexistas de Esteban Trueba ao longo de toda narrativa eram apenas fundamentados em perspectivas culturais e ideológicas de uma sociedade que perpassa de geração em geração uma subalternidade feminina que é socialmente e discursivamente construída. Um discurso que existe com o intuito de perpetuar as relações de poder unicamente nas mãos dos homens, seja na esfera pública ou privada. Sendo assim, compreende-se que:

Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. (Foucault, 1988, p. 95)

Logo, as relações de poder refletem diretamente na questão da violência mencionada há pouco, pois, a última protagonista feminina a ser analisada possui um episódio inicial de violência e assédio sexual na adolescência que foi exercido, de maneira brutal e invasiva, por aquele que futuramente voltaria a atormentá-la em posição de autoridade militar: Esteban García, filho bastardo de Esteban Trueba, fruto do estupro de Pancha García:

Alba tentou desviar o rosto, mas ele a agarrou firmemente com as mãos, obrigando-a a enfrentá-lo. Foi seu primeiro beijo. Sentiu uma sensação quente, brutal, a pele áspera e malbarbeada raspando-lhe a face, o cheiro de cigarro e cebola, sua violência. A língua de García tentou abrir-lhe os lábios enquanto com uma das mãos lhe apertava os maxilares até obrigá-la a separá-los. (Allende, 2021, p. 339)

Como forma de vingança por nunca ter sido aceito por seu pai, anos após a brutalidade acometida sobre a jovem, Esteban García utiliza do golpe militar e da sua posição de autoridade para, através do abuso de poder, perseguir a personagem Alba, violentando-a e aprisionando-a em um campo de concentração no período ditatorial chileno. A personagem feminina, por sua vez, não se demonstra passiva perante a situação e, de todas as formas, age para tentar se livrar do abuso:

– Tire a roupa! ordenou García num tom de voz bem diferente. Ela não obedeceu. Despiram-na com violência, arrancando-lhe as calças apesar de seus pontapés. A recordação nítida de sua adolescência e do beijo de García no jardim deu-lhe a força do ódio. Lutou contra ele, gritou, chorou, urinou, vomitou, até que se cansaram de agredi-la e lhe deram uma curta trégua, que ela aproveitou para invocar os espíritos compreensivos da avó, pedindo-lhes que a ajudassem a morrer. (Allende, 2021, p. 422)

Como pode ser visto, o contexto de ditadura militar chilena é reconhecido como um período de grandes atos violentos que, na narrativa de Isabel Allende, são transportados para trama através das vivências de Alba no cenário em questão. Foi um momento em que, segundo Gazmuri (2012, p. 362, tradução nossa), “Os exércitos declararam que se tratava de salvar a democracia em perigo face ao totalitarismo marxista-leninista e pôr fim ao caos político e econômico em que o país se debatia.”¹⁶ Porém, “surgiu assim a curiosa situação de que, sendo o golpe de Estado, como foi demonstrado pouco depois, um devastador ataque à atual constitucionalidade democrática [...]”¹⁷ (Gazmuri, 2012, p. 363, tradução nossa).

Dessa forma, como era natural aguardar, o ataque à democracia chilena resultou em uma ampla crise econômica no país, principalmente para as pessoas de classe baixa, e a volta aos costumes normativos, estes desejados, principalmente, pelos indivíduos que, com a vitória de Salvador Allende, se tornaram adeptos ao golpe: “Grande parte da classe média alegrou-se com o golpe militar, porque significava o retorno da ordem, da pureza dos costumes, das saias nas mulheres e do cabelo curto nos homens, mas logo começou a sofrer o tormento dos preços altos e da falta de trabalho” (Allende, 2021, p. 398). Para além da crise econômica e da turbulência social, foi também com o golpe militar que ocorreram inúmeras detenções e mortes, principalmente para aqueles que em meio à censura enfrentavam os homens fardados:

No entanto, no silêncio da noite, quando a cidade perdia seu cenário de normalidade e sua paz de opereta, ela se sentia acossada pelos atormentados pensamentos que aplicava durante o dia. Àquela hora, só circulavam nas ruas os furgões cheios de cadáveres e detidos, e os automóveis da polícia, como lobo perdidos, uivando na escuridão do toque de recolher. (Allende, 2021, p. 402)

Alba, por sua vez, se destaca pela sensatez e agilidade em ajudar as pessoas que estavam sendo perseguidas pelos militares: “Alba, porém, decidira adotar a ideia da mãe e usava a parte abandonada da casa para esconder pessoas por uma ou duas noites, até encontrar outro lugar mais seguro ou a forma de tirá-las do país” (Allende, 2021, p. 407-408). No entanto, ao contrário do que se esperaria de uma personagem ativa, Alba apenas passa a ser associada ao cenário de revolução política em questão não por ser adepta às ideologias do grupo contrário ao golpe ou por ser, de fato, contra ao golpe militar, mas sim em razão ao seu relacionamento amoroso com Miguel:

¹⁶ “las Fuerzas Armadas declararon que se trataba de salvar la democracia en peligro ante el totalitarismo marxista leninista y poner punto final al caos político y económico en que se debatía el país.” (Gazmuri, 2012, p. 362).

¹⁷ “así se dio la curiosa situación de que siendo el golpe de Estado, como quedó demostrado a poco andar, un demoledor ataque a la constitucionalidad democrática vigente [...]” (Gazmuri, 2012, p. 363).

Miguel falava em revolução. Dizia que à violência do sistema havia que se opor a violência da revolução. Alba, no entanto, não tinha nenhum interesse pela política e só queria falar em amor. Estava farta de ouvir os discursos do avô, assistir a suas discussões com seu tio Jaime e viver as campanhas eleitorais. (Allende, 2021, p. 331)

Ainda que tenha se associado à revolução por amor, o romance da personagem feminina ganha importância porque assim como sua mãe, Alba desbrava sua sexualidade com um rapaz que não pertence à burguesia: “Andavam nus no crepúsculo eterno do porão, desafiando a umidade e as correntes de ar. Bebião vinho branco em taças de cristal que Alba pegou na sala de jantar e faziam um minucioso inventário de seus corpos e das múltiplas possibilidades do prazer” (Allende, 2021, p. 342). Trata-se de um rapaz humilde, estudante e revolucionário que, inicialmente, estava insatisfeito por Alba ser neta do senador Trueba, mas, sem seguida, aceita que a personagem faça parte da revolução:

Compreendeu que era injusto culpar a neta pelas ideias do avô, e voltaram a passear abraçados. Em pouco tempo, os beijos intermináveis eram insuficientes, e começaram a encontrar-se no quarto em que Miguel morava, numa pensão medíocre para estudantes pobres, dirigida por um casal de meia-idade com vocação para espionagem. (Allende, 2021, p. 341)

A revolução, portanto, passa a caracterizar a cidade do romance como um grande centro político, dividido entre os militares e os revolucionários. É a partir desse momento que o leitor, mesmo que brevemente, também ganha acesso às representações dos narradores no que diz respeito às mulheres da cidade pertencentes às classes mais baixas. São mulheres humildes, que vivem às margens do centro urbano e que, de acordo com a representação da narrativa de Alba, se destacam como mulheres fortes, independentes e politicamente engajadas:

Continuou dando suas aulas para as senhoritas ociosas e para as crianças especiais, e começou a ensinar cerâmica nos povoados da periferia, onde as mulheres se haviam organizado para aprender novos ofícios e participar, pela primeira vez, da atividade política e social do país. (Allende, 2021, p. 360)

Dessa forma, é possível compreender que a cidade não possui apenas um lado, o de centro urbanizado que comporta consigo as pessoas de grande prestígio social. Pelo contrário, esse espaço no centro da cidade se revela apenas como um dentre tantos que se moldam de acordo com os contextos sócio-culturais-econômicos em que estão inseridos, afinal, de acordo com Foucault (2009, p. 418), “A heterotopia tem o poder de justapor em um só lugar real vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis.”

Nesse sentido, a cidade em *A Casa dos Espíritos* se mostra detentora de uma outra faceta; uma faceta que confirma para o leitor a seguinte reflexão de Lefebvre (2001, p. 22): “a

vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade.” Assim, é a partir da revolução contra o golpe militar de 1973 que o leitor alcança um maior contato com a representação das mulheres de classe mais baixa, pertencentes ao subúrbio e a periferia latino-americana.

Como discutido anteriormente, os subúrbios e periferias latinas se caracterizam como locais em que se estabelecem os setores marginalizados da sociedade, portanto, neste ponto não cabe comparações aos subúrbios europeus dado a extrema divergência. Esse fator ocorre, pois, nos subúrbios e periferias latinas teremos o contato com um território em que o setor popular entra em evidência, tal qual as pessoas de classes mais baixas e os estrangeiros - os quais, juntos, são popularmente conhecidos como as massas (Romero, 2009).

Por esse motivo, para falar da representação dessas mulheres, é preciso entender que, para Kolontai (2011, p. 20), “A esfera, porém, de pensamentos e sentimentos, que derivam do conceito de classe, são os que separam, fundamentalmente, as mulheres do novo tipo pertencentes às diversas camadas sociais.” Logo, a aparição, mesmo que breve dessas mulheres, apresenta o brusco contraste de vida entre elas e as personagens femininas protagonistas da história:

Ficamos conversando o resto da noite. Era uma daquelas mulheres estoicas e práticas de nosso país, que têm um filho de cada homem que passa por suas vidas e que, além disso, recolhem em seu lar as crianças que outros abandonam, os parentes mais pobres e qualquer pessoa que necessite de uma mãe, uma irmã, uma tia, mulheres que são o pilar central de muitas vidas alheias, que criam filhos para vê-los ir embora depois e que também veem seus homens partirem, sem se permitir um queixume, porque têm outras urgências maiores com que se ocupar. (Allende, 2021, p. 442)

Esse contraste também ressalta que as personagens secundárias de menor status social são retratadas como mulheres com poucas oportunidades de vida devido à exclusão e desigualdade social. Ao aparecerem, mesmo que brevemente, evidenciam a discrepância em relação às protagonistas, destacando o caráter essencialista e individualista que marca a classe burguesa, inclusive na sua percepção sobre as pessoas marginalizadas.

Além disso, são representadas como mulheres corajosas, porém sempre em alerta, pois, o preconceito de classe que enfrentam reflete em uma maior vulnerabilidade quanto à violência urbana e militar. Assim, a situação de violência pode ser exemplificada tomando por base a coragem da personagem Amanda ao salvar o seu irmão Miguel dos militares: “Ele me falou sobre Amanda. Prenderam-na na mesma época em que eu fora presa. Quando a encaminharam a Rojas, já não havia nada a fazer. Morreu sem delatar seu irmão, cumprindo a

promessa que lhe fizera muito tempo atrás, no dia em que o levou à escola pela primeira vez” (Allende, 2021, p. 438).

É também a partir da coragem de Amanda que os leitores entram em contato com uma das cenas de *A Casa dos Espíritos* que mostram a mudança de mentalidade feminina quanto à liberdade do seu próprio corpo em pleno século XX:

Começou a trabalhar lenta e cuidadosamente, repetindo-se o que deveria fazer, mastigando o texto do livro que havia decorado, o suor caindo-lhe sobre os olhos, atento à respiração da jovem, à cor de sua pele, ao ritmo de seu coração, pedindo ao irmão para lhe dar éter a cada vez que gemesse, rezando para que não houvesse qualquer complicação, enquanto manipulava sua mais profunda intimidade, sem deixar, durante todo o tempo, de maldizer em pensamento o irmão, porque, se aquele filho fosse seu, e não de Nicolás, teria nascido sadio e completo, em vez de ir embora aos pedaços pelo encanamento do esgoto daquele miserável consultório, e ele o teria embalado e protegido, em vez de tirá-lo de seu ninho às colheradas. (Allende, 2021, p. 250)

Como pode ser visto no trecho acima, a personagem feminina enfrenta um procedimento de aborto mesmo consciente de toda privação à liberdade com o seu próprio corpo que a sociedade patriarcal condiciona a mulher. Para Amanda, esse procedimento se dá de maneira ainda mais perigosa, pois, ao ser uma pessoa marginalizada socialmente e não possuir condições financeiras, tal qual uma mulher burguesa, para realizar o processo de forma adequada, acaba por aceitar a ajuda do personagem Jaime para efetuar o procedimento, sendo assim realizado em um ambiente sem segurança e higienização adequada. Todavia, embora soubesse das condições precárias a que foi submetida, a personagem feminina não desistiu da escolha de abortar, uma vez que preza pela autonomia e liberdade de escolha no que se refere ao seu corpo, salientando assim que “A transformação da mentalidade da mulher, de sua estrutura interior, espiritual e sentimental, realizou-se primeiro e, principalmente, nas camadas mais profundas da sociedade [...]” (Kolontai, 2011, p. 18).

Dessa forma, as mulheres marginalizadas são representadas como indivíduos que se distanciam da submissão e da passividade porque são consideradas “mulheres do tipo celibatário, isto é, por mulheres que na luta pela subsistência contam apenas com suas próprias forças; de mulheres que não podem, segundo a tradição, viver unicamente dependendo de um marido que as mantenha” (Kolontai, 2011, p. 16).

Ademais dessas características, é digno de destaque que a maternidade também não se manifesta como um dos seus objetivos de vida dessas mulheres, contrariando assim o discurso sexista da feminilidade. A opção por não ser mãe pode ser interpretada tomando por base a dificuldade de inserção social destas mulheres e pelo fato de, muitas vezes, estarem em posição de chefes de família sem nenhuma rede de apoio, como é o caso da personagem

Amanda. Entretanto, ainda que alheias à maternidade, muitas dessas mulheres foram representadas por Alba como protetoras e solidárias, mesmo em situações de dificuldade:

Eu resistira ao inferno com certa integridade, mas, quando me senti acompanhada, fraquejei. Qualquer palavra de carinho provocava-me uma crise de choro, passava a noite com os olhos abertos na escuridão em meio àquela quantidade de mulheres, que se revezavam para cuidar de mim, mantendo-se acordadas, sem nunca me deixar sozinha. Ajudaram-me quando as más recordações começavam a me atormentar ou me aparecia pela frente o coronel García, submetendo-me ao terror, ou quando Miguel me ficava preso num soluço. (Allende, 2021, p. 439)

Fundamentado no excerto acima, percebe-se que a sororidade feminina se manifesta como uma das particularidades dessas mulheres, algo que, ao fim da história, se torna inusitado pelo fato de Esteban Trueba, mesmo sendo extremamente elitista, recorrer e implorar ajuda a uma mulher marginalizada para salvar sua neta das mãos dos militares.

A personagem em questão é a Tránsito Soto, prostituta e cliente de Esteban Trueba desde a sua juventude. Uma mulher representada por meio da sua experiência de vida, posicionamento forte e mentalidade altamente sagaz: “Ninguém nos respeita. [...] Nesse sentido, as mulheres são muito estúpidas. São filhas da necessidade. Precisam de um homem para se sentir seguras e não se dão conta de que a única coisa que há a temer são os próprios homens” (Allende, 2021, p. 125). Trata-se de uma personagem que apesar de viver em um contexto conservador em relação às funções desempenhadas na sociedade pelas mulheres, tais como a administração de empreendimentos e de dinheiro, já possuía uma mentalidade à frente de seu tempo para se tornar proprietária de possíveis negócios lucrativos; plano este que futuramente alcança a concretização e o sucesso: “Era então uma senhora madura, magra, com um coque severo, apertada num vestido preto de lã e com duas voltas de esplêndidas pérolas no pescoço, majestosa e serena, mais parecendo uma pianista de concerto do que uma dona de prostíbulo” (Allende, 2021, p. 430).

Por conseguinte, o auxílio de Tránsito ao fim da narrativa se torna um evento grandioso, pois, foi unicamente por meio da sua inteligência e sagacidade que Esteban Trueba conseguiu salvar sua neta e a tê-la por perto durante muitos anos à frente:

[...] por isso, justamente por isso, é que tive de vir falar com você, Tránsito, nunca imaginei, há cinquenta anos, quando você era uma garota raquítica do Farolito Rojo, que um dia teria de vir suplicar-lhe de joelhos que me faça este favor, que me ajude a encontrar minha neta, atrevo-me a pedir-lhe porque sei que tem boas relações com o governo, me falaram sobre você, estou certo de que ninguém conhece melhor as pessoas importantes das Forças Armadas, sei que você organiza suas festas e pode chegar aonde eu nunca teria acesso; [...] (Allende, 2021, p. 433)

Portanto, a reviravolta do personagem masculino Esteban se dá justamente por implorar ajuda a um indivíduo que durante muito tempo por ele era menosprezado: a mulher. Esteban nunca respeitou mulher alguma, seja intelectualmente ou pessoalmente, e nunca admitiu que elas explorassem os seus desejos sexuais ou o seu lugar de fala. Esse era, afinal, o contexto sexista em que todas as personagens femininas da história se encontravam imersas. Um contexto que existe para além da literatura, mas que, dentro da narrativa, rachou milimetricamente por parte de Esteban após muito negar a inteligência e a autonomia das mulheres e, ao fim, dar-se por vencido pela capacidade feminina, apesar do largo histórico de sexismo e misoginia.

Com isso, analisar a obra *A Casa dos Espíritos* concedeu uma gama de possibilidades para se pensar gênero nos espaços da narrativa, fazendo jus aos tipos de mulheres construídas e introduzidas no romance por Isabel Allende. São personagens femininas que foram representadas por meio da focalização dos narradores citadinos e, por isso, são apresentadas através de diferenciados posicionamentos perante o cenário sexista e discriminatório que vivenciam ao longo da trama. Dessa forma, o aprofundamento da análise em questão denota importância para os estudos literários, pois, a partir do romance, se tornou possível unir texto e contexto, a fim de observá-los e compreendê-los de acordo com as condutas sociais que se proliferam nos espaços apresentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se debruçou na análise das personagens femininas nos diferentes espaços do romance *A Casa dos Espíritos*, partindo da necessidade de observá-las de acordo com as suas representações na sociedade chilena do século XX. Assim, foi observado que a obra de Isabel Allende apresenta uma ambientação literária que se destaca por ser uma representação dos aspectos físicos, sociais, culturais, ideológicos, políticos e econômicos do Chile no contexto histórico em questão. Trata-se de uma ambientação que não apenas serve como pano de fundo para a trama, mas sim desempenha um papel significativo e de profundo impacto na vida dos personagens e no ambiente em que vivem. Alguns desses cenários históricos apresentados podem ser exemplificados através das turbulências econômicas, sociais e políticas, como a explosão demográfica no centro da cidade, a alta taxa de desempregos devido à crise econômica e o golpe militar de 1973, todos contribuindo para a riqueza e a complexidade da narrativa de Isabel Allende.

A partir dessa observação, tornou-se possível realizar um estudo que buscou, em seu entendimento sobre a América Latina, pensar sobre sua posição de subalternidade, constatando-se que, na realidade, a posição subalterna dos latino-americanos parte de um discurso colonial responsável por perpetuar estereótipos, preconceitos e hierarquias sociais que favorecem os colonizadores em detrimento das populações dos países considerados de Terceiro Mundo. Dessa forma, os discursos coloniais muitas vezes retratam a colonização como um empreendimento civilizatório, com o objetivo de trazer progresso, ordem e desenvolvimento para os territórios colonizados através de uma perspectiva essencialista, o que mascara a exploração econômica e a depreciação de recursos naturais que geralmente acompanham esse processo de colonização. Com isso, os colonizadores promovem uma ideia discriminatória de que sua própria cultura e sua raça são superiores às das populações colonizadas. Esse fato pode ser usado para justificar políticas discriminatórias, como segregação racial ou negação de direitos básicos, algo que pôde ser indentificado em trechos de *A Casa dos Espíritos*, especialmente em relação aos nativos, os quais são tratados de maneira depreciativa, inclusive por personagens de mesma origem latina, como o personagem masculino Esteban Trueba.

Para além das marcas do discurso colonialista, foi constatado na pesquisa que a escritora transporta para o seu romance dois principais espaços: o campo e a cidade, ambos mais uma vez representados de maneira a refletir a realidade dos aspectos físicos do Chile. Observou-se assim, que o país tardou a implementar a industrialização em ampla escala e

durante muito tempo possuía a economia voltada principalmente para as matérias primas retiradas do campo. No entanto, o papel central do campo foi gradualmente substituído pela ascensão da cidade a partir do século XX, momento em que o país finalmente passou por um processo de aumento na industrialização, dado ao crescimento da produção de minérios, e observou de perto a crise mundial da década de 30. Essas circunstâncias resultaram em uma mudança no foco do campo para a cidade, corroborando assim na preferência por uma vida urbana. Em virtude disso, esse contexto contribuiu para um aumento significativo da população nas cidades do Chile, desencadeando em uma explosão demográfica devido ao grande número de migrações provenientes do campo e de outras cidades menores.

Com isso, a pesquisa proporcionou a compreensão de que o processo de urbanização influenciou na formação de um senso comum em relação a esses dois territórios, de modo que se associava o atraso ao campo e o progresso à cidade. Essa concepção socialmente construída foi transportada para dentro da obra *A Casa dos Espíritos*, onde os narradores citadinos descrevem o campo e os subúrbios latinos de maneira preconceituosa. Assim, foi possível constatar ao longo da pesquisa que esses espaços estigmatizados, inclusive, servem como cenário para ilustrar o contraste existente entre os personagens ricos e os personagens pobres, quer sejam camponeses, quer sejam suburbanos. Essa dicotomia de classes se torna, portanto, um dos temas centrais no romance.

Diante disso, no decorrer da análise literária, pôde-se constatar também que as ponderações preconceituosas sobre esses espaços partiam de uma focalização narrativa centrada no ponto de vista de dois narradores burgueses e citadinos: Alba e Esteban. Ambos narradores se tornaram responsáveis por conduzir os leitores por meio de suas ponderações, que, por vezes, eram desmistificadas por situações que ocorriam ao longo da própria narrativa, tais como o fetiche pelo natural que os personagens da cidade desenvolveram pelo campo no decorrer da trama. Sendo assim, embora seja representado tomando por base uma perspectiva estigmatizante, o campo também é retratado dentro da obra como um lugar ameno e de beleza natural; o que, conseqüentemente, faz com que os personagens da cidade apenas alcancem sua realização pessoal quando encontram o conforto e a simplicidade desse território.

Além do fetiche pelo natural, as revoluções camponesas também serviram para exemplificar que as representações sobre o campo são construções fundamentadas no senso comum, uma vez que os camponeses se demonstram personagens ativos, ainda que não possuam espaço na narrativa para se auto-apresentarem. Por conseguinte, apesar das dificuldades, em *A Casa dos Espíritos* os camponeses frequentemente mostram resistência

em relação à opressão e ao abuso de poder por parte do patrão Esteban. Logo, através das revoluções, eles se unem para lutar por seus direitos básicos e desmistificam os estigmas de limitação que são constantemente atribuídos ao campo.

Dessa maneira, foi possível observar que as ponderações estigmatizadas dos narradores abrangem não apenas os aspectos físicos dos locais, como também os membros constituintes desses espaços. Por esse motivo, o presente estudo buscou, de maneira mais específica, analisar as personagens femininas de acordo com os espaços em que se encontravam introduzidas.

Para tanto, a focalização narrativa mais uma vez se demonstrou um recurso de extrema importância para a compreensão dessas personagens, uma vez que as mulheres do campo e as mulheres suburbanas não possuem espaço na obra para se auto-apresentarem, pois são representadas de maneira estigmatizada pela narradora Alba, mulher burguesa e cidadina, e por Esteban, homem sexista, conservador e também citadino. Dessa forma, pôde-se considerar que não apenas as protagonistas burguesas da cidade possuem um maior espaço em *A Casa dos Espíritos*, como todas as informações que o leitor possui de outras mulheres, que não as da família principal da trama, são perspectivas moldadas com base nas duas focalizações narrativas supramencionadas.

Diante disso, na busca por compreender o funcionamento das representações das personagens femininas na obra, tornou-se igualmente importante observá-las perante o contexto sexista em que se encontravam imersas. Foi constatado, portanto, que pensar gênero é compreender que se trata de algo socialmente construído, moldado pelas normas, valores e estruturas de poder de uma determinada sociedade. É entender que se trata de um processo que se inicia desde o nascimento, quando um indivíduo é designado a um gênero específico e, a partir desse momento, é introduzido nos moldes e expectativas culturais associadas ao gênero atribuído. Tratam-se de expectativas que podem incluir, de maneira condicionada, padrões de comportamento, papéis sociais, interesses, habilidades e até mesmo formas de se expressar emocionalmente.

Levando em conta esses aspectos, tornou-se possível compreender que pensar na construção de gênero também é pensar a respeito da posição da mulher na sociedade e pensar sobre as funções sociais que a elas são impostas, uma vez que o feminino e o masculino são construções culturais que estão introduzidas em uma sociedade patriarcal e que tendem a situar a mulher em uma posição secundária em relação ao homem. Nesse sentido, nas sociedades sexistas, os papéis sociais de gênero tradicionalmente atribuem às mulheres responsabilidades domésticas e maternas, enquanto os homens são incentivados a assumir

papéis mais ativos e de intelectualidade. Essas normas podem restringir a autonomia e liberdade das mulheres, limitando suas decisões e oportunidades. Além desse fato, devido às imposições da construção de gênero, as mulheres muitas vezes igualmente possuem sua sexualidade controlada, são objetificadas, violentadas e carregam consigo restrições no que diz respeito às escolhas e liberdades dos seus próprios corpos.

À luz dessas observações, a partir da análise de *A Casa dos Espíritos*, foi possível considerar que, embora se limitem ao *status* social, as protagonistas da história - Clara, Blanca e Alba - comprovam que o feminino, de fato, é uma construção social ao não demonstrarem proximidade com aspectos da feminilidade propagados pelo universo sexista, tais como a inocência, submissão e domesticidade. Nesse sentido, ainda que essas personagens femininas escolham permanecer na burguesia, evitando assim a emancipação matrimonial e o distanciamento familiar, demonstram-se mulheres mais ativas, críticas e curiosas quanto às suas sexualidades. Sendo assim, embora vivam em uma sociedade patriarcal e conservadora do século XX, as protagonistas femininas do romance não se encaixam nos moldes tradicionais de mulheres passivas, uma vez que se demonstram mais conscientes em relação à situação de violência, abuso e opressão por parte dos homens, e, principalmente por parte do personagem Esteban.

Logo, à medida que a presente pesquisa buscou analisar o posicionamento das protagonistas femininas em meio a um cenário permeado por sexismo, violência e opressão, também se responsabilizou por observar a representação fornecida pelos narradores às personagens camponesas e suburbanas. Essa observação pôde conceder conexões significativas na pesquisa entre essas representações e os estereótipos baseados no senso comum que são atribuídos aos espaços em que essas personagens estão inseridas. Dessa forma, o estudo não apenas se concentrou na análise das experiências individuais das protagonistas femininas, mas também na análise do contexto sociocultural que molda suas vidas e as vidas das personagens não-protagonistas.

Nessa perspectiva, ao explorar a maneira como os narradores retratam as personagens camponesas e suburbanas, buscou-se, portanto, compreender como tais representações contribuem para a percepção coletiva desses grupos sociais e como reforçam ou desafiam os estereótipos existentes. Assim, a presente pesquisa mergulhou na interseção entre gênero, espaço e classe social, destacando a complexidade das experiências vividas por essas mulheres em um contexto constituído pelo elitismo e pelo machismo.

À luz dessas considerações, verifica-se que Isabel Allende constrói com brilhantismo uma obra literária que aborda noções sociais importantes para o entendimento de gênero e da

posição feminina na sociedade, a depender do contexto em que estejam introduzidas. A análise de *A Casa dos Espíritos* permitiu ao presente estudo compreender uma sucinta crítica social construída ao longo das páginas, a qual comprova que o “ser mulher” não se demonstra como algo homogêneo, mas sim, plural e inacabado. Em virtude disso, foi possível compreender que as mulheres muitas vezes não se auto-apresentam, mas são apresentadas com estigma através do olhar do *Outro* e como os *Outros* devido às suas localidades ou os seus *status* sociais.

Diante desse ponto, foi possível considerar, por fim, que o campo e a cidade são frequentemente representados sob a perspectiva de segregação e distinção. Contudo, assim como na construção dos papéis de gênero feminino e masculino, esses espaços se tornam dicotomias por uma imposição social que, inclusive, tende a determinar qual deva ser considerado o local de atraso e o local de avanço. Assim, *A Casa dos Espíritos* traz mulheres de diferentes classes sociais e localidades que muitas vezes são limitadas, violentadas e censuradas. Todavia, são mulheres que, sobretudo, se destacam pela determinação e adaptação em um mundo muitas vezes considerado dos homens. Um mundo que, na literatura, pode ser facilmente um reflexo de uma realidade existente.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da literatura**. Coimbra: Almedina, 2007.
- ALLENDE, Isabel. **A casa dos espíritos**. 53. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAUER, Arnold. La población de América Latina. In: BETHEL, Leslie. **A historia de America Latina**. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 21. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2021.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2006.
- CARLEIAL, Adelita. **Redes sociais entre imigrantes. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, MG**, v. 24, p. 1-11, 2004.
- CARNEIRO, Ana Paula Lima; RODRIGUES, Manoel Freire. Pensamento crítico de Antonio Candido: algumas considerações. **Revista do GELNE**, Natal, v. 19, n. 2, p. 90-100 (2017).
- CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação social. **Caderno Crh**, v. 10, n. 26, 1997.
- COELHO, Edmundo Campos. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. **Revista de administração Pública**, v. 12, n. 2, p. 139 a 161-139 a 161, 1978.
- CYPRIANO, Breno. Construções do pensamento feminista latino-americano. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 11-39, 2013.

DIMENSTEIN, Magda et al. Gênero na perspectiva decolonial: revisão integrativa no cenário latino-americano. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 51-73, 2016.

FERREIRA, Dina Maria Martins. **Discurso feminino e identidade social**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **A microfísica do poder**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

_____. Outros espaços. In: **Ditos & Escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 411-422.

GAMA-KHALIL, Marisa Martins. O lugar teórico do espaço ficcional nos estudos literários. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 28, 2010.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. 3. ed. São Paulo: Claridade, 2015.

GARRETÓN, Manuel; ANTONIO, Manuel. Mobilizações populares, regime militar e transição para a democracia no Chile. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 87-102, 1989.

GAZMURI, Cristián. **Historia de Chile 1891-1994: política, economía, sociedad, cultura, vida privada, episodios**. Santiago: RIL editores, 2012.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. Violência urbana: um problema social. **Tempo social**, v. 10, p. 105-119, 1998.

HALL, Stuart; SOVIK, Livia. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HENRI, Lefebvre. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, 2017.

MIGNOLO, Walter D. Novas reflexões sobre a “idéia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, v. 21, p. 237-250, 2008.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 111, p. 09-18, 2006.

PRADO, Maria Ligia. PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina¹. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais-Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. **Contextualizaciones latinoamericanas**, v. 3, n. 5, 2011.

ROMERO, José Luis. **América Latina**: as cidades e as idéias. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 02, p. 45-65, 2005.

SARLO, Beatriz. **A cidade vista**: mercadorias e cultura urbana. São Paulo: WMF Martins Fontes: 2014.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo, o, Civilización y barbarie**. Prólogo de Alejandra Laera. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2018.

SCOBIE, James R. La población de América Latina. In: BETHEL, Leslie. **A história de America Latina**. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das letras, 1990.